

RELATÓRIO ANUAL 2010 **PREVI**





APRESENTAÇÃO

MENSAGENS

Diretoria Executiva.....	06
Conselho Deliberativo.....	08
Conselho Fiscal.....	10
Conselho Consultivo do Plano 1.....	12
Conselho Consultivo do PREVI Futuro.....	14

01 INSTITUCIONAL.....	16
------------------------------	-----------

02 DESTAQUES 2010.....	20
-------------------------------	-----------

03 PLANOS DE BENEFÍCIOS.....	34
-------------------------------------	-----------

Plano de Benefícios 1.....	36
Plano PREVI Futuro.....	40
Carteira de Pecúlios - Capec.....	42

04 POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS.....	44
---	-----------

05 DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS.....	60
---	-----------

06 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
-----------------------------------	--

E NOTAS EXPLICATIVAS.....	78
----------------------------------	-----------

07 PARECERES.....	112
--------------------------	------------

Parecer Atuarial.....	114
Parecer dos Auditores Independentes.....	132
Parecer do Conselho Fiscal.....	133
Manifestação do Conselho Deliberativo.....	133

sumário

apresentação

Caro(a) participante,

Chega a hora de prestar contas das atividades desenvolvidas no exercício passado. Mais do que uma exigência legal, o Relatório Anual é uma oportunidade para informar sobre as ações realizadas com o objetivo de proporcionar a você e a seus beneficiários um futuro mais tranquilo.

Enfrentamos o desafio de traduzir para uma linguagem mais simples os conceitos próprios do mundo previdenciário e financeiro. É certo que há ainda um longo percurso a trilhar. Entretanto, neste Relatório, começamos a apresentar algumas mudanças para tornar a publicação cada vez mais atraente para você.

A principal mudança é que este Relatório impresso traz conteúdos resumidos, para uma leitura mais rápida e agradável. Mas você não perde nenhuma informação sequer. No nosso site está publicada a versão digital com a íntegra de todo o conteúdo normalmente encontrado no Relatório. E mais, a versão digital contempla também alguns recursos audiovisuais que facilitam o entendimento.

Outra novidade é a utilização de papel certificado para impressão do Relatório, bem como o uso de tinta à base de soja. Com essas iniciativas, aliadas à redução do número de páginas impressas, a PREVI fica em linha com sua Política de Responsabilidade Socioambiental. Um compromisso assumido com os participantes e com a sociedade.

Boa leitura!



mensagem da diretoria executiva

2010 foi um ano de renovação, de desafio e de conquistas. Os bons resultados do ano foram possíveis graças ao compromisso que temos em garantir não só renda para uma aposentadoria mais confortável, mas também de contribuir para um mundo sustentável. Neste ano, e cada vez mais, buscamos estreitar relacionamentos por meio do diálogo e do exercício democrático. A partir dessas premissas, e como acontece de dois em dois anos, 2010 foi marcado pelas eleições e pela renovação de parte da diretoria executiva e conselhos deliberativo, fiscal e consultivo.

Entre outras conquistas, que você encontrará aqui neste Relatório, tivemos a redução da taxa de carregamento dos planos e a revisão dos regulamentos do Plano 1, PREVI Futuro e da Capec, além de concretizarmos grandes negociações como a Oi/ Portugal Telecom e a participação na capitalização de importantes empresas, como Banco do Brasil e Petrobras.

Em um ano de grandes desafios, o fechamento do período foi positivo. Para o Plano 1, uma grande vitória foi a conclusão do processo para utilização dos recursos do superávit. Por meio do diálogo maduro e da valorização da opinião de participantes e assistidos, implementamos benefícios concretos para os associados e confirmamos a saúde financeira e a solidez da PREVI. Já o PREVI Futuro, que conta com cerca de 65 mil participantes, ultrapassou os R\$ 2 bilhões

em ativos totais, o dobro do patrimônio alcançado em pouco mais de dois anos.

Esta performance é resultado de uma Política de Investimentos cada vez mais aperfeiçoada, que busca minimizar riscos e maximizar retornos para que os recursos investidos assegurem o pagamento de nossos compromissos previdenciários e proporcionem uma vida digna e confortável para o participante: razão de ser da PREVI.

Pensando em você, e por acreditarmos que os conceitos de previdência e educação financeira são indissociáveis da ideia de futuro, investimos na formação como base fundamental e intensificamos a divulgação de assuntos ligados à previdência e finanças por meio do programa Mais PREVI, lançado em agosto.

Enfim, foi nesse contexto de renovação, do pensamento de longo prazo, do bom relacionamento com o participante e com todos os intervenientes que fazem parte da rede de relacionamento da PREVI, que conquistamos os bons resultados de 2010.

Para 2011 e para os anos que virão esperamos estar ainda mais próximos e, para isso, apostamos na diversidade de ferramentas de comunicação disponíveis para que você possa escolher como quer se relacionar com a PREVI.

mensagem do conselho deliberativo

Encerramos 2010 com a convicção de que foi um ano produtivo no que diz respeito à conquista de significativos avanços em temas relevantes para os participantes. Foram aprovados novos regulamentos para o Plano 1, para o PREVI Futuro e para a Carteira de Pecúlios [Capec] que não apenas os ajustaram às exigências legais como os tornaram mais contemporâneos e adequados às demandas dos filiados.

Em função do número de participantes e assistidos abrangidos e do montante envolvido, cumpre destacar a solução encontrada pelo caminho do debate maduro e da negociação para a questão do superávit do Plano 1. A destinação dos recursos, gerando melhoria de benefícios, veio ao encontro dos anseios dos participantes que, consultados democraticamente em dezembro, referendaram a proposta.

No que diz respeito à gestão, operações importantes foram realizadas, sempre em conformidade com a Política de Investimentos e Sustentabilidade, e visando rentabilidades que garantam o pagamento de benefícios e pensões, hoje e no futuro, a mais de 186 mil pessoas.

A publicação deste Relatório reflete, em seu conteúdo, o compromisso com a transparência e, em sua forma, o apreço às causas socioambientais. A mudança adotada no formato, agora mais conciso e impresso em papel certificado, aproveita melhor as possibilidades do meio digital, onde ele é divulgado em versão ampliada.

A leitura deste Relatório permite acompanhar o trabalho desenvolvido pela PREVI, não só com o objetivo de proporcionar segurança e tranquilidade aos participantes e assistidos, mas também de prestar contas à sociedade do forte papel que o Fundo exerce como indutor da economia brasileira, em sintonia com o crescimento consistente do país.

mensagem do conselho fiscal

Em 2010, o Conselho Fiscal manteve o acompanhamento permanente das atividades da PREVI, verificando sua adequação às normas vigentes, a segurança de seus processos e a qualidade das informações técnicas e gerenciais.

O Conselho acompanhou as discussões entre as diversas partes envolvidas – entidades representativas do funcionalismo da ativa e dos aposentados, Banco do Brasil e PREVI – que resultaram na assinatura do Memorando de Entendimentos, que propiciou as condições necessárias para a destinação do superávit do Plano 1.

O Plano PREVI Futuro, que neste ano superou a marca de R\$ 2 bilhões de patrimônio, também mereceu atenção especial por parte do Conselho, que examinou os atos relevantes que garantiram a solidez do plano.

Ressaltamos que os bons resultados obtidos pela PREVI no ano de 2010 estão fundamentados nas melhores práticas de governança, bem como em rigorosos mecanismos de controles internos.

Desejamos a todos uma boa leitura.

mensagem do conselho consultivo do plano 1

O Conselho Consultivo do Plano de Benefícios 1 defendeu, no último relatório da PREVI, que a direção da Entidade deveria manter atitude de prudência na gestão dos negócios. Particularmente, tal postura conservadora derivava da crise que eclodiu em inúmeros países desenvolvidos, em 2009. Contudo, nós também ponderamos que essa postura prudente precisava ser temperada pela confiança dos associados na atuação da diretoria, sem que se minimizasse a importância da luta por nossos interesses, que deveria continuar muito firme.

Durante todo o ano de 2010, a luta maior travou-se em torno da distribuição do superávit. Ao final do ano, com a compreensão e a colaboração de todas as partes relacionadas ao tema – os associados tendo sido representados por competentes negociadores – chegou-se a uma situação em que os interesses dos associados foram respeitados. Hoje, todos respiram aliviados, bem mais tranquilos, depois de momentos de incerteza com relação ao encaminhamento do tema. A negociação do superávit foi, sem dúvida, um avanço nas relações entre os associados e a direção da entidade.

Os membros do Conselho Consultivo do Plano 1 também participaram desse esforço na busca de soluções, além de se dedicaram à sua tarefa precípua de analisar todo o andamento dos cenários da PREVI, principalmente por meio da leitura e da discussão dos documentos produzidos pelas diretorias da entidade. Trabalho esse, aliás, subsidiado pela presença dos técnicos nas reuniões do colegiado do Conselho Consultivo do Plano 1.

Estamos envolvidos na tarefa de ajustar o papel do Conselho ao que julgamos mais adequado, em termos da boa governança corporativa. Vamos continuar apostando nesse binômio: estimular a prudência na gestão dos negócios da PREVI e fortalecer o caldo de cultura da confiança dos associados na nossa entidade e nos rumos que ela vem tomando, agora sob nova gestão. Este é o caminho a ser seguido e por ele continuaremos batalhando.

mensagem do conselho consultivo previ futuro

No curto espaço de doze anos desde a sua criação, o PREVI Futuro passou por várias fases, entre estas a do conhecimento do Plano pelos associados, a da acumulação dos primeiros milhões de reservas, dos primeiros investimentos em renda variável e do primeiro bilhão em ativos.

O ano de 2010 foi um dos anos que marcaram a história do Plano. O PREVI Futuro atingiu R\$ 2 bilhões de patrimônio, que isoladamente o colocariam entre os 35 maiores fundos de pensão do país [*ranking* Abrapp de setembro de 2010]. O número de mais de 66 mil participantes vem consolidar a grande adesão ao Plano entre os novos funcionários do BB.

Também como marco para o PREVI Futuro, em 2010 foi realizado o primeiro investimento imobiliário, com a compra de parte do Shopping ABC. Esta aquisição vem ao encontro da política de investimentos da PREVI, também como uma forma de diversificar a natureza dos investimentos e consolidar a solidez do Plano.

Novos financiamentos imobiliários foram concedidos aos associados, aproximando de R\$ 8 milhões os recursos liberados.

Melhorias para os associados foram pensadas ao longo do ano de 2010, como no aumento do teto do Empréstimo Simples, na criação do empréstimo Curto Prazo e também nas facilidades para o reingresso ao Plano pagando-se apenas a contribuição para o benefício de risco.

O Conselho Consultivo tem atuado para implementar cada vez mais melhorias no plano PREVI Futuro, que aliadas à boa qualidade de gestão da PREVI propiciem aos seus associados um plano de benefícios cada vez melhor e com perspectivas de melhores aposentadorias.

Em 2011, é hora de continuar aprimorando a comunicação com os associados, consolidar a divulgação dos Perfis de Investimento e difundir cada vez mais a cultura e educação previdenciária entre os participantes do PREVI Futuro.



01

institucional

PREVI É O 25º DO MUNDO

A PREVI, criada pelos funcionários do Banco do Brasil em 1904, trabalha para garantir a seus participantes benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial. Hoje a PREVI tem mais de 186 mil participantes e assistidos.

A Instituição, que figurava no 45º lugar na pesquisa conduzida pela publicação americana especializada em

previdência complementar, *Pensions & Investments*, avançou 20 posições no *ranking* e passou para o 25º lugar. Essa é a melhor classificação obtida pela PREVI, que se mantém como maior fundo da América Latina. Os dados da última apuração referem-se ao ano-base de 2009. A pesquisa é publicada anualmente, no mês de setembro.

A PREVI administra mais de R\$ 152 bilhões em ativos totais. Em 2010, foram pagos mais de R\$ 8 bilhões a aposentados e pensionistas, sob a forma de benefício mensal.

QUEM FAZ PARTE DA PREVI

PLANO DE BENEFÍCIOS 1		2010
Ativos		32.449
Aposentados		64.361
Ativos Externos [1]		916
Aposentados Externos [2]		3.478
Pensionistas		18.964
Total		120.168
PLANO PREVI FUTURO		2010
Ativos		60.169
Aposentados		103
Ativos Externos [3]		5.748
Aposentados Externos [3]		6
Pensionistas		268
Total		66.294
Total Geral		186.462

[1] Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido, pensão mínima e participantes ainda sem opção.

[2] Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e pensão mínima.

[3] Inclui autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

NOME	CARGO	REPRESENTAÇÃO	MANDATO
Robson Rocha [Presidente] (*)	Titular	BB	01/07/2009 a 31/05/2012
Carlos Eduardo Leal Neri (*)	Suplente		
José Luis Prola Salinas	Titular		01/07/2009 a 31/05/2010
Alberto Monteiro de Queiroz Netto	Suplente		
Alexandre Correa Abreu(*)	Titular		01/06/2010 a 01/06/2014
Eduardo Cesar Pasa(*)	Suplente		
Ivan de Souza Monteiro	Titular		01/07/2009 a 31/05/2010
Amauri Sebastião Niehues	Suplente		
Ivan de Souza Monteiro(*)	Titular		01/06/2010 a 01/06/2014
Amauri Sebastião Niehues(*)	Suplente		
William José Alves Bento (*)	Titular	Eleito	02/06/2008 a 31/05/2012
José Souza de Jesus (*)	Suplente		
Mirian Cleusa Fochi (*)	Titular		02/06/2008 a 31/05/2012
Waldenor Moreira Borges Filho (*)	Suplente		
Odali Dias Cardoso	Titular		01/06/2006 a 31/05/2010
Luiz Carlos Teixeira	Suplente		
Célia Maria Xavier Larichia(*)	Titular		01/06/2010 a 01/06/2014
Luiz Carlos Teixeira (*)	Suplente		

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA	DIRETOR	REPRESENTAÇÃO	MANDATO	
Presidência	Sérgio Ricardo Silva Rosa	BB	01/06/2006 a 31/05/2010	
	Ricardo José da Costa Flores(*)		01/06/2010 a 01/06/2014	
Investimentos	Fabio de Oliveira Moser		02/06/2008 a 31/05/2010	
	Renê Sanda(*)		01/06/2010 a 31/05/2012	
Participações	Joílson Rodrigues Ferreira		02/06/2008 a 31/05/2010	
	Marco Geovanne Tobias da Silva(*)		01/06/2010 a 31/05/2012	
Seguridade	José Ricardo Sasseron (*)		Eleito	02/06/2008 a 31/05/2012
Planejamento	Cecília Mendes Garcez Siqueira			01/06/2006 a 31/05/2010
	Vítor Paulo Camargo Gonçalves(*)			01/06/2010 a 01/06/2014
Administração	Francisco Ferreira Alexandre			01/06/2006 a 31/05/2010
	Paulo Assunção de Sousa(*)	01/06/2010 a 01/06/2014		

CONSELHO FISCAL

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	MANDATO
Carlos Alberto Guimarães de Sousa [Presidente]	Fernanda Duclos Carisio	Eleito	01/06/2006 a 31/05/2010
Fabiano Félix do Nascimento (*)	Aldo Bastos Alfano (*)		01/06/2010 a 01/06/2014
Romildo Gouveia Pinto [Presidente] (*)	Francisco de Assis Chaves Costa (*)		02/06/2008 a 31/05/2012
Antonio Rubem de Almeida Barros Júnior	Eduardo Cesar Pasa	BB	01/06/2006 a 31/05/2010
Renato Donatello Ribeiro (*)	Sérgio lunes Brito (*)		01/06/2010 a 01/06/2014
Lúcio Tameirão Machado (*)	Rudinei dos Santos (*)		02/06/2008 a 31/05/2012

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1

NOME	CARGO	REPRESENTAÇÃO	MANDATO	
Antonio Gonçalves de Oliveira(*)	Titular	Eleito	02/06/2008 a 31/05/2012	
José Paulo Staub(*)	Suplente			
João Antônio Maia Filho	Titular		01/06/2006 a 31/05/2010 (**)	
José Branisso (*)	Titular		01/06/2010 a 01/06/2014	
Mércia Maria Nascimento Pimentel(*)	Suplente			
Emílio Santiago Ribas Rodrigues	Titular		01/06/2006 a 31/05/2010 (**)	
Odali Dias Cardoso(*)	Titular		01/06/2010 a 01/06/2014	
Flávio José Pastoriz(*)	Suplente			
Pedro Carlos de Mello	Titular		BB	02/06/2008 a 09/11/2010
Tarcísio Hubner(*)	Suplente			10/11/2010 a 31/05/2012
Carlos Alberto Araújo Netto (*)	Titular	02/06/2008 a 31/05/2012		
Carlos Frederico Tadeu Gomes (*)	Suplente	02/06/2008 a 31/05/2012		
Oscar Viviano de Freitas	Titular	02/06/2008 a 09/11/2010		
Josimar de Gusmão Lopes(*)	Suplente	10/11/2010 a 31/05/2012		
Dinoel Rodrigues Brito	Titular	01/06/2006 a 31/05/2010 (**)		
Aurea Farias Martins (*)	Suplente			
João Vagnes de Moura Silva(*)	Titular	01/06/2010 a 01/06/2014		
	Suplente			

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO PREVI FUTURO

TITULAR	SUPLENTE	REPRESENTAÇÃO	MANDATO
Rodrigo Lopes Britto	Wagner de Sousa Nascimento	Eleito	01/06/2006 a 31/05/2010
Humberto Fernandes de Oliveira	Pablo Sanches Braga		
Luciana Athaide Brandão Bagno (*)	Júlio César Soares Vivian (*)		02/06/2008 a 31/05/2012
Ítalo Lazarotto Júnior (*)	Luciana Vieira Belem (*)		01/06/2010 a 01/06/2014
Wagner de Sousa Nascimento(*)	Rafael Zanon Guerra de Araujo (*)		
César Augusto Jacinto Teixeira	Jeane Filgueiras Aledi		BB
Dina de Fátima Viegas da Silva (*)	Lívia Fernanda Machado da Silva (*)	02/06/2008 a 31/05/2012	
Igor de Barros Magalhães (*)	Andréa Taciana F. Monteiro dos Santos (*)		
Felipe Menegaz Lajus(*)	Marcelo Gusmão Arnosti (*)	01/06/2010 a 01/06/2014	

BB – Indicado pelo Banco do Brasil / Eleito – Escolhido pelos participantes e assistidos, por meio de eleições
 (*) Ocupantes dos cargos em 31/12/2010 / (**) Ficaram vagas as suplências do mandato de 01/06/2006 a 31/05/2010



destaques 2010

SEGURIDADE

SUPERÁVIT

Por meio do diálogo entre as diversas partes envolvidas – entidades representativas do funcionalismo da ativa e dos aposentados, Banco do Brasil e PREVI – foi negociada a forma de destinação da Reserva Especial acumulada em 2009 e encaminhada para aprovação das instâncias responsáveis.

A proposta de destinação dos recursos foi votada e referendada por participantes e assistidos e as alterações no Regulamento do Plano 1, que tratam da utilização do Superávit, foram encaminhadas e aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da PREVI, pelo Banco do Brasil, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), pelo Ministério da Fazenda e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Leia mais sobre a destinação do Superávit em Planos de Benefícios, Plano 1, na página 36.

02

CAPEC: NOVAS OPÇÕES E MUDANÇAS NO REGULAMENTO

Os pecúlios Invalidez e Especial, que antes estavam disponíveis apenas na modalidade Executivo, foram segmentados em novas modalidades. Além disso, a Carteira de Pecúlios da PREVI teve as alterações no Regulamento aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. As mudanças entraram em vigor em 06/01/2010 e estão disponíveis no site.

CONHEÇA AS NOVAS MODALIDADES DE PECÚLIOS

O novo Regulamento da Capec criou as modalidades Júnior, Pleno, Sênior e Master, para os Pecúlios Invalidez, Especial e Manutenção. Se antes só havia uma única opção, agora é possível contratar valores menores de pecúlio, pagando contribuições menores. As modalidades têm os mesmos valores de benefício dos Pecúlios por Morte.

EMPRÉSTIMO SIMPLES

PLANO 1: AUMENTO DE TETO E PRAZO DE PAGAMENTO

A Diretoria Executiva aprovou aumento do teto de concessão do Empréstimo Simples modalidade ES Série 10, 12 e ES Finimob do Plano 1 de R\$ 75 mil para R\$ 100 mil e dilatação do prazo de pagamento de 72 para 96 meses. Todos os participantes que haviam contratado empréstimo antes das alterações puderam solicitar nova concessão sem precisar obedecer qualquer carência. Passou a ser considerada carência de seis prestações pagas somente a partir de nova operação.

A última reavaliação da Carteira de Empréstimo Simples também manteve a suspensão da cobrança da taxa do Fundo de Liquidez, criado para a cobertura dos riscos de crédito da Carteira. A taxa está suspensa desde setembro de 2009. A taxa de formação do Fundo de Quitação por Morte (FQM), destinado à quitação de dívida vincenda em caso de morte do tomador, passa a ser cobrada de acordo com a faixa etária do solicitante do empréstimo, de maneira a cobrir adequadamente o nível de risco: 0,9% a.a. sobre o saldo devedor para participantes com idade até 69 anos, inclusive, e de 2% a.a. para quem tem 70 anos ou mais.

A Carteira de Empréstimo Simples do Plano 1 encerrou o ano com o montante de R\$ 2,846 bilhões, referente a 63.491 contratos ativos. Em relação a 2009, houve um incremento de R\$ 765 milhões, o que corresponde a 36,76% de expansão.

PREVI FUTURO: EMPRÉSTIMO REINGRESSO FACILITA RETORNO AO PLANO

O participante que se desliga do PREVI Futuro e permanece no Banco do Brasil pode reingressar no Plano. Para viabilizar que um maior número de pessoas pudessem retornar ao Plano e quitar as contribuições, a PREVI aprovou a concessão de Empréstimo Simples específico. Batizada de ES Reingresso, a linha de crédito tem teto de R\$ 35 mil, prazo para pagamento em até 60 meses e está condicionada à existência de margem consignável, dispositivo que demonstra a capacidade de pagamento do participante.

Em 2010, retornaram ao Plano 62 funcionários e o montante pago por esses participantes para reingressar somou R\$ 1.484.533,88. Desse total, R\$ 1.002.045,88 foram recursos dos próprios participantes, e R\$ 482.488,00 valores do Empréstimo Simples.

PREVI FUTURO TEM NOVA LINHA DE EMPRÉSTIMO SIMPLES

A Diretoria Executiva aprovou a criação do Empréstimo Simples Curto Prazo para os filiados ao PREVI Futuro. As características dessa modalidade são: teto de concessão de R\$ 5 mil, pagamento em 12 meses, sem carência e sem renovação. Cada participante pode ter, no máximo, um empréstimo de cada linha, respeitados o teto de concessão de R\$ 35 mil e a margem consignável.

A Carteira de Empréstimo Simples do Plano PREVI Futuro encerrou o ano com o montante de R\$ 278,12 milhões, o que corresponde a 23.451 contratos ativos. Em relação a 2009, houve um incremento de R\$ 79,65 milhões, o que corresponde a 40,13%. Dos recursos do Plano, quase 13% estão alocados em empréstimo. Somados a cerca de 1% de financiamentos

imobiliários, chega-se ao percentual de 14%, dentro do limite de 15% determinado pela Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 para essas operações.

NOVO REGULAMENTO DO PREVI FUTURO AMPLIA BENEFÍCIOS

Aprovado em 14/12/2010 pela Previc, o novo Regulamento do PREVI Futuro traz diversas alterações e implementa os institutos de Portabilidade, Resgate, Autopatrocínio e Benefício Proporcional Diferido, em cumprimento à Resolução CGPC nº 6. O novo Regulamento também amplia o leque de benefícios para os participantes, tais como: aposentadoria antecipada aos 50 anos sem a necessidade da concessão de benefício pelo INSS, fim da idade mínima de 55 anos

para concessão de benefício, maior facilidade para reingresso no Plano, possibilidade de filiação de funcionários já aposentados pelo INSS, pensão para companheiros homoafetivos, dentre outras melhorias.

BENEFÍCIOS TÊM REAJUSTE DE 5,31%

As aposentadorias e pensões concedidas até 30/06/2009 foram reajustadas em 5,31%, correspondentes ao INPC acumulado entre junho de 2009 e maio de 2010. Os benefícios concedidos após 30/06/2009 têm reajuste proporcional. O INPC é o indexador dos Planos de Benefícios. No Regulamento atual, mantiveram-se critérios de reajustes previstos quando da concessão do benefício.

PREVI FUTURO ULTRAPASSA R\$ 2 BILHÕES EM ATIVOS

O PREVI Futuro superou em 2010 a marca de R\$ 2 bilhões em ativos. Criado para atender aos funcionários do Banco do Brasil admitidos a partir de 24/12/1997, o Plano de Benefícios de contribuição variável (CV) da PREVI vem apresentando forte crescimento ano após ano. De R\$ 1,7 bilhão em 2009, o PREVI Futuro terminou o exercício de 2010 com R\$ 2,2 bilhões e conta atualmente com cerca de 66 mil participantes. Seus ativos isoladamente o colocariam hoje entre os 35 maiores fundos de pensão do Brasil.



ATUALIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS PELO AUTOATENDIMENTO DO SITE

A partir de agosto, os participantes passaram a contar com a facilidade de alterar seus beneficiários para o Plano 1 e PREVI Futuro de forma mais rápida, sem precisar enviar pelo correio o formulário de atualização. A opção “Beneficiários PREVI”, disponível no Autoatendimento do site, desburocratiza o processo e evita o tráfego de formulários impressos. Uma medida ecologicamente responsável.

PERFIS DE INVESTIMENTO FAZEM ANIVERSÁRIO

O programa Perfis de Investimento do PREVI Futuro completou um ano. O programa permite aos participantes escolher o percentual de alocação de seus recursos na PREVI em Renda Variável – RV. Cerca de 2,7 mil participantes fizeram a opção por um dos três perfis: Conservador (0% a 10% em RV), Moderado (de 20% a 30% em RV) ou Agressivo (de 40% a 50% em RV). A maioria preferiu permanecer no Perfil PREVI, cuja alocação é definida pela Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DO PLANO 1: DESCONTO PARA QUEM LIQUIDAR

A Diretoria Executiva da PREVI aprovou a manutenção do desconto para liquidação antecipada até 31/12/2014. Quem possui imóvel financiado pela PREVI com escritura ou aditivo assinados de dezembro de 1989 a maio de 2001 (contratos PCE e GT-I), e não repactuou seu contrato pela Nova Carim (contratos GT-III), tem mais uma oportunidade de quitar o financiamento com desconto de, no mínimo, 15%. Além desse desconto especial, os mutuários que têm recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem usar o valor para quitar o financiamento já com desconto. Outra opção é usar o Empréstimo Simples da PREVI (ES-Finimob) para complementar o valor necessário, caso o valor dos recursos próprios ou o saldo do FGTS sejam insuficientes.

RENOVADO O CONVÊNIO COM A CEF PARA LIQUIDAÇÃO COM FGTS

O convênio com a Caixa Econômica Federal foi renovado até 31/12/2014, para possibilitar que os mutuários da Carim que têm recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) possam utilizá-los para liquidar seus contratos.

TAXA DE CARREGAMENTO CAI DE 5% PARA 4%

A taxa de carregamento dos planos da PREVI foi reduzida de 5% para 4%. A redução beneficiou principalmente os participantes do PREVI Futuro, que terão ao final do período contributivo um saldo de conta maior e um benefício também maior, já que a taxa incide sobre as contribuições mensais. No Plano 1, esta redução não altera o valor dos benefícios, mas permite maior acumulação na Reserva Individual de Poupança. A taxa da Capec não sofreu alterações, mantendo-se em 2,5% sobre o valor das contribuições.

TAXA DE JUROS ATUARIAIS DIMINUI

Houve a alteração da taxa de juros do Plano 1 de 5,5%a.a. para 5%a.a., em linha com a perspectiva de menor rentabilidade dos ativos no longo prazo e de modo a atender o que dispõe a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto à destinação dos recursos da Reserva Especial. A taxa real de juros estima o rendimento real que as aplicações dos recursos garantidores devem ter para garantir o pagamento dos benefícios previstos nos planos.

REDUÇÃO INFLUENCIA EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

No caso do Empréstimo Simples do Plano 1, a taxa de juros de 5%a.a. passou a valer, a partir de 01/11/2010, para todas as operações de participantes do Plano. Já para o Financiamento Imobiliário, a nova taxa de juros também começou a valer a partir de novembro, mas apenas para os contratos assinados após a reabertura da Carim, em março de 2007.

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

PROGRAMA MAIS PREVI: CONHECIMENTO PARA UM FUTURO MELHOR.

O programa de Educação Previdenciária, Mais PREVI, tem o objetivo de fornecer informações que permitam aos participantes tomar as melhores decisões. Utilizando o site como principal veículo, o programa reúne vídeos, textos, cursos e links para outros conteúdos que ajudam a entender assuntos relacionados à Previdência.

O Programa Mais PREVI também contribui para a disseminação de conhecimentos sobre planejamento financeiro, necessário à formação de poupança para garantir uma boa renda no momento da aposentadoria.

COMO ACESSAR

Na página inicial do site, na aba “Conheça a PREVI”, clique na opção Mais PREVI. Você entrará na página que reúne todos os conteúdos produzidos. Além disso, sempre que existir algum vídeo ou outro material do Mais PREVI relacionado com a informação contida na página em que você estiver navegando, você verá um selo com link direto para o conteúdo audiovisual.





RELACIONAMENTO

LADO A LADO COM O PARTICIPANTE

Uma Instituição com o tamanho da PREVI precisa manter múltiplos canais de comunicação e estar apta a se relacionar com seus mais de 180 mil participantes, de diversas faixas etárias, localizados em todo território nacional e até no exterior.

CONSULTAS POR CANAL DE CONTATO EM 2010

CANAL DE ATENDIMENTO	
Telefone	251.343
Escrito (e-mail, cartas)	49.119
Presencial	5.561
CANAL DE AUTOATENDIMENTO	
Internet	2.424.391
Central 0800	96.754
TOTAL	2.827.168

ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA: PROGRAMA PILOTO COM 130 PARTICIPANTES

A PREVI realizou um programa piloto da Assessoria Previdenciária com 130 participantes de todo o Brasil, escolhidos aleatoriamente. A Assessoria presta atendimento personalizado para quem já adquiriu condições para se aposentar ou vai adquirir nos próximos 60 meses. O funcionário simula cenários de acordo com as informações prestadas pelo participante para que escolha o melhor momento para se aposentar. O agendamento é pelo 0800-729-0505 ou pelo Fale Conosco do site.

TELEMARKETING ATIVO ALCANÇA A 1.000ª ADESÃO

Além de receber consultas de seus participantes, a PREVI tem procurado fazer contato direto. Um participante que trabalha na Agência de São Sebastião do Caí, RS, foi a adesão de número 1.000 conquistada pelos profissionais de atendimento que atuaram no telemarketing ativo. A partir de 2009, a Central 0800-729-0505 passou a oferecer o Plano PREVI Futuro aos funcionários do Banco do Brasil que não haviam se filiado desde a sua posse. O objetivo é mostrar que contribuir um pouco por mês e obter igual contribuição do Banco faz toda a diferença na hora da aposentadoria.

INVESTIMENTOS

Os ativos de investimentos administrados pela PREVI totalizaram cerca de R\$ 152 bilhões. Desse total, R\$ 149,7 bilhões são referentes ao Plano 1, R\$ 2,2 bilhões pertencentes ao PREVI Futuro e R\$ 130,8 milhões à Capec. Esses recursos estão investidos em diferentes tipos de ativos, como ações de empresas, títulos públicos, fundos de investimentos e empréstimos e financiamentos aos participantes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA VALE

O presidente da PREVI, Ricardo Flores, foi indicado pelos membros do Conselho de Administração da Vale – que representam os acionistas controladores da Companhia – para presidir o colegiado da mineradora, da qual a PREVI detém 15,45% do capital total.

VALE NA BOLSA DE HONG KONG

Em dezembro de 2010, a Vale divulgou a listagem secundária de suas ações ordinárias e preferenciais Classe A sob a forma de certificados de depósito de Hong Kong, os chamados HDRs, na Hong Kong Stock Exchange. A listagem não envolveu ofertas de novas ações e os papéis passaram a ser negociados no dia 08/12/2010.

PERDIGÃO E SADIA: AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES EM CONJUNTO

Em 2010, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ampliou a autorização para Perdigão e Sadia atuarem juntas. Passou a permitir às Companhias realizarem negociações e aquisições conjuntas de insumos e serviços (como grãos, embalagens e carne bovina *in natura*), com exceção da compra de aves e suínos.

BRASIL FOODS É ELEITA EMPRESA DO ANO

A Brasil Foods – BRF foi eleita a Empresa do Ano pela edição “As Melhores da ISTO É Dinheiro 2010” com o prêmio Destaque na Gestão 2010. O *ranking* contempla 500 entre as maiores empresas brasileiras que atuam em 25 setores e, juntas, somam receita líquida de R\$ 2,2 trilhões. A BRF também conquistou o primeiro lugar no setor de alimentos.

HOTÉIS DE SAUÍPE SÃO RECUPERADOS E GANHAM NOVOS NOMES

A PREVI investiu em obras de recuperação da infraestrutura e do padrão dos hotéis, na criação de novos espaços e serviços, no reposicionamento dos hotéis no mercado e em capital de giro. Os quatro principais hotéis da Costa do Sauípe passaram por reformulação, ganharam novos nomes e foco operacional. A gestão de todo o empreendimento é unificada e proporciona ganhos efetivos de escala.

NEOENERGIA CONQUISTA INVESTMENT GRADE EM ESCALA GLOBAL

A Neoenergia foi reconhecida pela Standard & Poor's como a primeira empresa privada do setor elétrico brasileiro com *investment grade* em escala global. Grau de investimento, ou *investment grade*, é um reconhecimento internacional que sinaliza que uma empresa ou um país teve seus fundamentos socioeconômicos aprimorados e que há preocupação em honrar credores nacionais e internacionais.

Com relação aos investimentos em geração de energia elétrica, destaca-se o ingresso da Neoenergia no setor de geração eólica, por meio de uma parceria com a Iberdrola Renováveis. A empresa sagrou-se vencedora em leilão para a comercialização da energia de 9 parques eólicos, com um total de 258 MW de potência instalada.

A empresa alcançou a posição de segundo gerador privado do Brasil. Desde o início de 2004, a Neoenergia ligou mais 1,9 milhões de novos clientes e investiu mais de R\$ 7,2 bilhões em distribuição, geração e transmissão de energia elétrica no país. A participação da PREVI na empresa equivale a 49% do capital total ou R\$ 7,75 bilhões.

CPFL ENERGIA TEM AUMENTO SIGNIFICATIVO EM GERAÇÃO

A CPFL Energia, empresa na qual a PREVI possui 31,01% de participação, alcançou a potência instalada de 2.396 MW, com incremento de 38% na potência anterior de 1.737 MW. O aumento decorreu da entrada em operação da Usina Hidrelétrica –

UHE Foz do Chapecó, da Usina Termoelétrica – UTE Baldin (primeiro projeto da CPFL Bioenergia) e das duas Usinas Termoelétricas pertencentes à EPASA (controlada da CPFL).

O reconhecimento da sua atuação pode ser confirmado pelos diversos prêmios recebidos. Destacam-se a 3ª colocação no *ranking* das melhores companhias para os acionistas em 2010, prêmio concedido pela Revista Capital Aberto, e a distinção outorgada pela ABRADÉE à RGE, distribuidora do grupo CPFL, de melhor Distribuidora de Energia do Brasil em 2010.

A CPFL ficou classificada como a 10ª melhor empresa para se trabalhar, na pesquisa anual realizada pela Revista Exame, entre as empresas de grande porte.

ANATEL APROVA A COMPRA DA BRT PELA OI

A Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel aprovou sem restrições e por unanimidade o ato de concentração da compra da Brasil Telecom pela Oi [Telemar]. A anuência significa que o órgão não vê prejuízos aos consumidores. A presença na Oi se dá por meio da Telemar Participações, na qual a PREVI possui 12,9%.

OI E PORTUGAL TELECOM ASSINAM TERMO DE INTENÇÕES

As companhias do Grupo Oi e a Portugal Telecom assinaram um Termo de Intenções não vinculante, com o objetivo de determinar as bases e os princípios que fundamentariam a negociação de aliança industrial entre as companhias.

PRÊMIOS POR AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

No Encontro Nacional de Cidadania e Responsabilidade Social, a Oi recebeu dois certificados. Um por constar da lista das 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa e outro por destacar-se no Pilar Responsabilidade Ambiental dentre as 50 Melhores Empresas analisadas.

A pesquisa foi realizada com as 1.000 Maiores e Melhores Empresas Brasileiras (critério Exame) e as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar (critério FIA USP e *Great Place to Work*). Nessa pesquisa, outras empresas em que a PREVI participa receberam certificados, entre elas, Usiminas, Suzano, Vale, Embraer e Perdigão.

EMPRESAS PARTICIPADAS COMPÕEM ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL – ISE

A Bovespa anunciou em novembro a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, que vai vigorar de 03/01 a 29/12/2011 e reúne 47 ações de 38 companhias. O índice representa 18 setores e um total de R\$ 1,17 trilhão em valor de mercado (quase metade do total das companhias com ações negociadas na Bolsa). A lista agora inclui a Vale, que se torna a primeira mineradora a compor o Índice. A Oi integra a carteira do Índice pelo terceiro ano consecutivo. Ao todo, 15 empresas com participação da PREVI integram o ISE: Bradesco, Banco do Brasil, Brasil Foods, Cemig, CPFL Energia, Embraer, Fíbria, Gerdau, Gerdau Metalúrgica, Itausa, Itaú/Unibanco, Oi/Telemar, Suzano Papel, Ultrapar e Vale.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE DOW JONES

A Embraer foi listada no Índice de Sustentabilidade Dow Jones (*Dow Jones Sustainability Index – DJSI*), em reconhecimento aos atuais esforços de sustentabilidade da Companhia. Com esta seleção, a estratégia da Embraer é agora reconhecida por dois dos mais importantes índices globais, que inclui o ISE da BM&F Bovespa.

RELACIONAMENTO

A PREVI NO MUNDO GLOBALIZADO

A PREVI sabe que o foco de sua atuação é o participante. Entretanto, estar atenta ao que ocorre no mundo e relacionar-se com instituições e organismos internacionais faz a PREVI mais forte e capacitada para enfrentar os desafios do mundo globalizado.

Em consonância com o compromisso de garantir não só renda para uma aposentadoria mais confortável, mas também de colaborar para o desenvolvimento de um mundo sustentável, a PREVI está atenta às diretrizes internacionais sobre governança. Nesse âmbito, em 2010, foi retomada a publicação do Relatório de Sustentabilidade, agora seguindo as diretrizes internacionais da GRI (*Global Report Initiative*).

Com o objetivo de gerar trocas de experiências e fomentar ideias sobre estratégias de implementação de ações colaborativas em prol do investimento sustentável, a PREVI participa desde o início e faz parte do *board* do PRI (Princípios para o Investimento Responsável), grupo que representa o compromisso dos grandes investidores institucionais engajados nesta causa.

Ainda a favor da sustentabilidade, a PREVI formalizou apoio à Declaração de Investidores Globais sobre as Mudanças Climáticas, elaborada por um conjunto de organizações preocupadas com os impactos dessas mudanças para empresas e investidores.



INVEPAR: NOVOS INVESTIMENTOS PARA CRESCER

A PREVI quer transformar a *holding* Invepar, na qual possui 40,14% de participação, em uma das maiores empresas de infraestrutura de transportes do país. A intenção é que a empresa cresça de forma sustentável, para que em até três anos seja possível realizar um IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações).

A *holding* Invepar controla, além do Metrô do Rio, a Concessionária Linha Amarela – LAMSA, que liga Barra da Tijuca à Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro; a Concessionária Linha Verde – CLN, rodovia entre Salvador e Aracajú; e a Concessionária Auto Raposo Tavares – CART, eixo Bauru/Durinhos/Presidente Epitácio, em São Paulo.

Em linha com a sua estratégia de crescimento, a Invepar venceu o leilão para a exploração do complexo rodoviário do Sistema BA-093 (atual Concessionária Bahia Norte), localizado em Salvador (BA), com extensão total de 125 Km, pelo prazo de 25 anos.

INVEPAR RECEBE PRÊMIOS

A Invepar recebeu Certificado de Empresa Cidadã e premiação na categoria “Destaque para o Terceiro Setor”. O Instituto Invepar investiu na qualidade de projetos socioambientais e a expressividade dos resultados alcançados pelas empresas do Grupo trouxe alguns reconhecimentos importantes.

USIMINAS NO PRÉ-SAL

Dentro de sua estratégia de investir em agregação de valor e redução de custos, a Usiminas anunciou a conclusão de um de seus principais investimentos, com foco nos mercados naval e de óleo e gás. A tecnologia de resfriamento acelerado de chapas grossas, chamada CLC, foi instalada na linha de produção da usina de Ipatinga (MG) e demandou um aporte de R\$ 539 milhões. O equipamento possibilitará à empresa fornecer uma nova família de aços com alto valor agregado chamada Sincron, com características e desempenho diferenciados para atender às demandas do pré-sal. A PREVI participa de 5,79% do capital total da Usiminas.

EMBRAER: 246 JATOS ENTREGUES

A Embraer, empresa em que a PREVI detém 13,43% de participação, entregou 92 jatos no quarto trimestre de 2010. Desse total, 30 foram para o mercado de aviação comercial, 61 para o de aviação executiva e um para o segmento de defesa. A Empresa encerrou 2010 com a entrega de 246 jatos. Durante o ano, o mercado de aviação comercial demonstrou sinais concretos de recuperação e retomou gradativamente a atividade e os negócios. Como consequência, a Embraer fechou contratos para a venda de 97 novos aviões.

WEG GANHA PRÊMIO POR INOVAÇÃO

A empresa Weg, na qual a PREVI detém 3,32% de participação, recebeu em setembro o Prêmio Empresas Mais Inovadoras do Brasil 2010. O prêmio é promovido pela Revista Época Negócios, em parceria com a consultoria da AT Kearney e contempla 20 empresas que se destacaram como as líderes em inovação do país. A Weg, que tem como principal objetivo aumentar a eficiência energética de seus produtos, ficou com a 19ª colocação.

PREVI PARTICIPA DA OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DA PETROBRAS

A PREVI investiu cerca de R\$ 2,1 bilhões na Oferta Pública de Ações – OPA da Petrobras, empresa na qual detém 2,76% de participação. A perspectiva no longo prazo é de boa rentabilidade, tendo em vista o bom posicionamento e a tecnologia detidos pela empresa, especialmente para a exploração do pré-sal.

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES DO BB ULTRAPASSA R\$ 9,7 BILHÕES

O Banco do Brasil, em que a PREVI detém 10,37% de participação, realizou Oferta Pública de Ações na qual foram negociados 396 milhões de papéis. Na oferta primária foram 286 milhões, e outros 110 milhões na secundária. A oferta reforçou a estrutura de capital do Banco para viabilizar sua estratégia de expansão. O percentual de ações em livre circulação (*free float*) aumentou para 30,4% e superou o mínimo de 25% exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, ao qual o BB aderiu em 2006.

SUZANO CERTIFICA SEUS PRODUTOS COM “SELO VERDE”

A Suzano Papel e Celulose, empresa na qual a PREVI tem 2,38% de participação, é a primeira do setor no mundo a divulgar em seus produtos a “pegada de carbono”, que é o volume de CO₂ – um dos gases de efeito estufa – liberado na produção, uso e no descarte do produto. Três tipos de papel e toda a celulose que é voltada à exportação receberão um selo que garante a emissão livre de CO₂. A marca da campanha será a de uma pegada humana, junto à informação a respeito de quantos gramas/quilos de gases foram gerados por tonelada daquele produto. Existe o planejamento da empresa para colocar o selo da pegada verde em todos os produtos da Suzano.

IMÓVEIS: AQUISIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS COMERCIAIS

Atenta ao crescimento do setor imobiliário, a PREVI investiu na aquisição de três grandes edifícios comerciais, WTorre Nações Unidas, Parque Cidade Torre C e Eco Berrini, e aumentou a participação no Shopping ABC.

Para manter os imóveis atrativos, em condições de gerar bons resultados, a PREVI investiu na atualização tecnológica de edifícios como o Candelária Corporate, o Morumbi Office Tower e o São Luiz, bem como na revitalização de *shopping centers* em que tem participação, como o BarraShopping, MorumbiShopping, ParkShopping (Brasília), RibeirãoShopping e Shopping Curitiba.

PREVI FUTURO TEM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Com dez anos de existência e concedendo financiamentos imobiliários aos seus participantes desde 2008, o plano PREVI Futuro passou a ter investimentos no segmento imobiliário com o aporte de R\$ 30 milhões realizado no Shopping ABC. O Plano pode investir, pela lei, até 5% do capital acumulado em imóveis. O início da atuação do PREVI Futuro no segmento reforça as diretrizes da atual gestão de investir também na área imobiliária.

ALL INGRESSA NO NOVO MERCADO

A América Latina Logística – ALL, que desde 2004 está listada no Nível 2 de governança corporativa, ingressou no Novo Mercado da BM&FBovespa. A ALL é a maior empresa independente de serviços de logística da América do Sul e a primeira do setor a fazer parte do Novo Mercado, que conta com 108 companhias dos mais diversos setores.

Detentora de concessões numa área de cobertura que alcança 75% do PIB do Mercosul, por onde passam 78% das exportações de grãos da região rumo a sete dos principais portos instalados no Brasil e Argentina, a ALL opera atualmente a mais extensa malha ferroviária da América do Sul. A PREVI possui 3,88% de participação na empresa.

O investimento total foi de R\$ 175 milhões por 42,9% do capital do empreendimento. O aporte dos R\$ 145 milhões restantes foi feito pelo Plano de Benefícios 1.

PREVI E ABRIL BUSCAM CERTIFICAÇÃO PARA BIRMANN 21

O Condomínio Edifício Birmann 21 está buscando obter o certificado internacional “LEED-EB”, que atesta que a construção é um “prédio verde”. Também conhecido como Novo Edifício Abril – NEA, o edifício tem a PREVI como principal condômina e está integralmente locado ao Grupo Abril desde 1997. LEED-EB significa *Leadership in Energy and Environmental Design – Existing Building*. Ou seja, Liderança em Energia e Design Ambiental para Construções já Existentes e que se transformam em “ambientais”. Nenhum edifício na América do Sul obteve ainda a certificação LEED-EB e o Condomínio Edifício Birmann 21 tem grandes chances de ser um dos primeiros.

SHOPPING DE BRASÍLIA GANHA PRÊMIO

O projeto da oitava expansão e revitalização do Parkshopping, em Brasília, recebeu prêmio por “Excelência em Expansão e Revitalização” na premiação realizada pela Associação Brasileira de Shopping Centers – Abrasce. O Plano 1 da PREVI possui 37,5% de participação na expansão do Shopping.

INVESTIMENTOS EM PRIVATE EQUITY

A PREVI tem aumentado os valores investidos em fundos de *private equity* e *venture capital*. Esses fundos compram empresas com potencial de crescimento e são importantes para diversificar o portfólio de investimentos. A PREVI fechou o exercício com cerca de R\$ 900 milhões destinados a esse tipo de investimento. O portfólio dos fundos é composto por mais de 60 empresas que atuam em diversos segmentos da economia, como educação, infraestrutura, biotecnologia, agronegócios, saneamento e tecnologia da informação.

GOVERNANÇA**ELEIÇÕES**

Como acontece a cada dois anos, 2010 foi ano de eleição na PREVI. No processo eleitoral realizado entre os dias 17 e 27 de maio, cerca de 99 mil associados da ativa e aposentados votaram e elegeram representantes para cargos de administração e fiscalização da PREVI e para os Conselhos Consultivos do Plano 1 e PREVI Futuro. Além da eleição dos associados, três novos dirigentes foram indicados pelo Banco do Brasil.

NOVOS DIRIGENTES TOMAM POSSE

No dia 01/06/2010, tomaram posse 27 dirigentes da PREVI. Assumiram o novo presidente, Ricardo Flores, os diretores de Administração, Paulo Assunção, de Investimentos, Renê Sanda, de Participações, Marco Geovanne Tobias e de Planejamento, Vitor Paulo Camargo Gonçalves. Também tomaram posse representantes eleitos e indicados nos conselhos Deliberativo, Fiscal e nos conselhos consultivos do PREVI Futuro e do Plano 1. O diretor de Segurança, José Ricardo Sasseron, permaneceu no cargo.

PREVI SEDIA PRIMEIRA REUNIÃO DO PRI NO BRASIL

De 03 a 05/05/2010, a PREVI sediou a primeira reunião, no Brasil, da cúpula do Principles for Responsible Investment – PRI, com a participação dos maiores investidores do mundo. Um dos destaques foi a adesão da BM&FBovespa como signatária, juntando-se a outras 38 instituições brasileiras, entre fundos de pensão, gestoras de recursos e parceiros. A sigla PRI (Princípios para o Investimento Responsável, na tradução livre) representa o compromisso dos grandes investidores

institucionais de aplicar em negócios sustentáveis, ou seja, de estarem atentos aos aspectos social, ambiental e de governança corporativa, por ocasião da escolha de ativos e carteiras para investimento dos seus recursos. O programa, incentivado desde 2003 pela Organização das Nações Unidas – ONU, foi lançado oficialmente na Bolsa de Valores de Nova Iorque em abril de 2006, com 65 integrantes. Hoje, o PRI tem 700 signatários com cerca de US\$ 20 trilhões em ativos sob sua gestão. Desde o início, a PREVI atua como agente divulgador e incentivador à adesão de outros investidores institucionais da América Latina.

INSTRUÇÃO DEFINE NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

A Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, entrou em vigor em 01/01/2010 e definiu normas específicas para os procedimentos contábeis dos fundos de pensão, tais como a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações. A instrução promove, também, ajustes pontuais na planificação contábil padrão, com alterações e inclusões de rubricas contábeis para adequações à norma de custeio administrativo e à implantação de sistemas de contabilidade específicos. As informações divulgadas neste Relatório Anual já contemplam mudanças trazidas pela Instrução 34.

ENCONTRO DE CONSELHEIROS 2010: EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

O Encontro de Conselheiros tem o objetivo de disseminar as melhores práticas de Governança Corporativa, uniformizar procedimentos, transmitir informações, promover treinamento e debates, além da interação e troca de experiências entre os conselheiros em empresas participadas da

PREVI. A edição de 2010, realizada na Costa do Sauípe (BA), teve como tema “Empreendedorismo e Sustentabilidade”.

CONSELHEIROS EM EMPRESAS

Para acompanhar de perto as empresas em que tem participação acionária e promover boas práticas de governança, a PREVI busca eleger conselheiros nas assembleias de acionistas. Em 2010, para preencher os 224 assentos, foram eleitos, com o apoio da Instituição, 161 conselheiros de administração e fiscais, titulares e suplentes. Desse total, 76 estão em conselhos de administração (41 titulares e 35 suplentes) e 85 estão em conselhos fiscais (43 titulares e 42 suplentes). O número de conselheiros é menor que o de assentos, porque replicamos alguns conselheiros em empresas de um mesmo grupo econômico.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS VISA A OTIMIZAR RESULTADOS

Com o objetivo de conduzir seus projetos de forma integrada e alinhada aos objetivos estratégicos da organização, a PREVI criou o Escritório de Projetos. Por meio do gerenciamento centralizado e coordenado dos projetos, da padronização de políticas de gestão, processos e métodos, o Escritório permitirá dimensionar o custo, prever a divisão das etapas e as responsabilidades de cada interveniente. Assim, cada trabalho poderá desenvolver-se de forma mais eficiente e eficaz, dentro das expectativas estabelecidas.

PLANO ESTRATÉGICO 2011-2013

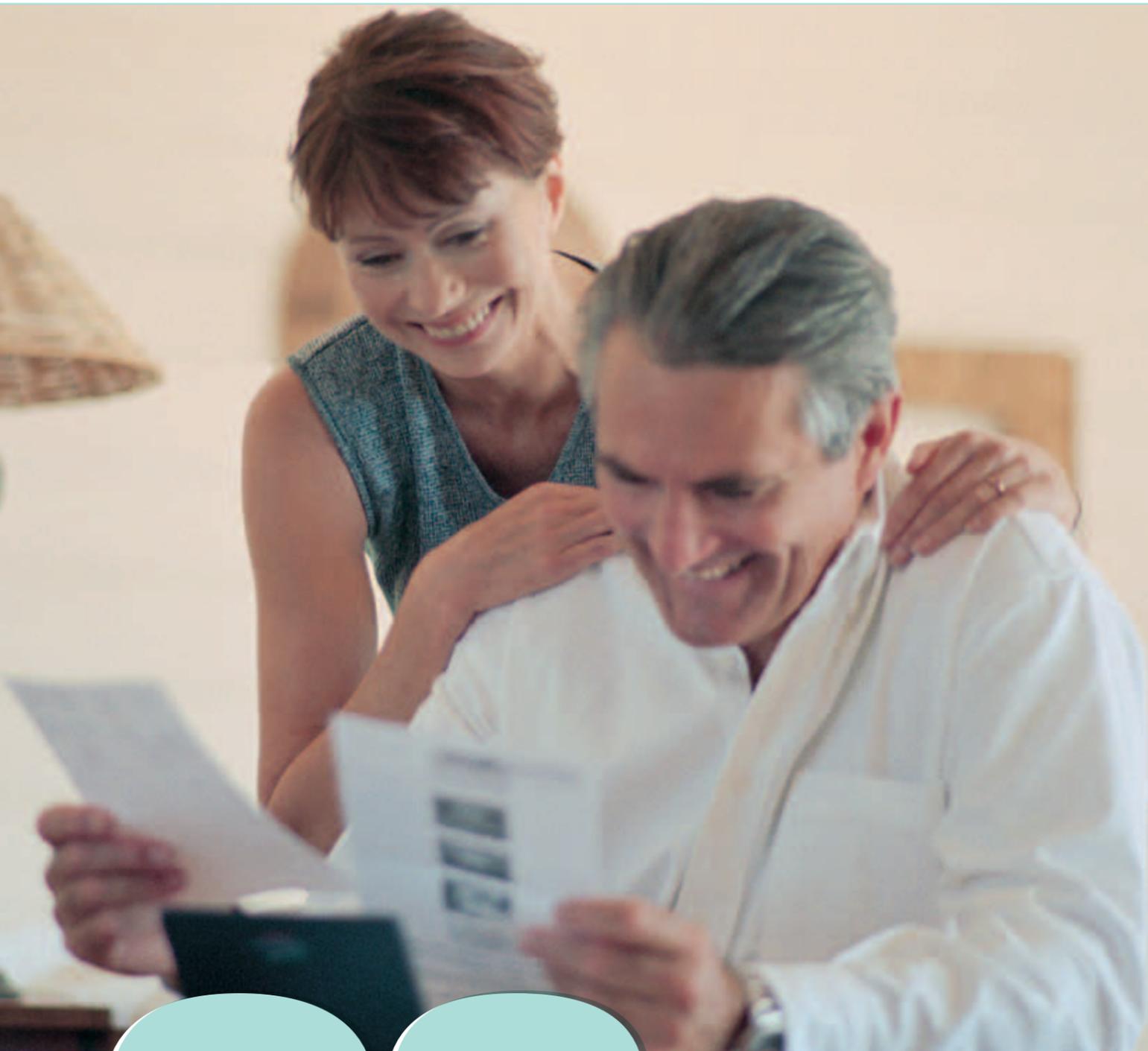
A PREVI realizou a revisão anual de seu planejamento estratégico. O Plano Estratégico da Instituição para 2011-2013 é o resultado da análise de insumos levantados a partir da consulta a diversos públicos, como Entidades representativas dos participantes, Banco do Brasil, Conselhos Deliberativo, Fiscal e Consultivos da PREVI e funcionários da Instituição, além da análise de cenários. O Plano Estratégico busca priorizar assuntos e projetos identificados como estratégicos e que estejam alinhados com as responsabilidades da PREVI.

SELO PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO

A PREVI conquistou o Selo Pró-equidade de Gênero, que traduz o reconhecimento do esforço feito pelas organizações na implementação em seu cotidiano de práticas de equidade de gênero. A ideia é que ele seja um instrumento que evidencie o compromisso da empresa com a equidade de gênero, na promoção da cidadania e difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho. Em 2010, 88 organizações se inscreveram e 71 participaram do programa. Desse total, 58, inclusive a PREVI, cumpriram qualitativa e quantitativamente a execução das ações pactuadas com o programa e receberam o Selo.

CLUBE DE BENEFÍCIOS

O desconto acumulado em 2010, isto é, o quanto as empresas parceiras ofereceram de redução no preço dos produtos, somou mais de R\$ 12,8 milhões. Este é o montante que os participantes da PREVI economizaram em suas compras e representa um aumento de 69% em comparação com 2009. No total, foram realizadas mais de 40 mil transações comerciais com empresas do Clube de Benefícios, que movimentaram cerca de R\$ 200 milhões. Em 2010, a página “Ofertas Especiais”, que concentra as principais parceiras do Clube de Benefícios no site da PREVI, recebeu em média 28 mil visitas por mês.



planos de benefícios

POR QUE VOCÊ FAZ PARTE DA PREVI?

Quem está em atividade deseja receber no futuro um benefício que ajude a manter seu padrão de vida. Quem já recebe benefício certamente quer continuar a recebê-lo. Mas não há milagres. A fórmula requer que você destine recursos mensalmente sob a forma de contribuição e que a PREVI administre os recursos com competência. Uma maneira de você acompanhar essa gestão é analisar os números desse relatório. Em suma, eles mostram a quantidade de recursos existentes [ativos] e as obrigações.

03

PLANO 1

UM ANO REPLETO

Em um ano repleto de atividades que movimentaram a PREVI, a discussão em torno da destinação do superávit do Plano 1 foi o que mais atraiu a atenção dos participantes. Mas ações como o aumento do teto e do prazo de pagamento para o Empréstimo Simples, a redução da taxa de juros atuariais de 5,5% para 5,0% também foram mudanças importantes (veja em “Destaques 2010”).

O Plano fechou o ano com um ativo total de R\$ 150,581 bilhões. Consolidou-se, assim, a recuperação das perdas sofridas em 2008 com a crise econômica mundial. Foi a certeza dessa recuperação que possibilitou avançar nos entendimentos acerca do uso do superávit do Plano.

SUPERÁVIT DO PLANO: BENEFÍCIOS PARA TODOS

O Conselho Deliberativo da PREVI, o Banco do Brasil e os órgãos governamentais competentes aprovaram as mudanças propostas para alteração do Regulamento do Plano e referendadas pelos próprios participantes em consulta realizada. Com a aprovação, pôde-se proceder à destinação do superávit, o que representou benefícios para todos. Os principais itens aprovados foram:

INCORPORAÇÃO DOS BENEFÍCIOS ESPECIAIS

Em dezembro, foi aprovado o Regulamento que contempla a incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade ao Passivo Atuarial do Plano. A incorporação desses benefícios proporcionou aos participantes maior garantia quanto ao recebimento futuro desses valores, já que no Regulamento anterior esses Benefícios Especiais eram devidos enquanto existisse disponibilidade de recursos nos Fundos de Remuneração e Proporcionalidade respectivamente. Estes fundos foram incorporados ao ativo líquido do Plano 1.

BENEFÍCIO ESPECIAL TEMPORÁRIO

Os aposentados e pensionistas passaram a receber o valor mensal correspondente a 20% do Complemento PREVI ou da Renda Mensal Vitalícia, considerando como parâmetro 70% da Parcela PREVI e o tempo de filiação do participante, e já incorporados os Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade. O primeiro crédito correspondeu a 12 parcelas e o benefício será pago enquanto houver recursos no respectivo fundo.

Os participantes da ativa passam a ter direito ao valor de 20% do Complemento PREVI Projetado, calculado com base no Salário Real de Benefício Simulado e em fórmula específica, prevista no Regulamento do Plano 1. O controle mensal da parcela será feito em conta individual. Quando se aposentar, o participante levantará o saldo acumulado até então em parcela única. Se ainda houver saldo no fundo que custeia o Benefício Especial Temporário, passará a receber o Benefício Temporário equivalente a 20% do seu Complemento PREVI. O primeiro crédito em conta individual teve montante equivalente a 12 vezes o Benefício Especial Temporário apurado para o mês de aprovação das alterações no Regulamento do Plano.

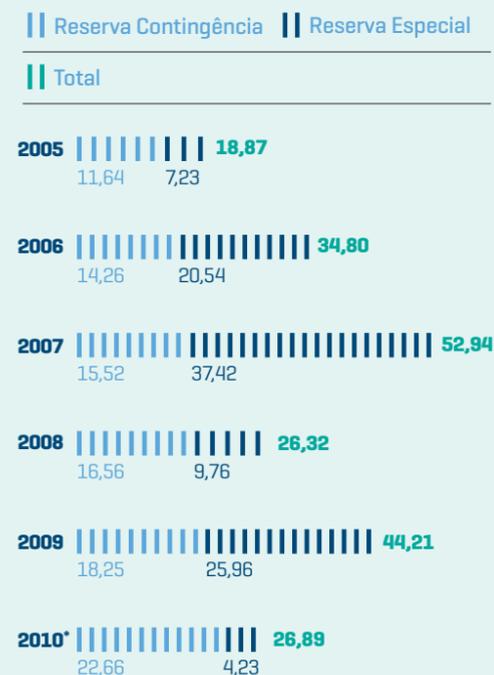
SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

A cobrança das contribuições dos participantes do Plano 1 foram suspensas por mais três anos consecutivos.

FUNDOS PREVIDENCIÁRIOS

Para destinação dos recursos do superávit, foram criados dois fundos de igual valor, um para participantes e assistidos e outro para o patrocinador Banco do Brasil.

Evolução do Superávit acumulado (R\$ Bilhões)



[*] Considerando a formação dos Fundos de Destinação da Reserva Especial (R\$ 15,07 bilhões).

A variação de R\$ 17,3 bilhões do superávit acumulado entre os exercícios de 2009 (R\$ 44,2 bilhões) e 2010 (R\$ 26,9 bilhões) deveu-se principalmente à redução da taxa de juros de 5,5% para 5%, bem como pela destinação de R\$ 15,07 bilhões do superávit para a formação dos fundos de Destinação da Reserva Especial dos Participantes e Patrocinadora, que possibilitaram o pagamento do Benefício Especial Temporário e a suspensão das contribuições pelos próximos 3 anos.

RESULTADO DE 2010

O resultado dos Investimentos no exercício foi positivo, em função das rendas e variações líquidas oriundas das aplicações de recursos do Plano 1 terem atingido o volume de R\$ 16 bilhões. Isso equivale a uma rentabilidade de 12,37% (28,25% em 2009), superior à meta atuarial de 12,23% (INPC + 5,5% até outubro e 5% em novembro e dezembro). A meta atuarial é utilizada para a correção dos compromissos.

Rentabilidade dos Investimentos (%)

	2010
Rentabilidade do Plano 1	12,37
Títulos Públicos	12,57
Créditos Privados e Depósitos	13,83
Ações	6,51
Fundos de Investimento	16,04
- Fundo de Renda Fixa	14,42
- Fundo de Ações	17,11
- Fundo de Direitos Creditórios	11,41
- Fundo de Empresas Emergentes	(5,38)
- Fundo de Participações	6,34
- Fundo Imobiliário	9,94
Investimento Imobiliário	17,95
Empréstimo Simples	11,38
Financiamento Imobiliário	9,63
Indicadores	
TMS	9,78
IBrX-50	0,75
Meta Atuarial (INPC + 5,0%)	12,23

RELACIONAMENTO

RELAÇÃO DE PARCERIA

A PREVI valoriza a opinião dos participantes e assistidos e tem implementado mecanismos que transformam esse discurso em parcerias concretas.

O processo de destinação do Superávit do Plano 1 contou com o diálogo maduro entre PREVI, entidades representativas e Banco do Brasil. Antes de seguir o trâmite de aprovação, a proposta foi submetida à consulta dos participantes que, envolvidos e bem informados, puderam se manifestar e a referendaram.

A ideia de parceria também está presente na gestão participativa dos recursos, como ocorre com o programa Perfis de Investimento do PREVI Futuro. O programa completou um ano em 2010 e permite aos participantes do Plano optar pelo percentual de aplicação de seus recursos em Renda Variável.

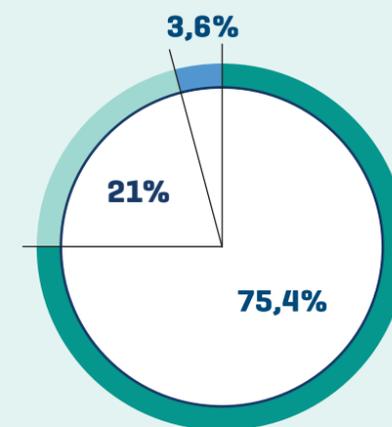


PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS (PREVI/INSS/BB)

Em 2010, foi pago o total de R\$ 8,213 bilhões a cerca de 87.800 aposentados e pensionistas, sob forma de benefício mensal. Os valores pagos tendem a crescer, uma vez que, nos próximos quinze anos, todos os participantes ativos do Plano 1 terão condições de aposentar-se.

BENEFÍCIOS PAGOS EM 2010

PREVI	- R\$ 6.194.828.011,66
INSS	- R\$ 1.722.281.424,59
Banco do Brasil	- R\$ 296.251.313,45
Total	- R\$ 8.213.360.749,70



FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO E EMPRÉSTIMO SIMPLES

Os financiamentos e empréstimos são oferecidos aos participantes, com retorno financeiro mínimo exigido pela legislação, e restringe-se à meta atuarial, utilizada para a correção dos compromissos do Plano.

A carteira de Financiamento Imobiliário encerrou o ano com montante de R\$ 2,947 bilhões, o que corresponde a 27.785 contratos ativos. Em 2010, foram contratadas 1.079 novas operações.

A PREVI oferece também o Empréstimo Simples – Finimob, que é uma linha de crédito para complementar recursos próprios ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS na liquidação antecipada dos contratos de financiamento imobiliário. A carteira ES Finimob encerrou o ano com mais de R\$ 4 milhões concedidos a participantes, o que corresponde a 225 contratos ativos.

A carteira de Empréstimos Simples encerrou o ano com R\$ 2,846 bilhões, que correspondem a 63.491 contratos ativos.

PARTICIPANTES

PLANO DE BENEFÍCIOS 1	2010
Ativos	32.449
Aposentados	64.361
Ativos Externos [1]	916
Aposentados Externos [2]	3.478
Pensionistas	18.964
Total	120.168

[1] Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido – BPD, participantes externos, pensão mínima e participantes ainda sem opção.
 [2] inclui BPD, participantes externos e pensão mínima.

PREVI FUTURO

PLANO TEM NOVO REGULAMENTO

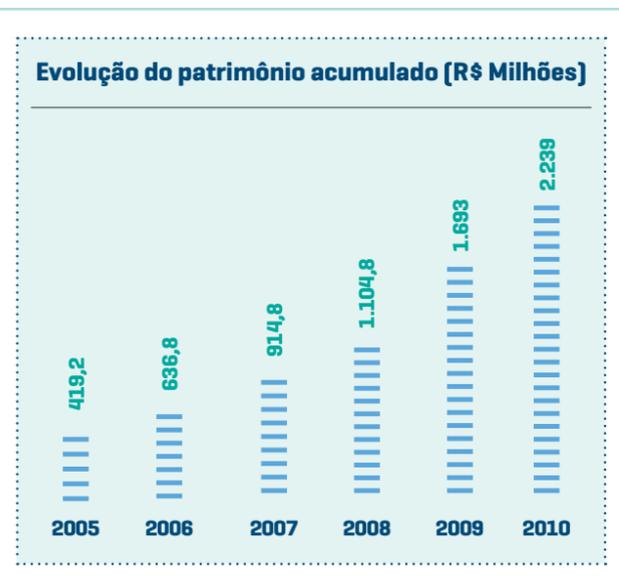
As alterações do Regulamento do Plano PREVI Futuro atendem às exigências da Resolução CGPC nº 6, que dispõe sobre os institutos do Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio.

Resumidamente, as principais alterações foram:

1. Portabilidade de recursos.
2. Aposentadoria antecipada aos 50 anos.
3. Reingresso com recolhimento somente das contribuições pessoais e patronais relativas aos benefícios de risco.
4. Inscrição de pessoa já aposentada pelo INSS.
5. Utilização de até 80% da Reserva Patronal de Poupança para quitar dívidas com o Plano, em caso de resgate.
6. Possibilidade de inscrição de companheiros(as) do mesmo sexo como beneficiários.

PATRIMÔNIO SUPERA R\$ 2 BILHÕES

Um dos grandes destaques do PREVI Futuro foi ter alcançado a marca de R\$ 2 bilhões em ativos. De dezembro de 1997 até o final de 2009, o Plano havia acumulado R\$ 1,7 bilhão.



Em apenas nove meses de 2010, acumulou mais R\$ 376 milhões e, ao final do exercício, totalizava R\$ 2,2 bilhões. Essa marca foi alcançada graças ao crescente ingresso de contribuições de participantes e da rentabilidade dos investimentos, principalmente os títulos públicos, que compensaram a baixa rentabilidade das ações em 2010.

Rentabilidade dos Investimentos	(%)
	2010
Rentabilidade do PREVI Futuro	9,30
Títulos Públicos	14,04
Créditos Privados e Depósitos	11,95
Ações	0,76
Fundos de Investimento	14,84
- Fundo de Renda Fixa	15,14
- Fundo de Direitos Creditórios	11,53
- Fundo de Participações	(23,75)
Investimento Imobiliário [*]	3,46
Empréstimo Simples	11,10
Financiamento Imobiliário	10,94
Indicadores	
TMS	9,78
IbRX-50	0,75
Meta Atuarial (INPC + 5,5%)	12,32
IGP-DI	11,30
Ibovespa	1,04
[*] A partir de outubro de 2010	



RELACIONAMENTO

CONHECER PARA RELACIONAR-SE

O conhecimento é um dos pontos fundamentais no relacionamento. A PREVI precisa conhecer o participante, o que ele quer e como vê a Instituição. Para isso, faz pesquisas de satisfação e avalia o atendimento prestado. Por outro lado, o participante deve conhecer a PREVI. Nesse contexto, ter informações sobre o plano de benefícios a que pertence traz inúmeras vantagens no relacionamento com a Instituição.

No site da PREVI estão disponíveis diversos normativos e textos explicativos sobre pontos importantes dos regulamentos dos planos. Em 2010, foi lançado o Programa Mais PREVI, que disponibilizou informações audiovisuais e o acervo de textos publicados sobre temas cujo conhecimento pode interferir substancialmente no futuro dos participantes.

Aqui neste Relatório, você também encontra informações específicas sobre seu plano. Certamente, quanto mais conhecimento você tiver, mais rico será seu relacionamento com a PREVI.

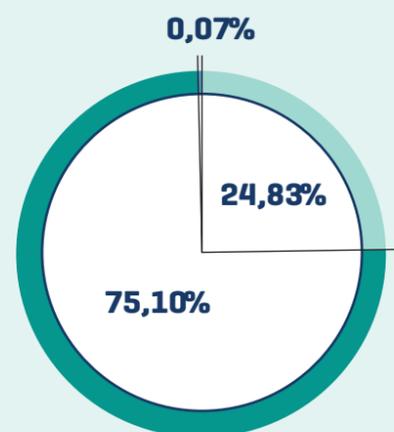
EMPRÉSTIMO SIMPLES

A carteira de Empréstimo Simples do Plano PREVI Futuro encerrou o ano com o montante de R\$ 278,12 milhões concedidos a participantes, o que corresponde a 23.451 contratos ativos. Em relação a 2009, houve um incremento de R\$ 79,65 milhões, o que corresponde a 40,13%.

O participante do PREVI Futuro passou a contar com a linha de crédito ES Curto Prazo. Como vantagens, o participante que necessitar de novo empréstimo e que tenha possibilidade de pagá-lo no curto prazo não precisa cumprir a carência para renovar um empréstimo de longo prazo das séries 10 ou 12. Ele poderá dispor do ES Curto Prazo, guardando a possibilidade de contratar aquelas modalidades para ocasiões que exijam maior volume de recursos e prazos mais alongados. Em dezembro, foram realizadas 848 operações de ES Curto Prazo, com liberação líquida de R\$ 1,108 milhão aos participantes.

BENEFÍCIOS PAGOS EM 2010

PREVI - R\$ 1.959.528,19
INSS - R\$ 5.926.029,67
Banco do Brasil - R\$ 5.410,07
Total - R\$ 7.890.967,93



FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO – CARIM

Desde sua abertura, em agosto de 2008, a Carteira de Financiamento Imobiliário do PREVI Futuro realizou 85 contratos, encerrando o exercício com um montante de R\$ 10,929 milhões. Somente em 2010 foram convocados 689 participantes com dez anos completos de filiação ao Plano e que manifestaram interesse no financiamento imobiliário.

No ano, foram liberados R\$ 7,8 milhões referentes a 57 contratos. Devido à limitação de recursos financeiros, nem todos que manifestaram o interesse no financiamento puderam ser convocados. A Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, estabelece o limite de 15% dos recursos garantidores do Plano para operações de empréstimo e financiamento. Dos recursos do Plano, 1% está reservado para Financiamento Imobiliário e 14% para Empréstimo Simples.

PARTICIPANTES PREVI FUTURO	2010
Ativos	60.169
Aposentados	103
Ativos Externos [1]	5.748
Aposentados Externos [1]	6
Pensionistas	268
Total	66.294

[1] Inclui autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido.

CAPEC

A Capec é um plano de benefícios mantido por meio das contribuições exclusivas dos associados, sem aportes do Banco do Brasil. Oferece um benefício previdenciário de pagamento único em caso de morte ou invalidez. Utiliza o regime financeiro de repartição simples, em que as contribuições mensais garantem o pagamento dos benefícios do exercício. Não há acumulação de reservas. Os valores das contribuições variam conforme a faixa etária e a modalidade de plano escolhida pelo associado.

O número de participantes do PREVI Futuro que aderem à Capec cresce a cada ano, o que mostra jovens cada vez mais preocupados com a própria segurança e

com a da família. Em 2010, aderiram à Capec 1.790 participantes. O ingresso dos mais jovens rejuvenesce a Carteira, reduz seu risco global e permite a manutenção de valores de contribuição competitivos, o que reforça o estímulo a novas inscrições.

NOVO REGULAMENTO

A Capec tem novo Regulamento. As regras foram aprovadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc e entraram em vigor em janeiro de 2010.

AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES FORAM:

1. Criação de doze novas modalidades derivadas a segmentação dos Planos Invalidez e Especial/ Manutença [antigo Cômjuge].
2. Alteração do índice de correção dos pagamentos de pecúlios de FAJ-TR para INPC.
3. Possibilidade de inscrição de ex-funcionário do BB ou da PREVI – desde que se mantenha vínculo com o Plano de Benefícios 1 ou PREVI Futuro, ou que esteja em gozo de complemento de aposentadoria ou rendas, e não tenha completado 56 anos de idade.
4. Pagamento do Plano Invalidez automaticamente por meio de crédito na conta corrente cadastrada na PREVI, nos casos em que a aposentadoria por invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social for concedida em conjunto com o complemento de aposentadoria pela PREVI.

REAJUSTE DE CONTRIBUIÇÕES E PECÚLIOS

A reavaliação atuarial e a comparação com seguros de vida disponíveis no mercado são realizadas anualmente como estratégia para balizar os valores de contribuição e dos benefícios dos pecúlios ofertados. Essas ações indicaram a necessidade de reajuste dos valores dos pecúlios e das contribuições.

O reajuste dos pecúlios foi fixado em 4,17%, enquanto o INPC considerado no período da reavaliação efetuada, entre maio e outubro de 2009, foi de 1,73%. Já as contribuições para os Pecúlios por Morte e Invalidez tiveram reajustes escalonados de acordo com as faixas etárias. Para idades até 55 anos, o reajuste foi no mesmo percentual da correção dos Pecúlios, 4,17%. A faixa de 56 a 60 anos teve reajuste

de 10%. Para idades de 61 a 65 anos, o reajuste foi de 15%, e de 20% para quem tem mais de 65 anos. Mesmo com os ajustes nas contribuições, os Planos da Capec permanecem muito vantajosos para os participantes de todas as faixas etárias.

Até 2005, todos os associados pagavam o mesmo valor de contribuição à Capec. O resultado era que o Plano ficava proporcionalmente mais caro para os mais jovens, desestimulando a entrada de novos participantes. Naquele ano, foi implementada a segmentação por faixa etária e os associados passaram a contribuir com valores compatíveis com seu risco, dando melhores condições de atratividade e longevidade à Capec. Assim, novos participantes passaram a aderir à Carteira.

Desde 2006, o Fundo Capec, constituído com recursos da Carteira, vem sendo utilizado para subsidiar as contribuições daqueles participantes cujas idades situam-se nas faixas etárias mais elevadas, de forma a mantê-las baixas comparativamente aos seguros disponíveis no mercado. Também são aplicados nesse Fundo os valores arrecadados a título de Reserva para Cobertura de Oscilações - RCO, que correspondem a 10% da contribuição mensal.

As avaliações anuais da Capec consideram, além do subsídio do Fundo Capec, a solidariedade entre os participantes e o fluxo de pagamentos e recebimentos efetuados naquele ano. A partir de 2010, passou a se considerar também a projeção futura das contribuições e pagamentos. Sendo assim, é preciso ajustar gradualmente as contribuições, de forma que a entrada de recursos seja suficiente para manter a atratividade dos Planos sem o subsídio do Fundo.

PAGAMENTOS

Em 2010, a Capec pagou cerca de R\$ 144 milhões para 2.985 beneficiários.

PARTICIPANTES - ATIVOS E APOSENTADOS

Plano 1	PREVI Futuro	Sem plano	Total
95.331	9.603	322	105.256

Existem 7.670 participantes, relativos a pensionistas, Bacen e Exclusivos Capec, que totalizam 112.926 participantes da Capec.



políticas de investimentos

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de benefícios. Combina aspectos de filosofia de investimentos e de planejamento. Busca equilíbrio e perenidade dos planos de benefícios, e visa a minimizar o risco de desequilíbrio, por meio do estabelecimento de uma composição de ativos que otimize o retorno da carteira de acordo com a missão da Entidade.

Os principais componentes de uma política de investimentos ideal são: a missão da entidade, a definição de tolerância ao risco, os objetivos de investimento, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. Esses itens devem formar um conjunto coerente de diretrizes, de forma a permitir a gestão dos recursos com uma visão estratégica e de longo prazo.

04

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS PARA 2010

2010 EM LINHAS GERAIS

De forma geral, as Políticas de Investimento para 2010 apresentaram mais flexibilidade na alocação de segmentos como Renda Variável, Imóveis, Títulos Privados e Fundos de Investimento. Essa flexibilidade estava alinhada com a perspectiva do crescimento econômico brasileiro e com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO 1

A orientação geral da Política de Investimentos tem sido a de visão qualitativa das aplicações em Renda Variável e diversificação da Carteira de Renda Fixa. Esta orientação se impõe tanto pelos aspectos legais, quanto pela necessidade de manter liquidez e distribuição de risco condizentes com a maturidade do Plano de Benefícios 1.

O Plano 1 tem hoje cerca de 64,53% de seus ativos aplicados em Renda Variável e pode, pela legislação, chegar a 70%. No entanto, a Política de Investimentos estabelece a faixa de alocação entre 60,2% e 64,4%.

O segmento de Renda Fixa tem hoje uma perspectiva de redução da remuneração paga pelos títulos públicos e, paralelamente, os títulos privados estão ficando mais atraentes, porque as empresas estão indo ao mercado para se financiar. Esse tipo de papel tem apresentado retorno e

liquidez cada vez maiores. A Política de 2010 ampliou os limites para investimentos em títulos de Renda Fixa emitidos por empresas privadas e aprimorou os critérios e parâmetros para investimento nesse segmento.

Atualmente, a PREVI tem cerca de 3% aplicados em imóveis e pretende, como estabelecido pela Política, atingir 5% até 2016. Para aumentar esses 2% nos próximos seis anos, a premissa utilizada foi de um volume anual de compra de aproximadamente R\$ 1 bilhão.

Os investimentos em imóveis estão focados em empreendimentos comerciais padrão A e *shoppings centers*, sejam novos ou projetos de expansão. O Plano 1 tem uma Carteira de Imóveis estável e robusta, que auxilia no pagamento das suas obrigações previdenciárias com a renda de seus aluguéis.

MACROALOCAÇÃO 2010 - PLANO 1

[%]

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA	EFETIVADO
Renda Variável	60,2	64,4	64,53
Renda Fixa	28,7	34,0	29,11
Imóveis	2,4	[*] 4,0	3,14
Operações com Participantes	2,4	[*] 4,0	2,92
Investimentos Estruturados	0,3	0,9	0,30

[*] Em 23/09/2010, os limites foram alterados de 3,0% para 4,0%.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PREVI FUTURO

PERFIS DE INVESTIMENTO E RENDA VARIÁVEL

Com pouco mais de dez anos desde a criação, o PREVI Futuro é um Plano em fase de acumulação de recursos. O Plano tem ainda longo horizonte até a aposentadoria da maioria de seus participantes.

Foi para atender a diversidade de participantes, com diferentes expectativas, que desde 2009 o PREVI Futuro passou a oferecer a opção de Perfis de Investimento. A Política de Investimentos do Plano explicita a oferta de Perfis e suas respectivas alocações máximas e mínimas em Renda Variável. Diferente dos limites pré-estabelecidos dos Perfis Conservador, Moderado e Agressivo, o Perfil PREVI tem a alocação de recursos definida a cada ano pela revisão da Política de Investimentos.

Em 2010, a Política de Investimentos do Plano trouxe, como novidade, a alteração da faixa de aplicação do Perfil PREVI, de 25% a 35% de aplicações em Renda Variável para 30% a 40% dos recursos garantidores do Plano. Com a motivação de sustentação da estabilidade econômica, que possibilita a gradual redução da taxa básica de juros (Selic), a expectativa é de que a aplicação em Renda Variável continue trazendo uma melhor remuneração no longo prazo.

No segmento de Imóveis, o PREVI Futuro tem o objetivo de chegar, até 2016, a 5% dos recursos garantidores. O crescimento nesse segmento acompanha as boas perspectivas macroeconômicas para o setor imobiliário, como a redução de juros, o aumento do poder aquisitivo da população e a ampliação do crédito vinculado ao setor imobiliário.

MACROALOCAÇÃO 2010 - PREVI FUTURO

[%]

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA	EFETIVADO
Renda Variável	0,0	50,0	34,38
Renda Fixa	25,0	95,0	51,01
Imóveis	0,0	5,0	1,40
Operações com Participantes	5,0	15,0	13,05
Investimentos Estruturados	0,0	5,0	0,16

OFERTA DE PERFIS DE INVESTIMENTOS PARA OS PARTICIPANTES

[%]

PERFIL	ALOCAÇÃO MÍNIMA EM RENDA VARIÁVEL	ALOCAÇÃO MÁXIMA EM RENDA VARIÁVEL
PREVI	30	40
Conservador	0	10
Moderado	20	30
Agressivo	40	50

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA CAPEC

A grande atratividade da Capec é o baixo custo na contratação de pecúlios, comparado com o mercado segurador. Isso é possível pela forma de custeio solidária, na qual as contribuições mensais cobrem o pagamento dos pecúlios no decorrer do ano.

Levando em conta esta característica estrutural da Capec, a estratégia de direcionamento dos recursos busca proporcionar retorno e liquidez ao Plano. O objetivo é cumprir com os compromissos assumidos e proporcionar melhorias nas condições da Carteira de Pecúlios.

A totalidade dos recursos da Capec está alocada em Renda Fixa. A Política de Investimentos de 2010 previu, também, investimentos em títulos privados de Renda Fixa, emitidos por empresas e que oferecem melhor retorno financeiro do que títulos públicos. Até então, só havia a previsão de aplicar em títulos públicos ou emitidos por instituições financeiras.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A criação do Plano de Gestão Administrativa foi determinada pela Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, que dispõe sobre novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a partir de 01/01/2010. Esse Plano tem como finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa. Os recursos são originados da taxa de carregamento dos três planos da PREVI, ou seja, de percentual mensal cobrado sobre as contribuições. Também são provenientes do ressarcimento de custos das despesas administrativas das operações com participantes e dos valores acumulados no Fundo Administrativo.

Assim, a Política de Investimentos visa a maximizar o retorno dos ativos alocados no Fundo Administrativo, de forma a proporcionar novas oportunidades de redução das taxas de administração dos planos de benefícios, a exemplo do que ocorreu em 2010, quando as mesmas caíram de 5% para 4% para os Planos 1 e PREVI Futuro.

MACROALOCAÇÃO 2010 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

[%]

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA	EFETIVADO
Renda Variável	0	30	18,28
Renda Fixa	70	100	81,72

RISCO DE CRÉDITO

Para melhorar a qualidade dos investimentos, a PREVI revisou a metodologia de concessão de limites de crédito para instituições financeiras. Essa metodologia classifica os bancos em função do seu risco, e atribui para cada um o limite que a PREVI deve respeitar para investimento nessas instituições. Esses limites são revistos periodicamente e o acompanhamento da saúde financeira das instituições acontece diariamente.

Com relação às instituições não financeiras, a PREVI iniciou o desenvolvimento de metodologia de classificação de risco para este segmento, principalmente porque a Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, passou a permitir que os fundos de pensão investissem num maior leque de instrumentos financeiros, tais como: Fundo de Investimento em Direito Creditório – FIDC, Nota de Crédito à Exportação – NCE, entre outros, o que trouxe novas oportunidades de investimento com maior prudência e segurança.

POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS PARA 2011

Aprovadas no fim do ano passado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, as Políticas de Investimentos para o período de 2011 a 2017 contemplam a análise de aspectos qualitativos de mercados e cenários, com projeções e leituras de tendências capazes de reduzir riscos e proporcionar a maior remuneração possível ao capital investido em empresas, títulos e imóveis. O objetivo é poder assegurar o pagamento de melhores benefícios aos participantes – tanto do Plano 1 quanto do PREVI Futuro – e a perenidade e solidez da PREVI.

Na atual Política, a mudança mais significativa é a introdução de métricas qualitativas. Isso significa metas de desempenho para os gestores em cada investimento, como efetividade e eficácia nos retornos para PREVI. Em termos numéricos, os percentuais de macroalocação foram mantidos nas Políticas do PREVI Futuro e da Capec, e tiveram pequenas alterações nas Políticas do Plano 1 e do Plano de Gestão Administrativa em relação àqueles que foram definidos pelas Políticas de Investimentos vigentes em 2010.

PLANO DE BENEFÍCIOS 1

A Política de Investimentos para o Plano 1 é construída tendo como orientação principal a busca pela segurança e perenidade do Plano, honrando com os compromissos atuariais e proporcionando oportunidades de melhoria dos benefícios previdenciários, de forma a atender aos anseios e expectativas dos participantes – ativos, aposentados e pensionistas.

Com vistas a atender a esse objetivo, existe um constante aperfeiçoamento das análises e ferramentas utilizadas na formulação da Política de Investimentos, como as análises de cenários [econômicos, sociais, tecnológicos, setoriais], de riscos e gerenciamento integrado de ativos e passivos [ALM].

Esses aperfeiçoamentos já procuram antecipar futuras mudanças decorrentes de uma possível implantação de conceitos de Supervisão Baseada em Risco, pelo órgão regulador e fiscalizador (Previc).

Nesse sentido, foram desenvolvidas metodologias e ferramentas onde são simulados e projetados os três principais conceitos utilizados no planejamento de um plano de benefícios: [a] o nível de solvência a ser perseguido; [b] a otimização do portfólio [melhor relação retorno/risco]; e [c] a liquidez do plano. Da análise conjunta desses três conceitos, resulta a macroalocação proposta para a Política de Investimentos do Plano.

Meta Atuarial do Plano

► INPC + 5,00% a.a.

Ata da Aprovação pelo Conselho Deliberativo

► Ata nº 261, de 30/12/2010

MACROALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM 2011

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA
Renda Variável	60,0%	66,0%
Renda Fixa	28,0%	34,0%
Imóveis	2,0%	5,0%
Operações com Participantes	1,5%	4,0%
Investimentos Estruturados	0,0%	1,0%

ÍNDICES DE REFERÊNCIA DOS SEGMENTOS

SEGMENTOS	ÍNDICES DE REFERÊNCIA
Renda Variável	IBrX
Renda Fixa	Meta atuarial + 1,5%a.a.
Imóveis	INPC + 9%a.a.
Operações com Participantes	Meta atuarial
Investimentos Estruturados	IPCA + 9%a.a.

RENDA VARIÁVEL

CARTEIRAS DE RENDA VARIÁVEL	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]	
Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Participações	30%	60%
2) Mercado	35%	65%
3) Gestão Especial	0%	5%
4) Terceirizada	0%	1%

Apreçamento de ativos de Renda Variável

Ativos com valor de mercado: utilizar o valor de cotação de Bolsa ou do Mercado de Balcão

Ativos sem valor de mercado: Valor Econômico, Custo Histórico ou Valor Patrimonial, dependendo do valor do investimento.

Derivativos em Renda Variável

Instrumentos: Futuros de Ibovespa e Contratos de Opções sobre ações.

Condições: Proteção de posições e antecipação de decisões alocativas.

Limite: Até 100% do total das metas de desinvestimento propostas na Política de Investimentos.

Condicionantes obrigatórias: (i) avaliação prévia dos riscos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às operações; (iii) registro das operações em bolsas de valores ou de mercadorias e futuros; (iv) atuação de câmaras de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; e (v) vedação expressa às operações de lançamento a descoberto de opções de compra.

RENDA FIXA

CARTEIRAS DE RENDA FIXA	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]	
Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Curto Prazo	0%	20%
2) Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento	0%	70%
3) Títulos Públicos para Negociação	0%	100%
4) Títulos Privados de Instituições Financeiras	0%	10%
5) Títulos Privados de Instituições Não Financeiras e Fundos de Investimentos em Renda Fixa	0%	12%

Derivativos em Renda Fixa

Instrumentos: DI Futuro

Condições: Proteção de posições e gerenciar o risco de mercado

Limite: Até 100% do total dos títulos marcados a mercado

Condicionantes obrigatórias: (i) avaliação prévia dos riscos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às operações; (iii) registro das operações em bolsas de valores ou de mercadorias e futuros; e (iv) atuação de câmaras de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]	
Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Private Equity	80%	100%
2) Fundos Imobiliários	0%	20%

Imóveis

Carteira Alvo: A formatação do segmento atenderá três parâmetros (setor, geografia e perfil do imóvel), alinhados em três dimensões (foco, foco ampliado e oportunístico).

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

CARTEIRAS DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]	
Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Empréstimos Simples	10%	80%
2) Financiamentos Imobiliários	20%	90%

PLANO PREVI FUTURO

A Política de Investimentos para o Plano PREVI Futuro é construída tendo como base o atendimento dos seguintes princípios:

- Satisfação do participante.
- Características de um Plano CD/CV.
- Perspectivas de longo prazo [cenários macroeconômicos].
- Exposição ao risco.
- Legislação.

A busca pela satisfação do participante passa pela expectativa de receber um benefício próximo ao nível salarial no final do período de contribuição. Em planos de contribuição definida [ou de contribuição variável], embora não exista tal obrigação, a Política de Investimentos deve ser construída a partir dessa diretriz estratégica, baseada em estudos e simulações que levem em consideração o tempo de contribuição para o plano, os níveis de contribuição

e a expectativa de retorno dos investimentos. Esses três pilares irão orientar a construção da macroalocação dos recursos do plano.

A implantação dos Perfis de Investimentos veio dar um passo na busca pela ampliação da participação do associado na decisão pela alocação de sua reserva, levando em conta sua idade, sua expectativa de permanência no plano, bem como a expectativa de retorno associada ao perfil escolhido.

Cabe à Política de Investimentos a definição da macroalocação dos recursos para o Perfil PREVI. Nesse sentido, tendo como orientação o atendimento dos princípios descritos anteriormente, são aperfeiçoadas constantemente as metodologias para a construção do Perfil PREVI, de forma a proporcionar benefícios condizentes com as expectativas dos participantes e patrocinadoras.

ÍNDICES DE REFERÊNCIA

SEGMENTOS	ÍNDICES DE REFERÊNCIA
Renda Variável	101% do IBrX-50
Renda Fixa	INPC + 6,5%a.a.
Imóveis	INPC + 9%a.a.
Operações com Participantes	INPC + 5,5%a.a.
Investimentos Estruturados	IPCA + 9%a.a.

Ata da Aprovação pelo Conselho Deliberativo

- Ata nº 260, de 17/12/2010

MACROALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM 2011

SEGMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA
Renda Variável	0%	50%
Renda Fixa	25%	95%
Imóveis	0%	5%
Operações com Participantes	5%	15%
Investimentos Estruturados	0%	5%

PERFIS DE INVESTIMENTOS OFERECIDOS PARA OS PARTICIPANTES

PERFIS DE INVESTIMENTOS	ALOCAÇÃO MÍNIMA EM RENDA VARIÁVEL	ALOCAÇÃO MÁXIMA EM RENDA VARIÁVEL
PREVI	30%	40%
Conservador	0%	10%
Moderado	20%	30%
Agressivo	40%	50%

RENDA VARIÁVEL

CARTEIRAS DE RENDA VARIÁVEL	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]		
	Meta de Rentabilidade	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Mercado	101% do IBrX-50	90%	100%
2) Fundos e IPO		0%	10%

Apreçamento de ativos de Renda Variável

Ativos com valor de mercado: utilizar o valor de cotação de Bolsa ou do Mercado de Balcão

Ativos sem valor de mercado: Valor Econômico, Custo Histórico ou Valor Patrimonial, dependendo do valor do investimento.

Derivativos em Renda Variável

Instrumentos: Futuros de Ibovespa e Contratos de Opções sobre ações.

Condições: Proteção de posições.

Limite: Até 20% do total aplicado em Renda Variável.

Condicionantes obrigatórias: (i) avaliação prévia dos riscos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às operações; (iii) registro das operações em bolsas de valores ou de mercadorias e futuros; (iv) atuação de câmaras de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação; e (v) vedação expressa às operações de lançamento a descoberto de opções de compra.

RENDA FIXA

CARTEIRAS DE RENDA FIXA	[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]	
	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Curto Prazo	0%	25%
2) Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento	0%	70%
3) Títulos Públicos para Negociação	0%	100%
4) Títulos Privados de Instituições Financeiras	0%	20%
5) Títulos Privados de Instituições Não Financeiras e Fundos de Investimentos em Renda Fixa	0%	12%

Derivativos em Renda Fixa**Instrumentos:** DI Futuro**Condições:** Proteção de posições e gerenciamento do risco de mercado**Limite:** Até 100% do total dos títulos marcados a mercado**Condicionantes obrigatórias:** (i) avaliação prévia dos riscos; (ii) existência de sistemas de controles internos adequados às operações; (iii) registro das operações em bolsas de valores ou de mercadorias e futuros; e (iv) atuação de câmaras de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação.**INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS****CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS****[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]**

Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Private Equity	90%	100%
2) Fundos Imobiliários	0%	10%

Imóveis**Carteira Alvo:** A formatação do segmento atenderá três parâmetros (setor, geografia e perfil do imóvel), alinhados em duas dimensões (foco e foco ampliado).**OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES****CARTEIRAS DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES****[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]**

Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Empréstimos Simples	50%	100%
2) Financiamentos Imobiliários	0%	50%

PLANO CAPEC

O Plano Capec é autônomo em relação aos demais planos de benefícios, composto apenas pelas contribuições de seus participantes, sendo a PREVI a administradora dos recursos.

O regime financeiro do Plano é de repartição simples com avaliações atuariais anuais. Assim, os valores pagos mensalmente pelos participantes são calculados de forma a garantir montante suficiente para o pagamento dos benefícios previstos do Regulamento da Capec.

Para garantir os pagamentos de pecúlio, foram constituídos os fundos Capec e de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), administrados de acordo com a Política e Diretrizes de Investimentos, tendo como base os princípios de rentabilidade, liquidez e solvência.

Levando em conta esses princípios e as características estruturais do Plano Capec, a estratégia de direcionamento dos recursos do Plano busca proporcionar retorno e liquidez aos recursos do Plano, de forma a cumprir com os compromissos assumidos e proporcionar melhorias nas condições do Plano.

ÍNDICE DE REFERÊNCIA E MACROALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**INDEXADOR E MACROALOCAÇÃO**

Segmento	Indexador	Alocação Máxima
Renda Fixa	Selic	100%

Ata da Aprovação pelo Conselho Deliberativo

▸ Ata nº 260, de 17/12/2010

RENDA FIXA**CARTEIRAS DE RENDA FIXA****[% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO]**

Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Curto Prazo	0%	50%
2) Títulos Públicos para Negociação	0%	100%
3) Títulos Privados de Instituições Financeiras	0%	20%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Os recursos do Plano de Gestão Administrativa são originados pelas taxas de administração sobre as contribuições dos três Planos da PREVI, estabelecidas no regulamento de cada Plano: 4% no Plano 1, 4% no Plano PREVI Futuro, e 2,5% na Capec.

Estes recursos são destinados exclusivamente para pagamento das despesas administrativas previdenciais dos Planos. A sobra de recursos formará o Fundo Administrativo dos Planos.

Assim, a Política de Investimentos visa maximizar o retorno dos ativos alocados no Fundo Administrativo, de forma a contribuir para a sua perenidade no longo prazo, além de proporcionar novas oportunidades de redução das taxas de administração dos planos de benefícios, a exemplo do que ocorreu em 2010, quando as mesmas foram reduzidas de 5% para 4% para os Planos 1 e PREVI Futuro.

ÍNDICE DE REFERÊNCIA E MACROALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

INDEXADOR E MACROALOCAÇÃO

SEGMENTOS	INDEXADOR	ALOCAÇÃO MÍNIMA	ALOCAÇÃO MÁXIMA
Renda Variável	101% do IBrX-50	0%	35%
Renda Fixa	INPC + 6,5%a.a.	65%	100%

Ata da Aprovação pelo Conselho Deliberativo

▸ Ata nº 260, de 17/12/2010

RENDA FIXA

CARTEIRAS DE RENDA FIXA

(% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO)

Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Curto Prazo	0%	20%
2) Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento	0%	50%
3) Títulos Públicos para Negociação	0%	100%
4) Títulos Privados de Instituições Financeiras	0%	20%
5) Títulos Privados de Instituições Não Financeiras e Fundos de Investimentos em Renda Fixa	0%	15%

RENDA VARIÁVEL

CARTEIRAS DE RENDA VARIÁVEL

(% EM RELAÇÃO AO SEGMENTO)

Carteiras	Alocação Mínima	Alocação Máxima
1) Mercado	90%	100%
2) Fundos e IPO	0%	10%

POLÍTICAS DE RSA

Políticas de Investimentos – Diretrizes Gerais de RSA

A PREVI, signatária do PRI desde 2006, ciente de sua importância como investidor institucional para a disseminação e desenvolvimento das práticas de responsabilidade socioambientais, pretende com a inclusão de critérios de RSA em sua política de investimentos, solidificar seu posicionamento em prol de investimentos que levem em consideração aspectos ambientais, econômicos e sociais. Desta forma, a entidade busca investimentos que se destaquem pela adoção das melhores práticas de governança corporativa e por ações de responsabilidade social ambiental e ética, em consonância com os Princípios para Investimento Responsável (PRI) e seus Códigos de Melhores Práticas de Governança Corporativa, de Ética e de Melhores Práticas de Governança Corporativa em Empreendimentos de Base Imobiliária.

TABELA I.1 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Diretrizes Gerais

a) Nível de Governança da Bovespa – Priorização de negócios em empresas listadas nos níveis de governança da Bovespa ou que estejam em processo de adesão a estes.

b) Prática de Governança Corporativa – Priorização de investimentos em empresas que se enquadrem nos critérios contidos no Código PREVI de Melhores Práticas de Governança Corporativa quanto às diretrizes estabelecidas para: I) transparência, divulgação e responsabilidade, II) direito dos acionistas, III) tratamento equânime e IV) ética empresarial.

c) Responsabilidade Social, Ambiental e Ética – Priorização de investimentos em empresas que tenham incorporado como prática, ou que estejam de fato empenhadas em incorporar, os princípios básicos de responsabilidade social, ambiental e ética, em consonância com os Princípios para Investimento Responsável – PRI.

d) Vedações – Estão vedadas aplicações em ativos de empresas que tenham como atividade principal os setores de fumo e armas.

TABELA I.2 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Diretrizes Específicas para a Carteira de Participações

Em consonância com a Política de Responsabilidade Sócio-Ambiental da PREVI, deve-se incentivar o engajamento das empresas participadas quanto à adoção de ações de RSA, principalmente no que diz respeito a:

a) Adesão a pactos, movimentos, entidades ou organizações externas focadas em questões de RSA ou Sustentabilidade.

b) Divulgação de Política de RSA ou Sustentabilidade levando em consideração, entre outros aspectos, a relação com consumidores, clientes e fornecedores, a diversidade, gestão ecoeficiente, investimentos sustentáveis e desenvolvimento regional sustentável, com ações relacionadas preferencialmente a atividade fim da empresa.

c) Publicação de Relatório de Sustentabilidade no formato GRI.

d) Inserção de critérios de RSA no Planejamento Estratégico das empresas.

e) Elaboração e divulgação de Manual de Participação em Assembleias.

f) Certificação ISO 14.000.

TABELA II - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS**Diretrizes de Investimento**

a) Governança Corporativa – Os gestores dos fundos devem se destacar pela transparência na administração e pela adoção das melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo: (i) a subscrição de cotas pelo gestor para alinhamento de interesses; (ii) a divulgação, aos cotistas, de alterações relevantes da participação dos gestores no fundo, (iii) a prestação de contas periódica sobre o desempenho dos investimentos; e (iv) a elaboração de um regulamento com regras claramente definidas.

b) Responsabilidade Social, Ambiental e Ética – Na contratação de gestores externos devem ser levados em consideração critérios de RSA, buscando preferencialmente por aqueles que tenham incorporado, ou estejam incorporando, práticas de responsabilidade social, ambiental e ética.

Deve-se incentivar a adesão dos gestores ao PRI ou a outros princípios que visem à realização de ações de responsabilidade social, ambiental e ética.

Em consonância com a Política de Responsabilidade Socioambiental da PREVI e com os demais critérios de RSA descritos nesta Política, deve-se estimular a adoção de critérios socioambientais na avaliação e seleção dos investimentos a serem realizados pelos fundos de investimentos.

TABELA III - SEGMENTO DE RENDA FIXA**Diretrizes de Investimento**

a) Responsabilidade Social, Ambiental e Ética - Nos investimentos em títulos de renda fixa de emissão de empresas privadas, devem ser incorporados critérios de responsabilidade social, ambiental e ética na avaliação dos emissores.

TABELA IV - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS**Diretrizes de Investimento**

a) Governança Corporativa - Na gestão do empreendimento, orientar a adoção de padrões de governança corporativa em sintonia com o Código PREVI de Melhores Práticas e Governança Corporativa em Ativos de Base Imobiliária.

b) Responsabilidade Social, Ambiental e Ética - Considerando o interesse da PREVI que seus investimentos se destaquem por ações de responsabilidade social, ambiental e ética, em consonância, tanto com os Princípios para Investimento Responsável (PRI), quanto com sua Política de Responsabilidade Socioambiental, nos Empreendimentos de Base Imobiliária é recomendável, entre outros itens:

- ▶ O incentivo à existência de um Programa de Gestão Ecoeficiente com adoção de tecnologias ambientais, com foco em eficiência de energia, conservação de água, reciclagem de material e criação de áreas verdes, além de incentivar ações urbanísticas e sociais no entorno dos empreendimentos.
- ▶ O empenho por boas condições de trabalho, zelando pela segurança e com compromisso pelas melhores práticas de gestão de pessoas.
- ▶ A busca pela adaptação dos imóveis com o objetivo de garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
- ▶ A adoção de aspectos de RSA no processo de avaliação de locatários.
- ▶ A adoção de certificações relativas à área imobiliária.





demonstrativo de investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS E CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS - DEZEMBRO DE 2010

I - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

SEGMENTO	DEZEMBRO / 2010		DEZEMBRO / 2009	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
Recursos por Planos	152.695.923.156,96	100,00	141.759.054.664,08	99,52
Renda Fixa	45.388.607.623,03	29,72	43.588.783.017,41	30,60
Renda Variável	97.470.521.212,21	63,83	90.327.748.257,66	63,41
Investimentos Estruturados	448.145.570,91	0,30	228.051.417,46	0,16
Imóveis	4.737.326.988,34	3,10	3.786.511.005,18	2,66
Operações com Participantes	4.651.321.762,47	3,05	3.827.960.966,37	2,69
Empréstimos	3.111.928.440,69	2,04	2.269.689.478,35	1,59
Financiamentos	1.539.393.321,78	1,01	1.558.271.488,02	1,10
Operações Administrativas	0,00	0,00	683.694.298,50	0,48
Recursos da Entidade	152.695.923.156,96	100,00	142.442.748.962,58	100,00

Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos

05

**DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS POR PLANO DE BENEFÍCIOS
E CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS - DEZEMBRO DE 2010**
II - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIO / SEGMENTO	DEZEMBRO / 2010		DEZEMBRO / 2009	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
Plano 1	149.669.664.537,67	100,00	139.928.955.622,66	100,00
Renda Fixa	43.563.573.288,35	29,11	42.469.385.456,64	30,35
Renda Variável	96.589.059.463,29	64,53	89.816.835.322,90	64,19
Investimentos Estruturados	444.714.374,78	0,30	228.051.417,46	0,16
Imóveis	4.706.602.280,63	3,14	3.786.511.005,18	2,71
Operações com Participantes	4.365.715.130,62	2,92	3.628.172.420,48	2,59
Empréstimos	2.836.107.337,10	1,90	2.072.809.731,27	1,48
Financiamentos	1.529.607.793,52	1,02	1.555.362.689,21	1,11
Plano PREVI Futuro	2.187.921.090,38	100,00	1.690.566.348,63	100,00
Renda Fixa	1.116.043.730,73	51,01	979.864.867,98	57,96
Renda Variável	752.114.823,96	34,38	510.912.934,76	30,22
Investimentos Estruturados	3.431.196,13	0,16	0,00	0,00
Imóveis	30.724.707,71	1,40	0,00	0,00
Operações com Participantes	285.606.631,85	13,05	199.788.545,89	11,82
Empréstimos	275.821.103,59	12,60	196.879.747,08	11,65
Financiamentos	9.785.528,26	0,45	2.908.798,81	0,17
Plano Capec	130.788.533,18	100,00	139.532.692,79	100,00
Renda Fixa	130.788.533,18	100,00	139.532.692,79	100,00
Plano PGA	707.548.995,73	100,00	0,00	0,00
Renda Fixa	578.202.070,77	81,72	0,00	0,00
Renda Variável	129.346.924,96	18,28	0,00	0,00

III - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PLANO DE BENEFÍCIO / SEGMENTO	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ANO 2010			
	Limite Mínimo [%]	Limite Máximo [%]	Limites Resolução 3.792 [%]	Alocação [%]
Plano 1				
Renda Fixa	28,70	34,00	100,00	29,11
Renda Variável	60,20	64,40	70,00	64,53
Investimentos Estruturados	0,30	0,90	20,00	0,30
Imóveis	2,40	[*] 4,00	8,00	3,14
Operações Com Participantes	2,40	[*] 4,00	15,00	2,92
Plano PREVI Futuro				
Renda Fixa	25,00	95,00	100,00	51,01
Renda Variável	0,00	50,00	70,00	34,38
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	20,00	0,16
Imóveis	0,00	5,00	8,00	1,40
Operações com Participantes	5,00	15,00	15,00	13,05

[*] Em 23/09/2010, os limites foram alterados de 3,0% para 4,0%.

III - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO (continuação)

Plano Capec				
Renda Fixa	0,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
Renda Fixa	70,00	100,00	100,00	81,72
Renda Variável	0,00	30,00	70,00	18,28

IV - RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (% AO ANO)

PLANO DE BENEFÍCIO SEGMENTO	RENTABILIDADE	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
	[%]	BENCHMARKS
Plano 1		
Renda Fixa	13,74	Meta Atuarial
Renda Variável	10,78	IBrX-50
Investimentos Estruturados	7,16	-
Imóveis	17,95	INPC + 9,00% a.a.
Operações com Participantes	10,66	Meta Atuarial
Plano PREVI Futuro		
Renda Fixa	13,56	INPC + 5,50% a.a.
Renda Variável	0,86	101% do IBrX-50
Investimentos Estruturados	-23,75	-
Imóveis	3,46	[*] INPC + 9,00% a.a.
Operações com Participantes	11,10	INPC + 5,50% a.a.
Plano Capec		
Renda Fixa	11,00	TMS
Plano PGA		
Renda Fixa	11,69	INPC + 5,75% a.a.
Renda Variável	-2,23	101% do IBrX-50
ÍNDICE		VARIAÇÃO [%]
INPC		6,47
INPC + 5,50% a.a.		12,32
INPC + 5,75% a.a.		12,59
INPC + 9,00% a.a.		16,04
[*] INPC + 9,00% a.a. (Período de ago/10 a dez/10 - Imóvel adquirido em agosto/10)		6,82
IBrX-50		0,75
101% do IBrX-50		0,76
TMS		9,78
Meta Atuarial (INPC + 5,50% de jan/10 a out/10 e INPC + 5,00% de nov/10 a dez/10)		12,23

V - CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS (R\$ NO ANO)

PLANO DE BENEFÍCIO ITENS DE CUSTO	DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO		DESPESA TOTAL
	Própria	Terceirizada	
Plano 1	140.087.496,40	34.158.125,08	174.245.621,48
Gestão/Administração	76.535.435,49	30.934.404,81	107.469.840,30
Custódia	1.629.168,95	973.775,03	2.602.943,98
Corretagem	2.366.670,29	6.902,80	2.373.573,09
Consultoria	11.229.720,15	937.400,79	12.167.120,94
Honorários Advocatícios	14.485.416,59	400.843,81	14.886.260,40
Auditoria	156.326,62	127.093,81	283.420,43
Viagens e Transporte	910.026,43	-	910.026,43
Despesas Gerais	29.856.633,59	-	29.856.633,59
Depreciações/Amortizações	2.493.345,28	-	2.493.345,28
Outras	424.753,01	777.704,03	1.202.457,04
Plano PREVI Futuro	2.730.169,11	822.847,68	3.553.016,79
Gestão/Administração	1.009.087,89	684.108,65	1.693.196,54
Custódia	17.999,22	23.625,61	41.624,83
Corretagem	917.857,98	471,30	918.329,28
Consultoria	148.059,19	49.486,25	197.545,44
Honorários Advocatícios	190.984,20	14.623,03	205.607,23
Auditoria	2.061,10	2.076,00	4.137,10
Viagens e Transporte	11.998,32	-	11.998,32
Despesas Gerais	393.647,30	-	393.647,30
Depreciações/Amortizações	32.873,72	-	32.873,72
Outras	5.600,19	48.456,84	54.057,03
Plano Capec	138.024,02	84.073,91	222.097,93
Gestão/Administração	77.622,15	50.717,75	128.339,90
Custódia	-	9.986,04	9.986,04
Consultoria	11.389,17	-	11.389,17
Honorários Advocatícios	14.691,09	-	14.691,09
Auditoria	158,56	1.566,00	1.724,56
Viagens e Transporte	922,95	-	922,95
Despesas Gerais	30.280,56	-	30.280,56
Depreciações/Amortizações	2.528,75	-	2.528,75
Outras	430,79	21.804,12	22.234,91
Plano PGA	226.287,11	341.590,89	567.878,00
Gestão/Administração	-	281.522,79	281.522,79
Custódia	3.412,30	25.414,48	28.826,78
Corretagem	222.874,81	-	222.874,81
Outras	-	34.653,62	34.653,62

VI - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTOR	R\$	%
Plano 1		
Angra Partners Consult. Emp. Part. Ltda.	10.343.779,00	0,01
Banco Fator S.A.	805.103,59	0,00
Banco Santander S.A.	151.090.640,33	0,10
BB DTVM Administração de Ativos S.A.	74.886.572.993,24	50,04
BR Educacional Gestora de Recursos S.A.	86.253.336,50	0,06
Bradesco Asset Management S.A. DTVM	398.784,35	0,00
Brascan Imobiliária Incorporações S.A.	89.115.975,22	0,06
BRZ Investimentos Ltda.	63.356.157,07	0,04
BRZ Investimentos Ltda. / Latour Capital	1.088.999,10	0,00
Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A.	192.908.317,65	0,13
DGF Gestão de Fundos Ltda.	17.376.620,96	0,01
FIR Capital Partners Ltda.	5.214.723,21	0,00
Global Equity Adm. Rec. S.A.	13.445.104,44	0,01
Governança & Gestão Invest. Ltda.	17.128.943,43	0,01
Intrag DTVM Ltda.	58.190.244,18	0,04
Neo Gestão de Recursos Ltda.	2.414.348,64	0,00
Rio Bravo Investimentos S.A.	5.950.346,27	0,00
TCG Gestor Ltda.	9.424.952,44	0,01
Total Gestão Terceirizada	75.611.079.369,62	50,52
Total dos Recursos do Plano	149.669.664.537,67	100,00
Plano PREVI Futuro		
Banco Santander S.A.	5.509.039,74	0,25
BB DTVM Administração de Ativos S.A.	478.777.642,92	21,89
Bradesco Asset Management S.A. DTVM	31.267,26	0,00
BRZ Investimentos Ltda.	568.380,23	0,03
Credit Suisse (Brasil) DTVM S.A.	10.153.069,35	0,46
Global Equity Adm. Rec. S.A.	1.547.338,01	0,07
Intrag DTVM Ltda.	5.033.758,15	0,23
Neo Gestão de Recursos Ltda.	268.260,96	0,01
TCG Gestor Ltda.	1.047.216,93	0,05
Total Gestão Terceirizada	502.935.973,55	22,99
Total dos Recursos do Plano	2.187.921.090,38	100,00
Plano Capec		
BB DTVM Administração de Ativos S.A.	107.212.943,39	81,97
Total Gestão Terceirizada	107.212.943,39	81,97
Total dos Recursos do Plano	130.788.533,18	100,00
Plano PGA		
BB DTVM Administração de Ativos S.A.	458.873.111,85	64,85
Total Gestão Terceirizada	458.873.111,85	64,85
Total dos Recursos do Plano	707.548.995,73	100,00

DESENQUADRAMENTOS E JUSTIFICATIVAS - DEZEMBRO DE 2010

PLANO 1**Limites de Alocação por Emissor**

As aplicações cujo emissor seja companhia aberta com registro na CVM não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. [art. 41, inciso III, alínea b]

VALE S.A.	23,82%
-----------	--------

[Por intermédio da Litel Participações S.A.]

ENTIDADE**Limites de Concentração por Emissor**

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital total. [art. 42, inciso I]

CPFL Energia S.A.	31,02%
Fiago Participações S.A.	51,89%
Invests Participações Infra Estrutura S.A. Invepar	40,14%
Neoenergia S.A.	49,01%
Sauípe S.A.	100,00%
Tupy S.A.	35,61%

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital votante. [art. 42, inciso II]

Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	33,11%
CPFL Energia S.A.	31,02%
Fiago Participações S.A.	51,89%
Fras-Le S.A.	34,00%
Invests Participações Infra Estrutura S.A. Invepar	26,68%
Neoenergia S.A.	49,01%
Sauípe S.A.	100,00%
Tupy S.A.	35,81%

No caso da Carteira de Fundos de Investimentos Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. [art. 42, inciso IV, alínea b]

Fundo Invest Imobiliário Panamby	31,60%
----------------------------------	--------

JUSTIFICATIVAS

As condições de enquadramento para os excessos verificados estão previstas no Plano de Enquadramento, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, em novembro de 2004, nos termos da Resolução CMN nº 3.121, de 25/09/2003, e revisto em fevereiro de 2010, junto com o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Enquadramento referente ao 2º semestre de 2009, de acordo com o artigo 56, parágrafo 4º, da Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009.

Adicionalmente, em conformidade com o artigo 56, da Resolução CMN nº 3.792, e com o artigo 17 da Instrução Previc nº 2, de 18/05/2010, a PREVI elabora e envia, semestralmente, à Previc Relatório de Execução de seu Plano de Enquadramento acompanhado do parecer do Conselho Fiscal atestando as providências adotadas.

PLANO PGA - RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - DEZEMBRO DE 2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Recursos		707.548.995,73	100,00
Fundos de Investimento (Gestão Terceirizada)		458.873.111,85	64,85
Fundo de Renda Fixa	410.451.755,7951	458.873.111,85	64,85
BB PGA RF	410.451.755,7951	458.873.111,85	
Carteira Própria		248.675.883,88	35,15
Disponível		12.292,28	0,00
Renda Fixa - Certificado de Depósito Bancário - CDB	60.000,0000	63.903.708,50	9,03
Bco Safra S.A.	5.000,0000	5.201.613,75	
Bco Votorantim S.A.	55.000,0000	58.702.094,75	
Renda Fixa - Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	2.000,0000	2.174.250,14	0,31
Bco CNH Capital S.A.	1.000,0000	1.086.920,12	
Bco Cruzeiro Sul S.A.	1.000,0000	1.087.330,02	
Renda Fixa - Debêntures	868,0000	9.835.803,16	1,39
CEMIG Geração Transmissão S.A.	868,0000	9.835.803,16	
Renda Fixa - Letras Financeiras	40,0000	43.405.770,31	6,14
Bco Brasil S.A.	20,0000	21.655.273,04	
Bco Safra S.A.	20,0000	21.750.497,27	
Renda Fixa - A Receber / A Pagar		(2.865,47)	0,00
Renda Variável - Ações, À Vista	4.444.562,0000	128.468.633,22	18,16
ALL América Latina Logística S.A. , ON	56.900,0000	853.500,00	
Bco Bradesco S.A. , PN	269.341,0000	8.793.983,65	
Bco Brasil S.A. , ON	149.929,0000	4.710.769,18	
BM&FBovespa S.A. Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros , ON	297.100,0000	3.900.923,00	
BRF Brasil Foods S.A. , ON	39.100,0000	1.068.994,00	
Cia Bebidas Américas Ambev , PN	123.810,0000	6.254.881,20	
Cia Brasileira Distribuição, PN	43.548,0000	3.017.876,40	
Cia Concessões Rodoviárias, ON	39.900,0000	1.871.310,00	
Cia Energética Minas Gerais CEMIG, PN	77.500,0000	2.070.025,00	
Cia Siderúrgica Nacional, ON	100.600,0000	2.683.002,00	
Cielo S.A., ON	94.900,0000	1.276.405,00	
Cosan S.A. Ind Com, ON	88.417,0000	2.441.193,37	
Gerdau S.A., PN	144.172,0000	3.268.379,24	
Itau Unibanco Holding S.A., PN	321.800,0000	12.804.422,00	
Itausa Invests Itau S.A., PN	305.100,0000	4.027.320,00	
Lojas Renner S.A., ON	39.400,0000	2.222.160,00	
MRV Engenharia Participações S.A., ON	115.300,0000	1.799.833,00	
Natura Cosméticos S.A., ON	42.135,0000	2.009.418,15	
OGX Petroleo Gás Participações S.A., ON	214.931,0000	4.298.620,00	
PDG Realty S.A. Empreendimentos Participações, ON	279.510,0000	2.839.821,60	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, ON	413.867,0000	12.643.636,85	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, PN	624.502,0000	17.042.659,58	
Tele Norte Leste Participações S.A., PN	30.000,0000	728.700,00	
Vale S.A., PN	532.800,0000	25.840.800,00	
Renda Variável - A Receber / A Pagar		878.291,74	0,12

PLANO DE BENEFÍCIOS 1 - RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - DEZEMBRO DE 2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Recursos		149.669.664.537,67	100,00
Fundos de Investimento (Gestão Terceirizada)		75.611.079.369,62	50,52
Fundo de Investimento em Empresas Emergentes	376,0000	11.165.069,48	0,01
Fundotec II - FMIEE Inov.	309,0000	5.214.723,21	
RB Nordeste II - FMIEE	67,0000	5.950.346,27	
Fundo de Investimento Imobiliário	239.654,0000	89.115.975,22	0,06
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	239.654,0000	89.115.975,22	
Fundo de Investimento em Participação	5.119.924,2128	344.433.330,08	0,23
BR Educacional	1.954,7500	18.134.980,91	
Brasil Agronegócio FIP	7.896,0000	6.467.340,01	
Brasil Governança Corporativa	69.500,0000	68.118.355,59	
Brasil Internac. de Empresas FIP	10.338,8400	9.424.952,44	
Brasil Sustentabilidade FIP	2.100.000,0000	1.088.999,10	
Caixa Ambiental	15.500,0000	18.542.481,71	
Global Equity Properties	139,7809	13.445.104,44	
Governança e Gestão II	18.906,7857	17.128.943,43	
Infrabrasil	7.260,9209	105.058.606,79	
Invest. Institucionais	182.244,6353	10.343.779,00	
Logística Brasil	6.000,0000	56.888.817,06	
Neo Capital Mezanino FIP	2.700.000,0000	2.414.348,64	
Terra Viva	182,5000	17.376.620,96	
Fundo de Renda Fixa	2.427.646.532,5177	28.307.835.924,35	18,91
BB Renda Fixa IV	2.427.622.918,5177	28.307.030.820,76	
Fator Sinergia	23.614,0000	805.103,59	
Fundo de Renda Variável	1.011.412.973,5403	46.579.542.172,48	31,12
BB Ações Price II	9.495.681,6100	9.513.837,35	
BB Carteira Ativa	871.753.750,8317	34.479.732.500,69	
BB Carteira Livre I	130.163.541,0986	12.090.295.834,44	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	31.897,0000	278.986.898,01	0,19
FIDC Chemical IV	4.719,0000	398.784,35	
FIDC Credito Corp. Brasil	1.900,0000	192.908.317,65	
FIDC Lojas Renner	578,0000	58.190.244,18	
FIDC Monsanto	24.700,0000	27.489.551,83	
Carteira Própria		74.058.585.168,05	49,48
Disponível		167.911,08	0,00
Renda Fixa - Títulos Públicos	6.080.585,0000	11.910.468.714,90	7,96
Letras Financeiras do Tesouro	358.977,0000	1.614.631.760,76	
Notas do Tesouro Nacional Série B	4.862.608,0000	9.462.990.730,59	
Notas do Tesouro Nacional Série F	859.000,0000	832.846.223,55	
Renda Fixa - Certificado de Depósito Bancário - CDB	930.000,0000	1.083.319.626,40	0,72
Bco Bradesco S.A.	280.000,0000	341.365.441,20	
Bco Brasil S.A.	360.000,0000	432.523.490,40	
Bco Safra S.A.	35.000,0000	36.411.296,25	
Bco Votorantim S.A.	255.000,0000	273.019.398,55	

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Renda Fixa - Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	4.000,0000	4.348.500,28	0,00
Bco CNH Capital S.A.	2.000,0000	2.173.840,24	
Bco Cruzeiro Sul S.A.	2.000,0000	2.174.660,04	
Renda Fixa - Debêntures	29.013.118,0000	1.656.618.248,72	1,11
Ampla Energia Serviços S.A.	2.689,0000	28.606.857,57	
BNDES Participações S.A. BNDESPAR	391.162,0000	456.175.466,51	
Bradespar S.A.	43.750,0000	50.461.207,47	
Brasil Telecom S.A.	21.538,0000	217.943.278,31	
Braskem S.A.	5.900,0000	61.068.033,62	
Cemig Geração Transmissão S.A.	10.800,0000	122.380.961,14	
Cia Bebidas Américas Ambev	9.850,0000	101.043.836,99	
Cia Concessões Rodoviárias	1.350,0000	3.495.042,77	
Hopi Hari S.A.	6.000,0000	3.150.281,96	
Invests Participações Infra Estrutura S.A. Invepar	185,0000	103.642.505,42	
Light Serviços Eletricidade S.A.	39.300,0000	39.700.984,49	
Suzano Papel Celulose S.A.	19.900,0000	30.149.803,94	
Telemar Norte Leste S.A.	4.955,0000	51.278.264,51	
Telemar Participações S.A.	14.900,0000	109.223.723,34	
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas	990,0000	103.440.148,68	
Vale S.A.	28.427.849,0000	161.962.353,66	
Vivo Participações S.A.	12.000,0000	12.895.498,34	
Renda Fixa - Outros Títulos - Notas	2.000,0000	29.080.340,77	0,02
International Finance Corporation	2.000,0000	29.080.340,77	
Renda Fixa - Letras Financeiras	330,0000	357.550.065,87	0,24
Bco Brasil S.A.	280,0000	303.173.822,67	
Bco Safra S.A.	50,0000	54.376.243,20	
Renda Fixa - A Receber / A Pagar		22.840.090,00	0,02
Renda Variável - Ações, Resgatável	7.772.020,0000	1.537.567.589,65	1,03
Litel Participações S.A., PN	7.772.020,0000	1.537.567.589,65	
Renda Variável - Ações, Empréstimo	1.359.300,0000	36.304.857,00	0,02
Cia Energética Minas Gerais Cemig, PN	1.350.000,0000	36.058.500,00	
Fibria Celulose S.A., ON	9.300,0000	246.357,00	
Renda Variável - Ações, À Vista	11.103.312.108,0000	48.125.056.549,50	32,15
Afluentes Geração Energia Elétrica S.A., ON	331.780,0000	2.090.214,00	
Afluentes Geração Energia Elétrica S.A., PN	99.440,0000	218.360,99	
Afluentes Transmissão Energia Elétrica S.A., ON	1.445.606,0000	7.517.151,20	
ALL América Latina Logística S.A., ON	26.642.868,0000	399.643.020,00	
Bco Bradesco S.A., ON	43.756.846,0000	1.124.550.942,20	
Bco Bradesco S.A., PN	52.735.541,0000	1.721.815.413,65	
Bco Brasil S.A., ON	295.543.145,0000	9.285.965.615,90	
Bicicletas Monark S.A., ON	45.677,0000	31.243.068,00	
Bombril S.A., PN	8.150.800,0000	76.943.552,00	
Brasil Telecom S.A., ON	1.553.187,0000	23.825.888,58	
Brasil Telecom S.A., PN	12.451.367,0000	149.416.404,00	

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
BRF Brasil Foods S.A., ON	110.577.222,0000	3.023.181.249,48	
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A., ON	5.140.868,0000	156.095.686,29	
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A., PN	437.807,0000	17.512.280,00	
Cia Bebidas Américas Ambev, ON	20.274.065,0000	879.894.421,00	
Cia Bebidas Américas Ambev, PN	92.370.780,0000	4.666.571.805,60	
Cia Eletricidade Estado Bahia Coelba, ON	3.317.800,0000	122.758.600,00	
Cia Eletricidade Estado Bahia Coelba, PN	994.400,0000	31.482.704,00	
Cia Energética Minas Gerais Cemig, ON	4.373.230,0000	90.744.522,50	
Cia Energética Minas Gerais Cemig, PN	14.976.096,0000	400.011.524,16	
Cia Energética Rio Grande Norte Cosern, ON	1.854.848,0000	21.516.236,80	
Cia Energética Rio Grande Norte Cosern, PN	359.031,0000	4.136.037,12	
Cia Energética Rio Grande Norte Cosern, PN	382.135,0000	5.044.182,00	
Cia Tecidos Norte Minas Coteminas, ON	4.399.658,0000	23.626.163,46	
Cia Tecidos Norte Minas Coteminas, PN	2.076.639,0000	11.213.850,60	
CTX Participações S.A., ON	354.506.325,0000	9.409.306,52	
Daleth Participações S.A., ON	3.463.589,0000	4.966.526,85	
Embraer S.A., ON	92.983.003,0000	1.097.199.435,40	
Fiago Participações S.A., ON	351.439.360,0000	351,43	
Fibria Celulose S.A., ON	7.629.513,0000	202.105.799,37	
Forjas Taurus S.A., PN	25.142.810,0000	103.085.521,00	
Fras-Le S.A., ON	22.498.799,0000	15.714.781,13	
Gerdau S.A., PN	9.997.446,0000	226.642.100,82	
GTD Participações S.A., ON	18.963.192,0000	5.309.693,76	
GTD Participações S.A., PN	17.024.191,0000	4.937.015,39	
Invitel Legacy S.A., ON	317.311.938,0000	214.820,18	
Itau Unibanco Holding S.A., ON	6.068.087,0000	188.110.697,00	
Itau Unibanco Holding S.A., PN	88.875.087,0000	3.536.339.711,73	
Itausa Invests Itau S.A., PN	134.713.474,0000	1.778.217.856,80	
Jereissati Participações S.A., ON	50.713.221,0000	94.326.591,06	
Jereissati Participações S.A., PN	126.869.033,0000	215.677.356,10	
Kepler Weber S.A., ON	229.932.487,0000	80.476.370,45	
Klabin S.A., PN	20.314.611,0000	118.840.474,35	
La Fonte Telecom S.A., ON	66.846.109,0000	84.226.097,34	
La Fonte Telecom S.A., PN	40.718.059,0000	63.520.172,04	
Litel Participações S.A., ON	22,0000	3.378,21	
Litel Participações S.A., PN	146,0000	22.419,08	
Marisol S.A., PN	18.638.500,0000	55.356.345,00	
Metalúrgica Gerdau S.A., PN	6.211.590,0000	166.470.612,00	
Neoenergia S.A., ON	1.301.396.231,0000	3.521.985.538,10	
Newtel Participações S.A., ON	99.289.633,0000	3.779.062,72	
Paranapanema S.A., ON	76.468.727,0000	383.108.322,27	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, ON	7.291.432,0000	222.753.247,60	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, PN	345.621.515,0000	9.432.011.144,35	
Randon S.A. Implementos Participações, ON	8.250.000,0000	78.375.000,00	

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Randon S.A. Implementos Participações, PN	13.057.160,0000	160.472.496,40	
Sauípe S.A., ON	205.528.695,0000	205,52	
Sauípe S.A., PN	411.076.351,0000	411,07	
Sul 116 Participações S.A., ON	5.427.733.838,0000	1.389.499,86	
Suzano Papel Celulose S.A., PN	9.727.462,0000	143.771.888,36	
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A., ON	214.115,0000	256.938,00	
Tele Norte Leste Participações S.A., ON	6.857.088,0000	221.483.942,40	
Tele Norte Leste Participações S.A., PN	11.522.330,0000	279.877.395,70	
Telemar Norte Leste S.A., PN	775.480,0000	37.036.924,80	
Telemar Participações S.A., ON	354.506.325,0000	259.773.017,79	
TIM Participações S.A., ON	1.227.570,0000	8.359.751,70	
Tupy S.A., ON	20.347.827,0000	518.869.588,50	
Ultrapar Participações S.A., PN	7.930.125,0000	833.456.137,50	
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas, ON	52.769.592,0000	1.126.630.789,20	
Usinas Siderúrgicas Minas Gerais S.A. Usiminas, PN	5.961.150,0000	114.215.634,00	
Vale S.A., ON	64,0000	3.541,12	
Weg S.A., ON	20.607.970,0000	449.253.746,00	
Renda Variável - A Receber / A Pagar		222.945.262,63	0,15
Imóveis - Industrial		44.208.310,00	0,03
Rodovia Presidente Dutra, Km 229,5, S/N	Galpão Presidente Dutra	Guarulhos - SP	39.624.310,00
Rua Men de Sá, 227	Galpão Men de Sá	Recife - PE	4.584.000,00
Imóveis - Comercial		2.781.722.921,20	1,86
Alameda Mamoré, 989	Crystal Tower	Barueri - SP	69.293.624,18
Condomínio Scs B, Quadra 9, Bloco A, 1	Torre	Brasília - DF	178.868.991,48
Condomínio Setor Comercial Sul, 9	Parque Cidade Corp - Torre A	Brasília - DF	176.285.884,08
Quadra 01, Bloco "A", Entrada 77, S/N	Pavs. 3, 4, 5 e 8	Brasília - DF	20.000.000,00
Rua Brigadeiro Franco, 2300	Complexo Shopping Curitiba	Curitiba - PR	7.207.578,10
Avenida Barreto de Menezes, 800	Hipermercado	Jaboatão dos Guararapes - PE	38.519.619,04
Rua Antônio Lumack do Monte, 96	Pav. 10	Recife - PE	2.304.928,72
Rua Antônio Lumack do Monte, 96	Pavs. 11 a 14	Recife - PE	11.383.322,32
Rua Padre Carapeuceiro, 733	Loja, Sobreloja e Pavs. 1 A 4	Recife - PE	13.382.307,74
Avenida das Américas, 700	Blocos 4 e 5	Rio de Janeiro - RJ	53.338.666,72
Avenida Presidente Vargas, 3131	Salas 1601 a 1606	Rio de Janeiro - RJ	11.126.510,15
Avenida Presidente Vargas, 3131	Salas 1501 a 1506	Rio de Janeiro - RJ	11.126.510,16
Avenida República do Chile, 500	Pavs. 16 a 25	Rio de Janeiro - RJ	61.741.864,03
Avenida Rio Branco, 1	Pavs. 9 a 12	Rio de Janeiro - RJ	36.959.682,34
Avenida Rio Branco, 108	Pav. 6	Rio de Janeiro - RJ	1.238.083,34
Avenida Rio Branco, 108	Pavs. 14 e 15	Rio de Janeiro - RJ	2.476.166,66
Avenida Rio Branco, 108	Pavs. 2 a 5	Rio de Janeiro - RJ	4.952.333,32
Avenida Rio Branco, 125	Pavs. 9, 13 e 14	Rio de Janeiro - RJ	3.719.515,63
Praça Pio X, 54	Prédio	Rio de Janeiro - RJ	17.167.485,57
Praia de Botafogo, 501	Pavs. 7 e 8, Ljse Health Club	Rio de Janeiro - RJ	55.548.539,63
Praia de Botafogo, 501	Pav. 2	Rio de Janeiro - RJ	27.790.676,73

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
Praia de Botafogo, 501	Pavs. 3 e 4	Rio de Janeiro - RJ	60.242.564,79	
Praia do Flamengo, 154	Pavs. 3 a 9	Rio de Janeiro - RJ	35.531.387,51	
Praia do Flamengo, 78	Flamengo Comercial	Rio de Janeiro - RJ	18.338.709,61	
Rua Buenos Aires, 56	Buenos Aires Comercial	Rio de Janeiro - RJ	9.327.092,11	
Rua da Candelária, 65	Prédio	Rio de Janeiro - RJ	10.525.192,47	
Rua da Candelária, 65	Prédio	Rio de Janeiro - RJ	35.836.812,91	
Rua da Candelária, 65	Pavs. 18 a 22	Rio de Janeiro - RJ	15.652.952,06	
Rua da Quitanda, 196	Edifício Garagem	Rio de Janeiro - RJ	1.140.163,82	
Rua da Quitanda, 196	Edifício Garagem	Rio de Janeiro - RJ	743.585,10	
Rua das Laranjeiras, 475	Loja	Rio de Janeiro - RJ	1.145.177,78	
Rua Rodrigo Silva, 26	Pav. 11	Rio de Janeiro - RJ	2.088.588,89	
Rua Visconde de Inhaúma, 50	Lj, Sblj, Pavs 1 a 3 e Sala 402	Rio de Janeiro - RJ	7.189.789,53	
Avenida Tancredo Neves, 450	Pav 12, 15/17, 22 Sl 1401/2/1501	Salvador - BA	15.703.071,46	
Av. Engenheiro Luiz, 1376	Torre	São Paulo - SP	336.000.000,00	
Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 177	South Point Office	São Paulo - SP	16.616.175,70	
Avenida Chucrí Zaidan, 80	Prédio	São Paulo - SP	19.943.416,69	
Avenida das Nações Unidas, 12995	Plaza Centenário	São Paulo - SP	211.315.506,08	
Avenida das Nações Unidas, 7221	Lojas e Pavs. 1/7 e 23/26	São Paulo - SP	120.438.295,07	
Avenida das Nações Unidas, 7221	Lojas, Pavs. 9 a 21	São Paulo - SP	124.577.494,39	
Avenida Francisco Matarazzo, 1400	Água Branca	São Paulo - SP	177.512.090,30	
Avenida Major Sylvio de Mag. Padilha, 5200	Eds. Atlanta e Philadelphia	São Paulo - SP	70.199.244,47	
Avenida Nações Unidas, 7815	Wtorre Nações Unidas	São Paulo - SP	247.142.716,02	
Avenida Paulista, 2163	Prédio	São Paulo - SP	71.102.825,12	
Avenida Paulista, 2300	Pavs. 1 a 12	São Paulo - SP	126.519.395,83	
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1830	Bloco 1- Pavs. 10 a14	São Paulo - SP	17.413.760,31	
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1830	Bloco III	São Paulo - SP	20.822.771,69	
Avenida Roque Petroni Júnior, 999	Loja , Pavs. 3, 11 a 16	São Paulo - SP	53.200.445,27	
Avenida Roque Petroni Júnior, 999	Pavs. 8,9,10	São Paulo - SP	21.474.459,48	
Rua Cincinato Braga, 340	Conjuntos Comerciais	São Paulo - SP	18.465.633,29	
Rua Flórida, 1970	Térreo, Rdc, Pavs. 1 a 4	São Paulo - SP	52.648.773,31	
Rua Jaceru, 151	Chancellor	São Paulo - SP	18.213.202,14	
Rua João Cachoeira, 899	Hipermercado	São Paulo - SP	22.716.371,42	
Rua Tenente Negrão, 166	Tenente Negrão	São Paulo - SP	17.502.966,64	
Imóveis - Shopping			1.603.365.387,36	1,07
Rodovia BR 356, 2500	Ponteio Lar Shopping	Belo Horizonte - MG	27.650.651,06	
Avenida Via Ápia, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	Brasília - DF	135.246.670,59	
Rua Brigadeiro Franco, 2300	Shopping Curitiba	Curitiba - PR	94.147.259,02	
Avenida Cel. Fernando Ferreira Leite, 1540	Ribeirão Shopping	Ribeirão Preto - SP	69.152.435,39	
Avenida Américas, 5000	New York City Center	Rio de Janeiro - RJ	40.204.932,42	
Avenida das Américas, 4666	Barrashopping	Rio de Janeiro - RJ	156.934.089,14	

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
Avenida Suburbana, 5474	Norteshopping	Rio de Janeiro - RJ	110.437.745,37	
Avenida Suburbana, 5474	Norteshopping	Rio de Janeiro - RJ	81.616.119,69	
Avenida Centenário, 2992	Shopping Barra	Salvador - BA	54.968.629,11	
Avenida Pereira Barreto, 42	Shopping Abc	Santo André - SP	351.963.563,19	
Avenida Aricanduva, 5555	Shopping Leste Aricanduva	São Paulo - SP	54.199.442,03	
Avenida Roque Petroni Júnior, 1089	Shopping Morumbi	São Paulo - SP	100.238.854,14	
Rua Domingos Agostin, 91	Shopping Metrô Tatuapé	São Paulo - SP	235.258.941,44	
Avenida Izoraida Marques Peres, 401	Shopping Esplanada	Sorocaba - SP	55.869.571,43	
Avenida Nsa. Sra. Dos Navegantes, 1440	Shopping Vitória	Vitória - ES	35.476.483,34	
Imóveis - Hospital			136.998.866,25	0,09
Avenida Engenheiro Oscar Americano, 840	Hospital São Luiz	São Paulo - SP	82.776.564,29	
Alameda Rio Claro, 190	Umberto Primo	São Paulo - SP	54.222.301,96	
Imóveis - Hotel			169.601.575,13	0,11
Rodovia BA-099 [Linha Verde], 73	Complexo Turístico Sauípe	Mata de São João - BA	137.121.428,33	
Avenida Parque Panamby, Lote 1/ Gleba C, S/N	Palácio Tangará Hotel & Spa	São Paulo - SP	32.480.146,80	
Imóveis - Residencial			345.581,09	0,00
Rua Urias Pithon Barreto, 215	Casa	Aruja - SP	172.300,65	
Avenida Intendente Magalhães, 237	Casa	Rio de Janeiro - RJ	72.000,00	
Rua Miguel de Lima, 32	Casa	Rio de Janeiro - RJ	38.719,63	
Rua Santa Clara, 166	Apartamento	Rio de Janeiro - RJ	62.560,81	
Imóveis - A Receber / A Pagar			[29.640.360,40]	[0,02]
Empréstimos / Financiamentos			4.385.340.135,59	2,93
Financiamentos - Imobiliário			2.943.654.921,08	
[Provisão P/ Devedores Duvidosos Financiamentos - Imobiliário]			[1.394.427.765,01]	
Empréstimos - Pessoal			2.845.662.706,29	
[Provisão P/ Devedores Duvidosos Empréstimos - Pessoal]			[9.549.726,77]	
Empréstimos e Financiamentos - A Receber / A Pagar			[19.625.004,97]	[0,01]

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO - RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - DEZEMBRO DE 2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Recursos		2.187.921.090,38	100,00
Fundos de Investimento (Gestão Terceirizada)		502.935.973,55	22,99
Fundo de Investimento em Participação	601.668,8468	3.431.196,13	0,16
Brasil Agronegócio FIP	504,0000	412.808,93	
Brasil Internac. de Empresas FIP	1.148,7600	1.047.216,93	
Brasil Sustentabilidade FIP	300.000,0000	155.571,30	
Global Equity Properties	16,0868	1.547.338,01	
Neo Capital Mezanino FIP	300.000,0000	268.260,96	
Fundo de Renda Fixa	59.790.620,6902	478.777.642,92	21,88
BB Maxi	59.790.620,6902	478.777.642,92	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	5.470,0000	20.727.134,50	0,95
FIDC Chemical IV	370,0000	31.267,26	
FIDC Crédito Corp. Brasil	100,0000	10.153.069,35	
FIDC Lojas Renner	50,0000	5.033.758,15	
FIDC Monsanto	4.950,0000	5.509.039,74	
Carteira Própria		1.684.985.116,83	77,01
Disponível		3.578,31	0,00
Renda Fixa - Títulos Públicos	303.123,0000	399.733.367,77	18,27
Notas do Tesouro Nacional Série B	123.123,0000	231.021.667,00	
Notas do Tesouro Nacional Série F	180.000,0000	168.711.700,77	
Renda Fixa - Certificado de Depósito Bancário - CDB	103.000,0000	117.706.512,30	5,38
Bco Bradesco S.A.	20.000,0000	24.383.245,80	
Bco Brasil S.A.	40.000,0000	48.058.165,60	
Bco Safra S.A.	10.000,0000	10.403.227,50	
Bco Votorantim S.A.	33.000,0000	34.861.873,40	
Renda Fixa - Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	2.000,0000	2.174.250,14	0,10
Bco CNH Capital S.A.	1.000,0000	1.086.920,12	
Bco Cruzeiro Sul S.A.	1.000,0000	1.087.330,02	
Renda Fixa - Debêntures	32.235,0000	76.949.327,43	3,52
Ampla Energia Serviços S.A.	678,0000	7.212.885,62	
Bndes Participações S.A. Bndespar	13.000,0000	14.383.508,58	
Bradespar S.A.	4.377,0000	5.048.427,54	
Cemig Geração Transmissão S.A.	1.300,0000	14.731.041,61	
Invests Participações Infra Estrutura S.A. Invepar	40,0000	22.409.190,33	
Light Serviços Eletricidade S.A.	9.840,0000	9.940.399,17	
Vivo Participações S.A.	3.000,0000	3.223.874,58	
Renda Fixa - Outros Títulos - Notas	1.000,0000	14.540.170,38	0,66
International Finance Corporation	1.000,0000	14.540.170,38	
Renda Fixa - Letras Financeiras	5,0000	5.437.624,31	0,25
Bco Safra S.A.	5,0000	5.437.624,31	
Renda Fixa - A Receber / A Pagar		(5.877,33)	0,00
Renda Variável - Ações, À Vista	25.842.218,0000	747.069.285,43	34,15
All América Latina Logística S.A., ON	335.000,0000	5.025.000,00	
Bco Bradesco S.A., PN	1.563.376,0000	51.044.226,40	

CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Bco Brasil S.A., ON	871.840,0000	27.393.212,80	
Bm&FBovespa S.A. Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, ON	1.726.538,0000	22.669.443,94	
BRF Brasil Foods S.A., ON	230.000,0000	6.288.200,00	
Cia Bebidas Américas Ambev, PN	718.995,0000	36.323.627,40	
Cia Brasileira Distribuição, PN	252.997,0000	17.532.692,10	
Cia Concessões Rodoviárias, ON	235.000,0000	11.021.500,00	
Cia Energética Minas Gerais Cemig, PN	450.000,0000	12.019.500,00	
Cia Siderúrgica Nacional, ON	586.018,0000	15.629.100,06	
Cielo S.A., ON	549.000,0000	7.384.050,00	
Cosan S.A. Ind Com, ON	513.983,0000	14.191.070,63	
Gerdau S.A., PN	838.437,0000	19.007.366,79	
Itau Unibanco Holding S.A., PN	1.869.137,0000	74.372.961,23	
Itausa Invests Itau S.A., PN	1.766.847,0000	23.322.380,40	
Lojas Renner S.A., ON	229.100,0000	12.921.240,00	
Mrv Engenharia Participações S.A., ON	670.000,0000	10.458.700,00	
Natura Cosméticos S.A., ON	245.565,0000	11.710.994,85	
OGX Petroleo Gás Participações S.A., ON	1.248.869,0000	24.977.380,00	
PDG Realty S.A. Empreendimentos Participações, ON	1.624.390,0000	16.503.802,40	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, ON	2.405.006,0000	73.472.933,30	
Petroleo Brasileiro S.A. Petrobras, PN	3.635.808,0000	99.221.200,32	
Tele Norte Leste Participações S.A., PN	178.539,0000	4.336.712,31	
Vale S.A., PN	3.097.773,0000	150.241.990,50	
Renda Variável - A Receber / A Pagar		5.045.538,53	0,23
Imóveis - Shopping		30.485.777,71	1,39
Avenida Pereira Barreto, 42 [Shopping ABC]	Santo André - SP	30.485.777,71	
Imóveis - A Receber / A Pagar		238.930,00	0,01
Empréstimos / Financiamentos		286.881.846,46	13,11
Financiamentos - Imobiliário		10.929.009,34	
[Provisão P/ Devedores Duvidosos - Financiamentos - Imobiliário]		0,00	
Empréstimos - Pessoal		277.943.263,06	
[Provisão P/ Devedores Duvidosos - Empréstimos - Pessoal]		(1.990.425,94)	
Empréstimos e Financiamentos - A Receber / A Pagar		(1.275.214,61)	(0,06)

PLANO CAPEC**RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - DEZEMBRO DE 2010**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
Recursos		130.788.533,18	100,00
Fundos de Investimento (Gestão Terceirizada)		107.212.943,39	81,97
Fundo de Renda Fixa	40.840.995,3937	107.212.943,39	81,97
BB Capec	40.840.995,3937	107.212.943,39	
Carteira Própria		23.575.589,79	18,03
Disponível		1.155,80	0,00
Renda Fixa - Títulos Públicos	5.000,0000	13.991.691,55	10,70
Letras Financeiras do Tesouro	2.000,0000	8.995.741,09	
Notas do Tesouro Nacional Série B	2.000,0000	4.029.481,78	
Notas do Tesouro Nacional Série F	1.000,0000	966.468,68	
Renda Fixa - Certificado de Depósito Bancário - CDB	7.000,0000	7.408.492,30	5,67
Bco Votorantim S.A.	7.000,0000	7.408.492,30	
Renda Fixa - Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	2.000,0000	2.174.250,14	1,66
Bco CNH Capital S.A.	1.000,0000	1.086.920,12	
Bco Cruzeiro Sul S.A.	1.000,0000	1.087.330,02	



demonstrações contábeis
e notas explicativas

06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ MIL

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL
Disponível	185	339
Realizável	152.964.597	142.603.485
Gestão Previdencial [nota 5]	140.370	140.352
Gestão Administrativa	17.481	1.180
Investimentos [nota 6]	152.806.746	142.461.953
Títulos Públicos [nota 7]	12.324.194	15.189.067
Créditos Privados e Depósitos [nota 7]	3.499.468	3.907.321
Ações [nota 8]	50.803.346	49.794.704
Fundos de Investimento [nota 9]	76.680.101	65.938.298
Investimentos Imobiliários [nota 10]	4.822.734	3.791.385
Empréstimos [nota 11]	3.112.956	2.270.489
Financiamentos Imobiliários [nota 11]	1.563.947	1.570.689
Permanente	15.354	14.043
Imobilizado	8.622	11.448
Intangível	4.400	-
Diferido	2.332	2.595
Total do Ativo	152.980.136	142.617.867

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL
Exigível Operacional [nota 12]	14.950.107	14.591.907
Gestão Previdencial	14.862.187	14.569.883
Gestão Administrativa	4.038	2.481
Investimentos	83.882	19.543
Exigível Contingencial [nota 13]	1.786.788	1.255.392
Gestão Previdencial	1.757.512	1.226.871
Gestão Administrativa	2.149	2.586
Investimentos	27.127	25.935
Patrimônio Social	136.243.241	126.770.568
Patrimônio de Cobertura do Plano	119.529.974	118.722.681
Provisões Matemáticas	92.641.891	74.519.785
Benefícios Concedidos	80.336.998	68.922.251
Benefícios a Conceder	25.452.500	18.152.314
[-] Provisões Matemáticas a Constituir [nota 15]	[13.147.607]	[12.554.780]
Equilíbrio Técnico [nota 16]	26.888.083	44.202.896
Resultados Realizados	26.888.083	44.202.896
Superávit Técnico Acumulado	26.888.083	44.202.896
Fundos [nota 17]	16.713.267	8.047.887
Fundos Previdenciais	15.513.003	6.915.427
Fundos Administrativos	734.197	693.849
Fundos dos Investimentos	466.067	438.611
Total do Passivo	152.980.136	142.617.867

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Ricardo José da Costa Flores
Presidente
CPF: 285.080.334-00

Paulo Assunção de Sousa
Diretor de Administração
CPF: 588.584.748-72

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Contador CRC RJ 64386/0-3
CPF: 796.164.107-68

Cleide Barbosa da Rocha
Atuária MIBA 732
CPF: 878.098.777-04

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - R\$ MIL

DESCRIÇÃO (NOTA 18)	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO [%]
A) Ativo Líquido - início do exercício	125.638.108	99.991.996	25,6
1. Adições	19.268.257	34.658.456	(44,4)
[+] Contribuições Previdenciais	2.641.801	2.527.839	4,5
[+] Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.366.404	31.803.675	(48,5)
[+] Receitas Administrativas	198.600	174.634	13,7
[+] Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	61.452	152.308	(59,7)
2. Destinações	(9.863.388)	(9.012.344)	9,4
[-] Benefícios	(8.896.726)	(8.239.910)	8,0
[-] Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(706.610)	(445.492)	58,6
[-] Despesas Administrativas	(205.378)	(170.106)	20,7
[-] Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(14.326)	(15.492)	(7,5)
[-] Constituição de Fundos - Gestão Administrativa	(40.348)	(141.344)	(71,5)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido [1+2]	9.404.869	25.646.112	(63,3)
[+/-] Provisões Matemáticas	18.122.106	7.273.137	149,2
[+/-] Fundos Previdenciais	8.597.576	482.291	-
[+/-] Superávit (Déficit) Técnico	(17.314.813)	17.890.684	(196,8)
B) Ativo Líquido - final do exercício [A+3]	135.042.977	125.638.108	7,5
C) Fundos Não Previdenciais	1.200.264	1.132.460	6,0
[+] Fundos Administrativos	734.197	693.849	5,8
[+] Fundos dos Investimentos	466.067	438.611	6,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PREVI FUTURO - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL	VARIAÇÃO [%]
1 - Ativos	2.239.421	1.729.972	29,4
Disponível	4	152	[97,4]
Recebível	50.044	38.637	29,5
Investimento	2.189.373	1.691.183	29,5
Títulos Públicos	399.733	380.074	5,2
Créditos Privados e Depósitos	216.808	200.006	8,4
Ações	752.114	510.913	47,2
Fundos de Investimento	502.936	399.633	25,8
Investimentos Imobiliários	30.725	-	-
Empréstimos	276.128	197.161	40,1
Financiamentos Imobiliários	10.929	3.396	221,8
2. Obrigações	3.246	2.342	38,6
Operacional	3.145	2.247	40,0
Contingencial	101	95	6,3
3. Fundos Não Previdenciais	52.182	40.624	28,5
Fundos Administrativos	48.106	36.913	30,3
Fundos dos Investimentos	4.076	3.711	9,8
Total do Ativo Líquido [1-2-3]	2.183.993	1.687.006	29,5
Provisões Matemáticas	2.012.117	1.530.729	31,4
Fundos Previdenciais	171.876	156.277	10,0

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CAPEC - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL	VARIAÇÃO [%]
1. Ativos	153.417	163.681	[6,3]
Disponível	1	15	[93,3]
Recebível	22.629	24.147	[6,3]
Investimento	130.787	139.519	[6,3]
Títulos Públicos	13.992	28.818	[51,4]
Créditos Privados e Depósitos	9.583	30.057	[68,1]
Fundos de Investimento	107.212	80.644	32,9
2. Obrigações	26.020	19.634	32,5
Operacional	25.968	19.613	32,4
Contingencial	52	21	147,6
3. Fundos Não Previdenciais	22.627	24.146	[6,3]
Fundos Administrativos	22.627	24.146	[6,3]
Total do Ativo Líquido [1-2-3]	104.770	119.901	[12,6]
Fundos Previdenciais	104.770	119.901	[12,6]

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL	VARIAÇÃO [%]
1 - Ativos	150.581.108	140.719.147	7,0
Disponível	168	172	[2,3]
Recebível	801.894	771.417	4,0
Investimento	149.779.046	139.947.558	7,0
Títulos Públicos	11.910.469	14.780.175	[19,4]
Créditos Privados e Depósitos	3.153.757	3.677.258	[14,2]
Ações	49.921.885	49.283.791	1,3
Fundos de Investimento	75.611.080	64.774.328	16,7
Investimentos Imobiliários	4.792.009	3.791.385	26,4
Empréstimos	2.836.828	2.073.328	36,8
Financiamentos Imobiliários	1.553.018	1.567.293	[0,9]
2 - Obrigações	16.701.439	15.820.256	5,6
Operacional	14.916.953	14.567.566	2,4
Contingencial	1.784.486	1.252.690	42,5
3 - Fundos Não Previdenciais	1.125.455	1.067.690	5,4
Fundos Administrativos	663.464	632.790	4,8
Fundos dos Investimentos	461.991	434.900	6,2
Total do Ativo Líquido [1-2-3]	132.754.214	123.831.201	7,2
Provisões Matemáticas	90.629.774	72.989.056	24,2
Superávit/Déficit Técnico	26.888.083	44.202.896	[39,2]
Fundos Previdenciais	15.236.357	6.639.249	129,5

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO [%]
A) Ativo Líquido - início do exercício	123.831.201	98.756.390	25,4
1. Adições	18.398.649	33.648.256	[45,3]
[+] Contribuições	2.202.524	2.182.395	0,9
[+] Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.196.125	31.465.861	[48,5]
2. Destinações	[9.475.636]	[8.573.445]	10,5
[-] Benefícios	[8.729.798]	[8.088.909]	7,9
[-] Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	[706.566]	[445.355]	58,7
[-] Custeio Administrativo	[39.272]	[39.181]	0,2
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido [1+2]	8.923.013	25.074.811	[64,4]
[+/-] Provisões Matemáticas	17.640.718	6.767.722	160,7
[+/-] Fundos Previdenciais	8.597.108	416.405	-
[+/-] Superávit [Déficit] Técnico do Exercício	[17.314.813]	17.890.684	[196,8]
B) Ativo Líquido - final do exercício [A+3]	132.754.214	123.831.201	7,2
C) Fundos Não Previdenciais	1.125.455	434.900	158,8
[+] Fundos Administrativos	663.464	-	-
[+] Fundos dos Investimentos	461.991	434.900	6,2

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.687.006	1.099.931	53,4
1. Adições	530.381	613.626	[13,6]
[+] Contribuições	373.771	291.919	28,0
[+] Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	156.610	321.707	[51,3]
2. Destinações	[33.394]	[26.551]	25,8
[-] Benefícios	[15.941]	[11.861]	34,4
[-] Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	[12]	[94]	[87,2]
[-] Custeio Administrativo	[17.441]	[14.596]	19,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido [1+2]	496.987	587.075	[15,3]
[+/-] Provisões Matemáticas	481.388	505.415	[4,8]
[+/-] Fundos Previdenciais	15.599	81.660	[80,9]
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.183.993	1.687.006	29,5
C) Fundos Não Previdenciais	52.182	3.711	-
[+] Fundos Administrativos	48.106	-	-
[+] Fundos dos Investimentos	4.076	3.711	9,8

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS CAPEC - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	119.901	135.675	[11,6]
1. Adições	139.013	126.107	10,2
[+] Contribuições	125.344	110.000	13,9
[+] Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.669	16.107	[15,1]
2. Destinações	[154.144]	[141.881]	8,6
[-] Benefícios	[150.987]	[139.140]	8,5
[-] Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	[32]	[43]	[25,6]
[-] Custeio Administrativo	[3.125]	[2.698]	15,8
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido [1+2]	[15.131]	[15.774]	[4,1]
[+/-] Fundos Previdenciais	[15.131]	[15.774]	[4,1]
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	104.770	119.901	[12,6]
C) Fundos Não Previdenciais	22.627	-	-
[+] Fundos Administrativos	22.627	-	-

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA) - R\$ MIL

DESCRIÇÃO (NOTA 19)	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	693.849	552.505	25,6
1. Custeio da Gestão Administrativa	260.052	326.942	[20,5]
1.1 Receitas	260.052	326.942	[20,5]
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	58.590	56.631	3,5
Custeio Administrativo dos Investimentos	128.811	114.949	12,1
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	9.209	2	-
Receitas Diretas	1.327	-	-
Resultado Positivo dos Investimentos	61.452	152.308	[59,7]
Outras Receitas	663	3.052	[78,3]
2. Despesas Administrativas	[219.704]	[185.598]	18,4
2.1 Administração Previdencial	[81.675]	[70.648]	15,6
Pessoal e encargos	[37.169]	[32.402]	14,7
Treinamentos / congressos e seminários	[926]	[754]	22,8
Viagens e estadias	[1.215]	[1.364]	[10,9]
Serviços de terceiros	[9.412]	[8.874]	6,1
Despesas gerais	[16.539]	[10.100]	63,8
Depreciações e amortizações	[2.035]	[1.654]	23,0
Contingências	[14.326]	[15.492]	[7,5]
Outras Despesas	[53]	[8]	562,5
2.2 Administração dos Investimentos	[138.021]	[114.950]	20,1
Pessoal e encargos	[76.283]	[68.462]	11,4
Treinamentos / congressos e seminários	[855]	[1.294]	[33,9]
Viagens e estadias	[922]	[990]	[6,9]
Serviços de terceiros	[26.239]	[22.863]	14,8
Despesas gerais	[30.762]	[19.044]	61,5
Depreciações e amortizações	[2.528]	[2.160]	17,0
Outras Despesas	[432]	[137]	215,3
2.3 Administração Assistencial	-	-	-
2.4 Reversão de Recursos para o Plano de Benefício	[8]	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobre da Gestão Administrativa [1-2-3]	40.348	141.344	[71,5]
5. Constituição do Fundo Administrativo [4]	40.348	141.344	[71,5]
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	734.197	693.849	5,8

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS 1 - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano [1 + 2]	117.517.857	117.191.952	0,3
1. Provisões Matemáticas	90.629.774	72.989.056	24,2
1.1 Benefícios Concedidos	80.309.188	68.904.911	16,6
Benefício Definido	80.309.188	68.904.911	16,6
1.2 Benefícios a Conceder	23.468.193	16.638.925	41,0
Contribuição Definida	26	23	13,0
Saldo de contas - parcela participantes	26	23	13,0
Benefício Definido	23.468.167	16.638.902	41,0
1.3 [-] Provisões Matemáticas a Constituir	(13.147.607)	(12.554.780)	4,7
[-] Serviço Passado	(13.147.607)	(12.554.780)	4,7
[-] Patrocinador	(13.147.607)	(12.554.780)	4,7
2. Equilíbrio Técnico	26.888.083	44.202.896	[39,2]
2.1 Resultados Realizados	26.888.083	44.202.896	[39,2]
Superavit técnico acumulado	26.888.083	44.202.896	[39,2]
Reserva de Contingência	22.657.444	18.247.264	24,2
Reserva Especial para Revisão de Plano	4.230.639	25.955.632	[83,7]

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO - R\$ MIL

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL	VARIAÇÃO (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano [1 + 2]	2.012.117	1.530.729	31,4
1. Provisões Matemáticas	2.012.117	1.530.729	31,4
1.1 Benefícios Concedidos	27.810	17.340	60,4
Benefício Definido	27.810	17.340	60,4
1.2 Benefícios a Conceder	1.984.307	1.513.389	31,1
Contribuição Definida	1.940.293	1.493.493	29,9
Saldo de contas - parcela patrocinador	968.845	746.382	29,8
Saldo de contas - parcela participantes	971.448	747.111	30,0
Benefício Definido	44.014	19.896	121,2

NOTAS EXPLICATIVAS**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, e obedece às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, essencialmente o Banco do Brasil S.A., e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2010, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM, além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de Renda Fixa e de Renda Variável, de acordo com a Resolução CMN nº 3792/2009, de 24/09/2009.

A gestão dos investimentos é realizada na forma de multifundo, situação que caracteriza uma gestão segregada dos recursos por plano administrado e indica que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004.

2. PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- ▶ **Plano de Benefícios 1 – Plano 1**
de Benefício Definido estruturado em regime financeiro de capitalização. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI em 23/12/1997.
- ▶ **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro**
de Contribuição Variável (Contribuição Definida para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram no Banco a partir de 1998.
- ▶ **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec**
de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em Regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e pensões.
- ▶ **Plano de Gestão Administrativa – PGA**
Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI. Foi instituído pela Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, alterada pela Resolução CNPC nº 01, de 03/03/2011, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U., em 16/03/2011, pela Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Também são observadas as práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, atendendo ao pronunciamento conceitual básico e à estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

Essas práticas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do último exercício social.

De acordo com o item 17 das Normas Gerais da Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (consolidada e por plano de benefício previdencial), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial). Dispensado o preenchimento da coluna Exercício Anterior, conforme as observações do Anexo B da referida Resolução. Entretanto, a Entidade apresenta a comparação com o início do exercício.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. INVESTIMENTOS

i. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Conforme determinam as Resoluções CGPC nº 4 e nº 15, de 30/01/2002 e 23/08/2005, respectivamente, e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos pro rata dia até a data do balanço e ajustados ao valor provável de realização. O ágio e deságio na aquisição são amortizados pro rata dia, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título. Estão classificados nas seguintes categorias:

- ▶ **Títulos para negociação**
adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição. Apura-se a avaliação contábil pelo valor de mercado.
- ▶ **Títulos mantidos até o vencimento**
mantidos em carteira até o vencimento, considerando parecer em relatório que atesta a capacidade financeira da entidade. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

ii. Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez. Os rendimentos, como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio, são apurados pelo regime de competência.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, foram avaliadas de acordo com legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em conformidade ao item 16 das Normas Complementares, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

iii. Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. Alguns ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo precificados pelo valor econômico, conforme previsto na Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, na legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e de acordo com o item 17.b das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

iv. Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, de acordo com a legislação vigente. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2%a.a. ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, fixado nos laudos de reavaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10%a.a.

Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

v. Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

As Operações com Participantes correspondem a Empréstimos Simples e a Financiamentos Imobiliários e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data do balanço.

b. PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, levando em consideração os riscos e incertezas e, para direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo

segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

c. ATIVO PERMANENTE

São itens tangíveis e intangíveis que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos e que compõem o PGA.

Os bens do ativo permanente imobilizado são depreciados pelo método linear, a alocação sistemática do valor depreciável se dá durante sua vida útil econômica.

Os softwares constituem o ativo permanente intangível e são registrados de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. Nesse caso, os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis a esses bens serão gerados em favor da Entidade.

d. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações decorrentes de acordos firmados com a patrocinadora Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

e. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

É representado por provisões constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências pela sua melhor estimativa de perda, conforme normas do CFC. Caso sua classificação seja perda provável, há o reconhecimento e divulgação. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa. Quando a estimativa de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

A Administração da PREVI entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

f. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, segundo parecer dos atuários da Entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos assistidos e participantes, trazidos a valor presente.

- ▶ **Benefícios Concedidos** representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes aposentados e com as pensões de dependentes.
- ▶ **Benefícios a Conceder** representam os compromissos futuros da Entidade para com os participantes em atividade.
- ▶ **Provisões Matemáticas a Constituir** correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998.

g. SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos. O superávit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação às Provisões Matemáticas. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina o Artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001.

h. FUNDOS

Registra recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- ▶ **Previdenciais** são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica. As exceções são os Fundos da Carteira de Pecúlios e de Renda Certa, que são financeiros, e o Fundo de Contribuições, que é orçamentário.
- ▶ **Administrativo** o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da

estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído com o saldo das receitas equivalentes a 5%, até setembro de 2010 e, a partir de outubro, a 4% das contribuições previdenciais normais dos Plano 1 e PREVI Futuro, e 2,5% das contribuições da Capec, dentre outros.

- ▶ **Investimentos** são fundos que se destinam à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, após esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

i. RECEITAS E DESPESAS

Todas as receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, reconhecidas no período em que ocorrerem, independentemente de pagamentos e recebimentos.

j. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- ▶ **Custeio administrativo da Gestão Previdencial** corresponde a 5%, até setembro de 2010, e, a partir de outubro de 2010, a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem a esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- ▶ **Custeio Administrativo de Investimentos** baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Neste grupamento, estão registrados, entre outros valores, os adiantamentos de pagamento de benefícios a cargo do INSS que são restituídos à PREVI no 5º dia útil do mês subsequente, no montante de R\$ 131.955 (R\$ 121.358 no início do exercício).

6. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos Imobiliários, e alcançou o montante de R\$ 152.806.746, a seguir demonstrada:

INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ATUAL	INÍCIO DO EXERCÍCIO ATUAL
Títulos Públicos	12.324.194	15.189.067
Títulos Públicos Federais	12.324.194	15.189.067
Notas do Tesouro Nacional	10.700.566	10.700.285
Letras Financeiras do Tesouro	1.623.628	4.488.782
Créditos Privados e Depósitos	3.499.468	3.907.321
Instituições Financeiras	884.194	959.174
Companhias Abertas	1.766.244	1.332.096
Organismos Multilaterais	43.620	38.979
Patrocinador	805.410	1.577.072
Ações	50.803.346	49.794.704
Instituições Financeiras	6.797.935	7.680.301
Companhias Abertas	33.070.741	32.570.406
Soc. de Propósitos Específicos	1.580.281	1.566.410
Patrocinador	9.318.070	7.963.067
Empréstimos de Ações	36.319	14.520
Fundos de Investimento	76.680.101	65.938.298
Fundo de Renda Fixa	29.352.699	25.242.292
Fundo de Ações	46.579.543	40.462.826
Fundo de Direitos Creditórios	299.714	5.128
Fundo de Empresas Emergentes	11.165	5.072
Fundo de Participações	347.864	134.744
Fundo Imobiliário	89.116	88.236
Investimentos Imobiliários	4.822.734	3.791.385
Imóveis em Construção	375.688	39.687
Aluguéis e Renda	4.439.839	3.559.574
Direitos Alienações Invest Imob	7.142	3.598
Outros Investimentos Imobiliários	65	188.526
Empréstimos	3.112.956	2.270.489
Financiamentos Imobiliários	1.563.947	1.570.689
Total	152.806.746	142.461.953

7. TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

A movimentação consolidada dos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos registrados na carteira própria apresentou variação negativa de R\$ 3.272.726, gerada pelos seguintes eventos: investimentos de R\$ 1.738.222, desinvestimentos de R\$ 7.070.823, variação patrimonial positiva de R\$ 2.057.800, valores a receber de R\$ 329.383 e provisão para perdas [atualização de debêntures] de R\$ 327.308.

As aplicações em Títulos Públicos da carteira própria da PREVI, em sua totalidade de responsabilidade do Governo Federal, foram reduzidas para R\$ 12.324.194 (R\$ 15.189.067 no início do exercício), distribuídas em:

Letras Financeiras do Tesouro – LFT, títulos indexados à taxa Selic, Notas do Tesouro Nacional – série B – NTN-B, títulos indexados ao índice de inflação IPCA, Notas do Tesouro Nacional – série C – NTN-C, indexadas ao IGP-M e Notas do Tesouro Nacional – série F – NTN-F, pré-fixadas.

Nas Aplicações em Créditos Privados e Depósitos, estão registrados Certificado de Depósito Bancário – CDB, Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, Letra Financeira, Debêntures e Notas de Emissão do *International Finance Corporation* – IFC, dos quais 90,1% pertencem ao Plano 1 e os 9,9% restantes estão distribuídos entre os planos PREVI Futuro, Capec e PGA.

CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	Exercício Atual	PLANO 1		PLANO PREVI FUTURO	
		Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual
Títulos Públicos	11.910.469	14.780.175	399.733	380.074	
Títulos Públicos Federais	11.910.469	14.780.175	399.733	380.074	
Notas do Tesouro Nacional	10.295.837	10.299.588	399.733	380.074	
Letras Financeiras do Tesouro	1.614.632	4.480.587	-	-	
Créditos Privados e Depósitos	3.153.757	3.677.258	216.808	200.006	
Instituições Financeiras	709.521	818.793	77.261	112.340	
Companhias Abertas	[*]1.679.459	1.300.759	76.949	31.337	
Organismos Multilaterais	29.080	25.986	14.540	12.993	
Patrocinador	735.697	1.531.720	48.058	43.336	

CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	Exercício Atual	CAPEC		PGA		CONSOLIDADO	
		Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual
Títulos Públicos	13.992	28.818	-	-	12.324.194	15.189.067	
Títulos Públicos Federais	13.992	28.818	-	-	12.324.194	15.189.067	
Notas do Tesouro Nacional	4.996	20.623	-	-	10.700.566	10.700.285	
Letras Financeiras do Tesouro	8.996	8.195	-	-	1.623.628	4.488.782	
Créditos Privados e Depósitos	9.583	30.057	119.320	-	3.499.468	3.907.321	
Instituições Financeiras	9.583	28.041	87.829	-	884.194	959.174	
Companhias Abertas	-	-	9.836	-	1.766.244	1.332.096	
Organismos Multilaterais	-	-	-	-	43.620	38.979	
Patrocinador	-	2.016	21.655	-	805.410	1.577.072	

[*] Valor líquido – deduzida provisão de R\$ 1.874.271 (R\$ 1.546.963 no início do exercício atual) referente às debêntures de Embaúba e Invesc, adquiridas no período de 1982 a 1999.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em Fundos de Investimento Exclusivos, classificados como “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento”:

a. TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

VENCIMENTO	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS	TOTAL	TOTAL POR PLANO
1. Títulos Públicos - Valor de Mercado							
LFT - Plano 1	2.105.000	310.251	-	-	-	2.415.251	
LTN - Plano 1	-	305.652	-	-	-	305.652	
NTN-B - Plano 1	248	4.437.610	1.545.749	474.983	-	6.458.590	
NTN-C - Plano 1	85.415	-	3.816	536.211	893.064	1.518.506	
NTN-F - Plano 1	-	610.362	345.996	201.646	-	1.158.004	
Op. Compromissadas - Plano 1	2.204.474	-	-	-	-	2.204.474	14.060.477
LTN - PREVI Futuro	-	34.726	-	-	-	34.726	
NTN-B - PREVI Futuro	-	65.197	92.917	-	23.357	181.471	
NTN-C - PREVI Futuro	-	-	-	-	13.772	13.772	
NTN-F - PREVI Futuro	-	16.280	16.430	28.455	-	61.165	
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	155.898	-	-	-	-	155.898	447.032
LFT - CAPEC	8.996	29.236	-	-	-	38.232	
NTN-B - CAPEC	44	4.029	-	-	-	4.073	
NTN-F - CAPEC	-	7.970	3.866	-	-	11.836	
Op. Compromissadas - CAPEC	39.483	-	-	-	-	39.483	
LTN - CAPEC	-	27.583	-	-	-	27.583	121.207
LTN - PGA	-	139.795	-	-	-	139.795	
NTN-B - PGA	-	25.764	-	-	-	25.764	
NTN-F - PGA	-	16.936	8.215	44.986	-	70.137	
Op. Compromissadas - PGA	114.439	-	-	-	-	114.439	350.135
Total [*]	4.713.997	6.031.391	2.016.989	1.286.281	930.193	14.978.851	
Títulos Públicos - Custo Atualizado [**]							
LFT - Plano 1	2.104.972	310.246	-	-	-	2.415.218	
LTN - Plano 1	-	305.285	-	-	-	305.285	
NTN-B - Plano 1	244	4.271.854	1.445.719	354.474	-	6.072.291	
NTN-C - Plano 1	84.247	-	3.071	424.985	649.048	1.161.351	
NTN-F - Plano 1	-	592.528	316.338	189.632	-	1.098.498	
Op. Compromissadas - Plano 1	2.204.474	-	-	-	-	2.204.474	13.257.117
LTN - PREVI Futuro	-	34.661	-	-	-	34.661	
NTN-B - PREVI Futuro	-	62.949	88.250	-	19.542	170.741	
NTN-C - PREVI Futuro	-	-	-	-	10.355	10.355	
NTN-F - PREVI Futuro	-	15.759	15.118	26.760	-	57.637	
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	155.898	-	-	-	-	155.898	429.292
LFT - CAPEC	8.996	29.300	-	-	-	38.296	
NTN-B - CAPEC	43	3.815	-	-	-	3.858	
NTN-F - CAPEC	-	7.510	3.427	-	-	10.937	
Op. Compromissadas - CAPEC	39.483	-	-	-	-	39.483	
LTN - CAPEC	-	27.575	-	-	-	27.575	120.149
LTN - PGA	-	139.721	-	-	-	139.721	
NTN-B - PGA	-	25.166	-	-	-	25.166	
NTN-F - PGA	-	16.799	7.837	42.291	-	66.927	
Op. Compromissadas - PGA	114.439	-	-	-	-	114.439	346.253
Total [*]	4.712.796	5.843.168	1.879.760	1.038.142	678.945	14.152.811	

[*] Inclui os ativos constantes dos Fundos de Investimento Exclusivos.

[**] Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

VENCIMENTO	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS	TOTAL	TOTAL POR PLANO
2- Títulos Privados - Valor de Mercado							
CDBs- Plano 1	222.706	860.613	-	-	-	1.083.319	
Notas - Plano 1	29.080	-	-	-	-	29.080	
Debêntures- Plano 1	277.007	1.085.966	199.536	3.150	161.962	1.727.621	
DPGEs - Plano 1	4.349	-	-	-	-	4.349	
Letras Financeiras - Plano 1	-	-	357.550	-	-	357.550	<u>3.201.919</u>
CDBs PREVI Futuro	40.929	-	76.778	-	-	117.707	
Notas - PREVI Futuro	14.540	-	-	-	-	14.540	
Debêntures- PREVI Futuro	14.989	26.093	35.868	-	-	76.950	
DPGEs - PREVI Futuro	2.174	-	-	-	-	2.174	
Letras Financeiras - PREVI Futuro	-	-	5.438	-	-	5.438	<u>216.809</u>
CDBs - CAPEC	6.324	1.084	-	-	-	7.408	
DPGEs - CAPEC	2.174	-	-	-	-	2.174	<u>9.582</u>
CDBs - PGA	47.643	16.261	-	-	-	63.904	
Letras Financeiras - PGA	-	-	43.406	-	-	43.406	
Debêntures- PGA	-	9.836	-	-	-	9.836	
DPGEs - PGA	2.174	-	-	-	-	2.174	<u>119.320</u>
Total [*]	664.089	1.999.853	718.576	3.150	161.962	3.547.630	
Títulos Privados - Custo Atualizado (**)							
CDBs- Plano 1	222.706	860.613	-	-	-	1.083.319	
Notas - Plano 1	29.080	-	-	-	-	29.080	
Debêntures- Plano 1	277.048	1.085.966	199.536	3.150	901	1.566.601	
DPGEs - Plano 1	4.349	-	-	-	-	4.349	
Letras Financeiras - Plano 1	-	-	357.550	-	-	357.550	<u>3.040.899</u>
CDBs PREVI Futuro	40.929	-	76.778	-	-	117.707	
Notas - PREVI Futuro	14.540	-	-	-	-	14.540	
Debêntures- PREVI Futuro	14.989	26.093	35.868	-	-	76.950	
DPGEs - PREVI Futuro	2.174	-	-	-	-	2.174	
Letras Financeiras - PREVI Futuro	-	-	5.438	-	-	5.438	<u>216.809</u>
CDBs - CAPEC	6.324	1.084	-	-	-	7.408	
DPGEs - CAPEC	2.174	-	-	-	-	2.174	<u>9.582</u>
CDBs - PGA	47.643	16.261	-	-	-	63.904	
Letras Financeiras - PGA	-	-	43.406	-	-	43.406	
Debêntures- PGA	-	9.836	-	-	-	9.836	
DPGEs - PGA	2.174	-	-	-	-	2.174	<u>119.320</u>
Total [*]	664.130	1.999.853	718.576	3.150	901	3.386.610	

[*] Inclui os ativos constantes dos Fundos de Investimento Exclusivos.

[**] Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

b. TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

VENCIMENTO	0 - 1 ANO	1 - 5 ANOS	5 - 10 ANOS	10 - 15 ANOS	> 15 ANOS	TOTAL	TOTAL POR PLANO
1- Títulos Públicos - Custo Atualizado							
NTN-B - Plano 1	255.727	7.719.977	7.343.099	3.975.003	4.434.727	23.728.533	
NTN-C - Plano 1	84.520	-	3.367	446.254	746.605	1.280.746	
NTN-F - Plano 1	-	866.089	242.899	-	-	1.108.988	<u>26.118.267</u>
NTN-B - PREVI Futuro	-	121.101	76.797	30.445	49.046	277.389	
NTN-F - PREVI Futuro	-	-	154.096	-	-	154.096	<u>431.485</u>
NTN-B - PGA	-	15.529	23.341	-	58.353	97.223	
NTN-F - PGA	-	-	11.522	-	-	11.522	<u>108.745</u>
Total [*]	340.247	8.722.696	7.855.121	4.451.702	5.288.731	26.658.497	
Títulos Públicos - Valor de Mercado (**)							
NTN-B - Plano 1	259.619	8.062.117	7.676.431	4.489.238	5.272.544	25.759.949	
NTN-C - Plano 1	85.417	-	3.819	536.211	936.330	1.561.777	
NTN-F - Plano 1	-	918.657	251.282	-	-	1.169.939	<u>28.491.665</u>
NTN-B - PREVI Futuro	-	127.975	82.484	35.136	59.288	304.883	
NTN-F - PREVI Futuro	-	-	159.467	-	-	159.467	<u>464.350</u>
NTN-B - PGA	-	15.855	24.410	-	63.803	104.068	
NTN-F - PGA	-	-	12.081	-	-	12.081	<u>116.149</u>
Total [*]	345.036	9.124.604	8.209.974	5.060.585	6.331.965	29.072.164	

[*] Inclui os ativos dos Fundos de Investimento Exclusivos.

[**] Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo de aquisição atualizado.

Neste exercício, não houve reclassificação de Títulos Públicos Federais para a categoria "Mantidos até o Vencimento".

Demonstramos abaixo os Títulos Públicos Federais que estavam classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” alienados em 2010. Estas alienações foram realizadas, simultaneamente, à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com

vencimento posterior e em montante superior ao dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme a Resolução CGPC nº 15, de 23/08/2005:

TÍTULOS NTN-B (IPCA) - PLANO 1							
DATA DE NEGOCIAÇÃO	ALIENAÇÕES			AQUISIÇÕES			SALDO POR NEGOCIAÇÃO - R\$
	Data de Vencimento	Quantidade	[a]	Data de Vencimento	Quantidade	[b]	
14/01/2010	15/05/2011	200.000	379.900	15/08/2020	206.196	379.901	1
11/02/2010	15/05/2011	60.000	115.544	15/05/2015	61.943	115.544	-
	15/05/2011	60.000	115.544	15/08/2020	61.675	115.544	-
	15/05/2011	60.000	115.545	15/08/2030	61.418	115.546	1
	15/05/2011	60.000	115.545	15/08/2040	61.841	115.547	2
	15/05/2011	60.000	115.545	15/08/2050	62.113	115.545	-
11/03/2010	15/05/2011	40.000	77.544	15/05/2015	41.326	77.544	-
	15/05/2011	40.000	77.544	15/08/2020	42.518	77.546	2
	15/05/2011	40.000	77.544	15/08/2030	42.156	77.544	-
	15/05/2011	40.000	77.544	15/08/2040	42.434	77.546	2
	15/05/2011	40.000	77.544	15/08/2050	42.579	77.545	1
13/05/2010	15/05/2011	50.000	98.665	15/05/2013	51.022	98.666	1
	15/05/2011	25.000	49.332	15/08/2030	26.379	49.333	1
16/09/2010	15/05/2011	100.000	198.017	15/05/2013	100.772	198.018	1
	15/05/2011	50.000	99.008	15/05/2015	50.463	99.009	1
25/11/2010	15/08/2012	150.000	299.204	15/08/2016	151.282	299.205	1
Total		1.075.000	2.089.569		1.106.117	2.089.583	14

Justificativas:

Estas operações de rolagem dos títulos já contabilizados pela curva de rendimento foram realizadas em leilão de permuta [troca] do Tesouro Nacional pelos motivos abaixo:

- mitigação do risco de reinvestimento dos ativos de renda fixa;
- adequação do prazo dos Títulos Públicos Federais ao fluxo de caixa de longo prazo da PREVI de acordo com as necessidades de caixa apontadas pela gestão de ativos e passivos.

Não houve alienações de Títulos Públicos Federais “Mantidos até o Vencimento” no ano de 2010 nos planos PREVI Futuro e PGA. O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade possui capacidade financeira e a intenção de manter esses títulos até os respectivos vencimentos, conforme atestado pelas Diretorias de Investimento, Planejamento e Seguridade.

8. AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES (*)	Exercício Atual	PLANO 1	PLANO PREVI FUTURO	Exercício Atual	PGA	CONSOLIDADO		
		Início do Exercício Atual	Início do Exercício Atual					
Ações	49.921.885	49.283.791	752.114	510.913	129.347	-	50.803.346	49.794.704
Instituições Financeiras	6.649.457	7.590.105	126.665	90.196	21.813	-	6.797.935	7.680.301
Companhias Abertas	32.369.862	32.164.640	598.056	405.766	102.823	-	33.070.741	32.570.406
Soc. de Propósitos Específicos	1.580.281	1.566.410	-	-	-	-	1.580.281	1.566.410
Patrocinador	9.285.966	7.948.116	27.393	14.951	4.711	-	9.318.070	7.963.067
Empréstimos de ações	36.319	14.520	-	-	-	-	36.319	14.520

(*) A Capec não possui Carteira de Ações.

O incremento na Carteira Consolidada de Ações foi de R\$ 1.008.642, gerado pelos seguintes eventos: investimentos de R\$ 3.947.562, desinvestimentos de R\$ 3.793.859 e variação patrimonial positiva de R\$ 854.939.

A Carteira de Ações Consolidada à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro: Petrobras, Vale, Itaú Unibanco e Bradesco. Além destas ações, destacam-se também no Plano 1: Banco do Brasil, Ambev, Embraer, Usiminas, Itaúsa e Brasil Foods.

Encontra-se registrado em provisão para perdas, exclusivamente no Plano 1, o montante de R\$ 18.979, correspondente ao valor contábil de ações de empresas concordatárias, em processo de falência ou consideradas de difícil realização [Banco Econômico e Banco Nacional, em Instituições Financeiras, Casa Anglo e Gazeta Mercantil, em Companhias Abertas], adquiridas no período de 1991 a 1998. Desses processos, somente Casa Anglo e Gazeta Mercantil já se encontram em fase de execução.

a. AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO – Plano 1

De acordo com o item 16.d das Normas Complementares, Instrução MPS/SPC nº 34 de 24/09/2009, na avaliação de ativos referentes às participações na Litel, 521 Participações, Neoenergia e Invepar foram aplicadas as normas emanadas pela CVM [Deliberação nº 604 de 19/11/2009], que os classifica no nível II [quando não há mercado ativo]. Para tal, utilizamos na estimativa de valor justo, por meio de avaliação econômica, o método Fluxo de Caixa Descontado. Esta abordagem usa premissas macroeconômicas e setoriais e taxa de desconto estimada com base no modelo de precificação de ativos *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Na carteira própria do Plano 1, encontram-se registradas ações da Litel Participações, Sociedade de Propósito Específico – SPE que possui participação na empresa Valepar, controladora da Vale. Essa participação foi avaliada, ao final do exercício, por R\$ 1.537.593.

Ainda em 2010, na Carteira Própria também foram precificadas as ações da empresa Neoenergia, o que elevou o valor justo da participação do Plano 1 no empreendimento para R\$ 3.521.986.

AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO [*]						
Empresa	Tipo	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Ajuste	Tipo de Avaliação	
Afluyente	PNA	218	559	[341]	PL	
Celesc	ON	156.096	221.057	[64.961]	Custo	
CTX Participações	ON	9.409	9.409	-	Custo	
Daleth Participações	ON	4.966	4.966	-	Custo	
Fiago [**]	ON	-	-	-	Custo	
Fras-Le	ON	15.715	15.715	-	Custo	
Invitel Legacy	ON	215	399	[184]	PL	
Litel Participações	ON / PNA / PRC	1.537.593	1.526.222	11.371	Valor Econômico	
Neoenergia	ON	3.521.986	3.322.802	199.184	Valor Econômico	
Newtel Participações	ON	3.779	6.980	[3.201]	PL	
Sauípe	ON / PN	1	1	-	PL	
Sul 116 Participações	ON	1.389	2.121	[732]	PL	
Telemar Participações	ON	259.773	255.377	4.396	PL	

[*] Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo.
 [**] Cotação inferior à unidade.

9. FUNDOS DE INVESTIMENTO

O incremento consolidado nos Fundos de Investimento foi de R\$ 10.741.803, gerado pelos seguintes eventos: aplicações de R\$ 12.648.367, resgates de R\$ 12.536.896 e variação patrimonial positiva de R\$ 10.630.332.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	PLANO 1		PLANO PREVI FUTURO	
	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Fundos de Investimento	75.611.080	64.774.328	502.936	399.633
Fundo de Renda Fixa [*]	28.307.836	24.078.695	478.778	399.260
Fundo de Ações	46.579.543	40.462.826	-	-
Fundo de Direitos Creditórios	278.987	4.755	20.727	373
Fundo de Empresas Emergentes	11.165	5.072	-	-
Fundo de Participações	344.433	134.744	3.431	-
Fundo Imobiliário	89.116	88.236	-	-

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	CAPEC		PGA		CONSOLIDADO	
	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Fundos de Investimento	107.212	80.644	458.873	683.693	76.680.101	65.938.298
Fundo de Renda Fixa [*]	107.212	80.644	458.873	683.693	29.352.699	25.242.292
Fundo de Ações	-	-	-	-	46.579.543	40.462.826
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	-	-	299.714	5.128
Fundo de Empresas Emergentes	-	-	-	-	11.165	5.072
Fundo de Participações	-	-	-	-	347.864	134.744
Fundo Imobiliário	-	-	-	-	89.116	88.236

[*] Plano 1 - 92,1% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal; PREVI Futuro - 67,4% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal; Capec - 63,2 dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal; PGA - 75,0% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal.

Os títulos públicos alocados em Fundos de Investimentos Exclusivos, classificados como "Títulos para Negociação" e "Títulos Mantidos até o Vencimento", em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados nos quadros demonstrativos da Nota 7.

No Fundo de Ações Exclusivo BB Carteira Ativa do Plano 1, encontram-se também registradas ações da Litel Participações, que foram avaliadas conforme já detalhado na Nota 8.a.

Encontram-se alocadas no Fundo de Ações Exclusivo BB Carteira Livre I, também do Plano 1, ações das empresas Neoenergia, 521 Participações (SPE que participa das empresas do setor elétrico Neoenergia e Itapebi) e Invepar (holding que controla, no setor de concessões rodoviárias, as empresas Linha Amarela S.A. - LAMSA, Concessionária Auto Raposo Tavares - CART e Litoral Norte S.A. - CLN, e, no setor de concessão metroviária, a empresa Metrô Rio).

AÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO SEM COTAÇÃO EM MERCADO [*]						
Empresa	Tipo	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Ajuste	Tipo de Avaliação	
521 Participações	ON	3.627.988	3.467.298	160.690	Valor Econômico	
Litel Participações	ON / PNA / PRB	34.108.557	29.556.488	4.552.069	Valor Econômico	
Neoenergia	ON	876.460	826.893	49.567	Valor Econômico	
Invepar	ON / PN	1.226.536	1.119.688	106.848	Valor Econômico	
Sauípe [**]	ON / PN	-	-	-	PL	

[*] O PREVI Futuro e o PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo.
 [**] Cotação inferior à unidade.

10. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 4.822.734 (R\$ 3.791.385 no início do exercício), distribuídos na forma do quadro demonstrativo da Nota 6.

No exercício, a PREVI adquiriu o empreendimento em construção Eco Berrini em São Paulo (SP), no valor de R\$ 560.000, integralmente alocado no Plano 1, e nova participação no Shopping ABC em Santo André (SP),

no valor de R\$ 176.000, sendo R\$ 146.000 pelo Plano 1 e R\$ 30.000 pelo PREVI Futuro, como seu primeiro investimento imobiliário.

Dos imóveis que compõem a carteira da PREVI, 32 foram reavaliados em 2010 com base em laudos de empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 278.658, conforme quadros a seguir:

IMÓVEIS REAVALIADOS POR CLASSE						
Classe	Reavaliação	Avaliação anterior	[**]	Ajuste		
Edificações Locadas à Patrocinadora	22.896	20.036	-	2.860		
Edificações Locadas a Terceiros	642.383	551.947	[331]	90.767		
Participações em Shopping Center	562.860	375.369	-	187.491		
Participações em Complexo Hoteleiro	139.608	142.068	-	[2.460]		
Total	1.367.747	1.089.420	[331]	278.658		

[**] Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda - Reavaliação a cada 6 meses.

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Valor de Avaliação	Valor Contábil	[**]	Ajuste	Data do Laudo	Empresa [*] Avaliadora
Amazônia	Rua Visconde de Inhaúma, 50 - Rio de Janeiro [RJ]	7.255	5.906	(87)	1.436	21/01 e 24/08	1 e 2
América Business Park	Av. Major Sylvio Padilha, 5.200 - São Paulo [SP]	70.588	53.133		17.455	02/09	5
Buenos Aires Comercial	Rua Buenos Aires, 56 - Rio de Janeiro [RJ]	9.420	8.350	(33)	1.103	01/03 e 20/09	2 e 1
Candelária Corporate + Mário Bhering	Rua da Candelária, 65 - Rio de Janeiro [RJ] Rua da Quitanda, 197 - Rio de Janeiro [RJ]	64.450	59.669		4.781	07/04	1
Centenário Plaza	Rua Flórida, 1.970 - São Paulo [SP]	52.920	48.845		4.075	04/08	8
Chancellor	Rua Jaceru, 151 - São Paulo [SP]	18.300	20.113		(1.813)	30/07	1
Conde Pereira	Av. Rio Branco, 110 - Rio de Janeiro [RJ]	6.000	5.578		422	15/06	1
Crystal Tower	Alameda Mamoré, 989 - São Paulo [SP]	69.986	67.315		2.671	26/05	1
Empresarial Center I	Rua Padre Carapeceiro, 733 - Recife [PE]	13.450	11.367		2.083	20/09	1
Empresarial Center II	Rua Antônio Lumack do Monte, 96 - Recife [PE]	13.754	12.062		1.692	20/09	1
Flamengo Comercial	Praia do Flamengo, 78 - Rio de Janeiro [RJ]	18.500	13.337		5.163	02/07	8
Galpão Men de Sá	Av. Men de Sá, 227 - Recife [PE]	4.600	4.287	(19)	332	11/01 e 15/09	2 e 10
Hiper Extra Itaim	Rua João Cachoeira, 899 - São Paulo [SP]	22.757	17.278		5.479	22/10	4
Hospital Umberto Primo	Alameda Rio Claro, 190 - São Paulo [SP]	54.536	48.176		6.360	29/01	7
Internacional Rio	Praia do Flamengo, 154 - Rio de Janeiro [RJ]	35.742	28.692		7.050	04/06	5
Loja BB Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475 - Rio de Janeiro [RJ]	1.150	895		255	28/07	5
Marques dos Reis	Praça Pio X, 54 - Rio de Janeiro [RJ]	12.470	10.061		2.409	08/07	8
Martinelli	Av. Rio Branco, 108 - Rio de Janeiro [RJ]	8.750	7.849	(43)	944	19/01 e 16/07	8 e 1
Morumbi Square	Av. Chucru Zaidan, 80 - São Paulo [SP]	20.000	14.467	(136)	5.669	25/01 e 19/08	1 e 8
Number One	SCN, Quadra 1, Bloco A - Brasília [DF]	20.000	14.988		5.012	03/12	1
Ponteio Lar Shopping	Rodovia BR 356, 2.500 - Belo Horizonte [MG]	27.800	16.180		11.620	10/09	7
Riachuelo	Av. Rio Branco, 125 - Rio de Janeiro [RJ]	3.780	3.488		292	05/07	1
Rio Metropolitan	Av. República do Chile, 500 - Rio de Janeiro [RJ]	62.200	50.225		11.975	25/06	1

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO (continuação)

Empreendimento	Imóvel	Valor da Avaliação	Valor Contábil	[**]	Ajuste	Data do Laudo	Empresa [*] Avaliadora
Rodrigo Silva	Rua Rodrigo Silva, 26 - Rio de Janeiro [RJ]	2.100	1.810	(13)	303	19/01 e 30/07	8 e 5
Sauípe - Complexo Turístico	Rodovia BA 099, Km 73 - Mata de São João [BA]	139.608	142.068		(2.460)	10/09	4
Shopping ABC	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André [SP]	204.810	102.913		101.897	09/04	7
Shopping Curitiba	Rua Brigadeiro Franco, 2.300 - Curitiba [PR]	94.460	60.590		33.870	12/08	7
Shopping Metrô Tatuapé	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo [SP]	235.790	195.686		40.104	12/11	7
South Point Office	Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 177 - São Paulo [SP]	16.757	15.676		1.081	12/04	2
Suarez Trade Center	Av. Tancredo Neves, 450 - Salvador [BA]	15.840	12.203		3.637	01/07	4
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3.131 - Rio de Janeiro [RJ]	22.414	20.315		2.099	05/07	1
Tenente Negrão	Rua Tenente Negrão, 166 - São Paulo [SP]	17.560	15.898		1.662	27/09	9
Totais		1.367.747	1.089.420	(331)	278.658		

[*] Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - Analítica Engenharia de Avaliações | 2 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda. | 3 - CB Richard Ellis Consultores Internacionais de Imóveis Comerciais | 4 - Cushman & Wakefield Semco | 5 - Sênior Consultoria, Avaliações e Estudos Técnicos Ltda. | 6 - Pelli Sistemas Engenharia | 7 - Instituto Urbanométrica Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. | 8 - Câmara de Consultores Associados S/C Ltda. | 9 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda. | 10 - Valor Engenharia Ltda.

[**] Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda - Reavaliação a cada 6 meses.

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento somaram R\$ 93.119, conforme quadro a seguir:

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Dívidas de Garantia Mínima	31.732	29.894
Dívidas de Locação	61.387	50.190
Total	93.119	80.084

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro, e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	PLANO 1		PLANO PREVI FUTURO		CONSOLIDADO	
	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Empréstimos	2.836.828	2.073.328	276.128	197.161	3.112.956	2.270.489
Empréstimos Simples	2.846.378	2.081.418	278.118	198.467	3.124.496	2.279.885
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(9.550)	(8.090)	(1.990)	(1.306)	(11.540)	(9.396)
Financiamentos Imobiliários	1.553.018	1.567.293	10.929	3.396	1.563.947	1.570.689
Financiamentos	2.947.446	2.825.685	10.929	3.396	2.958.375	2.829.081
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(1.394.428)	(1.258.392)	-	-	(1.394.428)	(1.258.392)
Total	4.389.846	3.640.621	287.057	200.557	4.676.903	3.841.178

a. EMPRÉSTIMOS SIMPLES

A carteira consolidada, líquida da Provisão para Devedores Duvidosos, teve incremento de R\$ 842.467 em relação ao início do exercício. Essa provisão representa aproximadamente 0,4% do total deste subgrupo.

b. FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

O saldo da carteira foi reduzido em R\$ 6.742, devido às amortizações, liquidações e provisões realizadas, apesar de concedidos 1.136 financiamentos imobiliários que totalizaram o valor de R\$ 190.339. A PREVI mantém convênio com a Caixa Econômica Federal – CEF a fim de possibilitar que os participantes utilizem seus recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para complementar o valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento.

i. Plano 1

Foram concedidos 1.079 financiamentos imobiliários, repactuados 290 contratos e efetivadas 1.522 liquidações antecipadas. Nessas liquidações, 43 participantes utilizaram recursos do FGTS, no montante de R\$ 2.349. As liquidações com recursos próprios dos mutuários totalizaram R\$ 67.230. Os contratos liquidados com recursos próprios abrangem aqueles liquidados em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva – DR / Devolução de Reserva Matemática – DRM e Substituição de Garantia. Incluindo todas as modalidades [FQM, Fim de Prazo e FL], foram liquidados 1.847 contratos.

A Provisão para Devedores Duvidosos da Carteira de Financiamentos Imobiliários atingiu R\$ 1.394.428. Esse crescimento decorre principalmente da atualização do estoque das dívidas, com base nos respectivos indexadores contratuais.

A maior parte da inadimplência da carteira de financiamentos imobiliários vinculada ao Plano 1 refere-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil em 1995 (Programa de Demissões Voluntárias da Patrocinadora Banco do Brasil – PDV) e corresponde a aproximadamente 87% da quantidade de contratos inadimplidos. O índice de inadimplência da Carteira de Financiamentos Imobiliários, em 31/12/2010, excluindo-se os contratos lavrados entre 1989 e 1995 e os repactuados entre 1998 e 2001, é de aproximadamente 0,6%.

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos. Dos 27.785 contratos “em ser”, 4.989 possuem prestações em atraso há mais de 90 dias (posição dezembro/2010). A maior parte desses contratos [75%] está em fase de execução.

ii. PREVI Futuro

Foram concedidos 57 financiamentos imobiliários para o PREVI Futuro, com incremento da carteira no valor de R\$ 7.533, e liquidados 2 contratos com recursos próprios no valor de R\$ 121. Não há registro de Provisão para Devedores Duvidosos na carteira de Financiamentos Imobiliários do PREVI Futuro.

12. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos, e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

a. CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67

Contabilizadas as contribuições amortizantes antecipadas previstas no contrato firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998, para custeio dos benefícios dos funcionários do Banco aposentados e aqueles que vierem a se aposentar, com posse até 14/04/1967.

Em 31/10/2010, a redução na taxa real de juros de 5,5%a.a. para 5%a.a., mencionada no Fato Relevante da Nota 19.a, provocou desequilíbrio entre as rubricas “Provisões Matemáticas a Constituir” e “Contribuições Amortizantes Antecipadas”. Esse desequilíbrio foi coberto com valores da rubrica “Recursos Antecipados – Paridade - Acordo 2006”.

CONTRATO BB X PREVI Grupo Pré-67	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Contribuições Amortizantes Antecipadas [*]	13.147.607	12.554.780
Provisões Matemáticas a Constituir	[13.147.607]	[12.554.780]
Total	-	-

[*] Atualizadas pelo INPC + 5,5%a.a. até 31/10 e 5%a.a. após essa data.

b. PARIDADE – ACORDO 2006**RECURSOS FUTUROS - PARIDADE - ACORDO 2006**

Início do Exercício Atual	1.778.366
Atualização Monetária [*]	205.745
Acertos de Contribuições Patronais	244
Transferências para rubrica Contribuições Amortizantes Antecipadas	[**][503.723]
Exercício Atual	1.480.632

[*] Atualizadas pelo INPC + 5,5%a.a. até 31/10 e 5%a.a. após essa data.

[**] Refere-se, principalmente, ao desequilíbrio do Contrato BB x PREVI mencionado no item “a” desta Nota.

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**a. CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL**

Os processos com chance de perda provável estão apresentados no quadro a seguir, que demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que merecerão decisões que poderão, ou não, gerar desembolsos futuros.

MOVIMENTAÇÃO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - Consolidado

GESTÃO	Provisões [*] [A]	Início do Exercício Atual			Exercício Atual	
		Depósitos Judiciais / Recursais [B]	Líquido [A] - [B]	Provisões [*] [D]	Depósitos Judiciais / Recursais [E]	Líquido [D] - [E]
Previdencial	1.731.150	[504.279]	1.226.871	2.312.716	[555.204]	1.757.512
Investimento	29.181	[3.246]	25.935	39.187	[12.060]	27.127
Administrativa	47.997	[45.411]	2.586	62.324	[60.175]	2.149
Total	1.808.328	[552.936]	1.255.392	2.414.227	[627.439]	1.786.788

[*] Deduzidos os bloqueios judiciais.

i. Gestão Previdencial

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observada a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações interpostas por participantes e ex-participantes. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1. A variação observada decorre do acréscimo do número de ações no exercício e do constante acompanhamento do risco jurídico atribuído às ações já existentes. Os depósitos/bloqueios judiciais ocorreram em função da necessidade de cumprir decisão judicial ou como iniciativa da nossa administração, com o objetivo de prever eventual desembolso futuro.

ii. Gestão Administrativa

Compõe a provisão da Gestão Administrativa o registro das ações trabalhistas de ex-funcionários e ex-prestadores de serviços contra a Entidade.

Encontram-se provisionados os pagamentos de PIS/ Cofins (R\$ 1.229 – competência dezembro/2010), que serão depositados judicialmente em função do mandado de segurança impetrado em 13/07/2006, com pedido de liminar, visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a PREVI à cobrança do PIS e da Cofins nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998.

A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. Com fundamento em parecer jurídico e considerando a decisão judicial favorável, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em 31/12/2010, o saldo de R\$ 59.121.

Estão provisionadas também as contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados

por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a dezembro de 2010. Foi interposta Ação Ordinária em face da União Federal. Na ação, questiona-se a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da Lei 8.212/91, com a realização de depósitos judiciais. Os depósitos judiciais totalizam, em 31/12/2010, R\$ 1.054.

iii. Investimentos

Estão provisionados os valores relativos ao contencioso fiscal do Edifício São Luiz Gonzaga, ao processo de indenização movido pelo condomínio do Edifício Verdes Mares e aos honorários de sucumbência pleiteados pela União Federal na ação de repetição de indébito referente à restituição de IOF sobre rendimentos. Somente esse último já se encontra em fase de execução.

b. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

Até o ano de 2009, a principal contingência fiscal se referia ao processo administrativo relativo à autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL do exercício de 1997, no valor de R\$ 3.572.445 [atualizado em 31/07/2010]. No decorrer desse processo houve interposição de Embargos de Declaração, que foram rejeitados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em 16/08/2010, encerrando o processo com ganho de causa à PREVI.

14. PASSIVOS CONTINGENTES – PERDA POSSÍVEL

Os processos com chance de perda possível representam o montante de R\$ 1.756.176 (R\$ 677.842 no início do exercício) e envolvem questões previdenciais, tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A variação observada, a exemplo do que ocorre nas contingências classificadas como perda provável (Nota 13.a.i), decorre do acréscimo do número de ações no exercício e do constante acompanhamento do risco jurídico atribuído às ações já existentes. Com fundamento nas normas contábeis em vigor, está dispensada a constituição de provisão para essas contingências.

15. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais, efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Actuarial datado de 27/01/2011.

a. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores demonstrados na DOAP do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: [Artigo 66 do Regulamento].

PLANO DE CUSTEIO - Plano 1

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < 1/2 PP	1,8% x SP	-
1/2 PP <= SP < PP	3,0% x SP	0,6% x PP
SP >= PP	7,8% x SP	5,4% x PP

SP - Salário de Participação | PP - Parcela PREVI.
Obs.: Sobre o valor resultante, incidem, ainda, 25% relativos à gratificação semestral.

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. [Artigo 69 do Regulamento].

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. [Artigo 70 do Regulamento].

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI - Grupo Pré-67, de 24/12/97, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir”. [Nota 12.a].

A variação das Provisões Matemáticas, no valor de R\$ 17.640.718, conforme apresentado na DMAL do Plano 1, deve-se, principalmente, a premissas atuariais biométricas utilizadas na reavaliação atuarial em dezembro de 2010 para o ano de 2011. Essas hipóteses contemplam variações atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/12/2010.

Em outubro de 2010, a PREVI incorporou os Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade, reduziu a taxa real de juros atuarial do Plano 1 de 5,5%a.a. para 5%a.a., conforme descrito no Fato Relevante da Nota 19.a, e alterou a incidência da taxa de carregamento de 5% para 4% sobre as contribuições dos participantes do Plano [Nota 4.j].

PREMISSAS ATUARIAIS - Plano 1	Exercício Atual	Exercício Anterior
Biométricas		
Tábua de Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Econômicas		
Taxa Real de Juros	[*] 5%a.a.	5,5%a.a.
Taxa de Carregamento	[*] 4%	5%

[*] Vigente a partir de outubro/2010.

b. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Os valores demonstrados na DOAP do PREVI Futuro foram obtidos com base no plano de custeio, por meio de contribuições paritárias obrigatórias dos participantes e patrocinadores que correspondem, no mínimo, a 7% e, no máximo, a 14% do salário de participação.

O PREVI Futuro é composto de duas partes: a Parte I é estruturada sob forma de Benefício Definido e a Parte II, de Contribuição Definida.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
	Parte I
0,609984% sobre o salário de participação.	100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
	Parte II
subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação.	subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	subparte “c”: não há.

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

A variação das Provisões Matemáticas, no valor de R\$ 481.388, conforme apresentado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se, principalmente, ao volume crescente de arrecadação de contribuições e da rentabilidade dos ativos.

Em outubro de 2010, a PREVI reduziu a taxa de carregamento para 4% sobre as contribuições dos participantes do Plano [Nota 4.j].

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro	Exercício Atual	Exercício Anterior
Biométricas		
Tábua de Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5,5%a.a.	5,5%a.a.
Taxa de Carregamento	[*] 4%	5%

[*] Vigente a partir de outubro/2010.

16. EQUILÍBRIO TÉCNICO

a. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

O Equilíbrio Técnico do exercício, influenciado principalmente pelos eventos mencionados no Fato Relevante (Nota 19.a), resultou em uma variação de R\$ 17.314.813, que diminuiu o Superávit Técnico Acumulado do início do exercício, no valor de R\$ 44.202.896, para R\$ 26.888.083, o que gerou um índice de cobertura de 1,46 do Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas.

i. Reserva de Contingência

Registra o excedente patrimonial em relação às Provisões Matemáticas até o limite de 25%. Em dezembro de 2010, o valor registrado somou R\$ 22.657.444.

ii. Reserva Especial para Revisão de Plano

Registra o excedente patrimonial que superar os 25% das Provisões Matemáticas. Em dezembro de 2010, o valor registrado nesta rubrica alcançou R\$ 4.230.639.

EQUILÍBRIO TÉCNICO	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Reserva de Contingência	22.657.444	18.247.264
Reserva Especial para Revisão de Plano	4.230.639	25.955.632
Total	26.888.083	44.202.896

b. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser um plano de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente dos valores apurados na Parte I do Plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido, onde são calculados os benefícios de risco e ajustados anualmente, ao encerramento do exercício, de acordo com o Parecer Atuarial.

17. FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Total
Início do Exercício Anterior	6.433.136	552.505	400.511	7.386.152
Formação/Reversão de Fundos	482.291	141.344	38.100	661.735
Início do Exercício Atual	6.915.427	693.849	438.611	8.047.887
Formação/Reversão de Fundos	8.597.576	40.348	27.456	8.665.380
Exercício Atual	15.513.003	734.197	466.067	16.713.267

a. GESTÃO PREVIDENCIAL

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS		Início do Exercício Atual	Aportes	Atualizações	Utilizações	Exercício Atual
Fundo de Contribuições [1]	Plano 1	6.563	796.450	-	[803.013]	-
Fundo de Remuneração [2]	Plano 1	4.939.920	-	467.820	[5.407.740]	-
Fundo de Proporcionalidade [3]	Plano 1	1.673.728	-	156.956	[1.830.684]	-
Fundo de Renda Certa [4]	Plano 1	19.038	-	790	[3.759]	16.069
Fundo de Destinação da Reserva Especial [5]	Plano 1	-	15.068.116	152.172	-	15.220.288
Fundo de Cob. de Osc. Riscos [6]	PREVI Futuro	100.925	-	5.711	-	106.636
Fundo de Cotas Resguardadas [7]	PREVI Futuro	32.078	-	7.405	-	39.483
Fundo Cob. Risco Reingr. Ex-Particip. [8]	PREVI Futuro	14.697	-	1.765	-	16.462
Fundo de Gestão de Risco [9]	PREVI Futuro	8.577	-	718	-	9.295
Fundo da Carteira de Pecúlios [10]	Capec	119.901	2.125	-	[26.674]	95.352
Fundo de Reserva p/ Cobertura de Oscilações [11]	Capec	-	9.418	-	-	9.418
Total		6.915.427	15.876.109	793.337	[8.071.870]	15.513.003

Finalidades: [1] Pagamento das contribuições pessoais e patronais durante o exercício [Artigo 84 do Regulamento]; [2] Constituído com base na diferença entre o teto contributivo de 75% e 90%. Incorporado às Provisões Matemáticas neste exercício [vide Fato Relevante]; [3] Constituído conforme revisão da fórmula de cálculo quanto à proporcionalidade. Incorporado às Provisões Matemáticas neste exercício [vide Fato Relevante]; [4] Pagamento de Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 [Artigo 86 do Regulamento]; [5] Constituído de forma paritária entre participantes e patrocinador para destinação dos recursos oriundos da Reserva para Revisão de Plano [vide Fato Relevante]; [6] Decorrente da possibilidade de haver a redução do valor da Parcela PREVI - PP aos participantes; [7] Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato; [8] Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro; [9] Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais; [10] Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores; [11] Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes [Artigo 50 do Regulamento].

Foi aportado, no início do exercício, o valor de R\$ 796.450 no Fundo de Contribuições, com Recursos da Reserva Especial para Revisão de Plano, em face à suspensão das contribuições pessoais e patronais do Plano 1 no exercício de 2010.

O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações foi constituído para atender ao Artigo 50 do Regulamento da Capec. Os aportes são efetuados com a incidência de 10% sobre a contribuição mensal.

b. GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, regularam o PGA e tornaram obrigatória a apresentação da DPGA consolidada e a segregação do Fundo Administrativo por Planos de Benefícios. Neste contexto, foram elaborados o Regulamento e a Política de Investimentos próprios do PGA, aprovados pelo Conselho Deliberativo em 18/12/2009 e 27/11/2009, respectivamente.

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir as despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Plano 1	663.464	632.790
PREVI Futuro	48.106	36.913
Capec	22.627	24.146
Total	734.197	693.849

Os critérios de apuração do Fundo Administrativo, por Plano de Benefícios, encontram-se regidos no Regulamento do PGA.

c. INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	PLANO 1		PLANO PREVI FUTURO		CONSOLIDADO	
	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual	Exercício Atual	Início do Exercício Atual
Fundos de Empréstimos Simples	164.425	148.605	4.060	3.708	168.485	152.313
Fundo de Liquidez	88.635	79.143	1.740	1.500	90.375	80.643
Fundo de Quitação por Morte	75.790	69.462	2.320	2.208	78.110	71.670
Fundo de Financiamentos Imobiliários	297.566	286.295	16	3	297.582	286.298
Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	293.076	283.685	-	-	293.076	283.685
Fundo de Liquidez- Carim 2007	2.826	1.503	8	2	2.834	1.505
Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	1.664	1.107	8	1	1.672	1.108
Total	461.991	434.900	4.076	3.711	466.067	438.611

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente aos riscos referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador.

i. Fundo dos Investimentos - Empréstimo Simples

Na carteira de Empréstimo Simples, os recursos apropriados no FL destinam-se a garantir a cobertura do risco de crédito da carteira, após esgotadas todas as medidas cabíveis para recuperação dos créditos inadimplidos.

Plano 1

Até 30/09/2010, a taxa do FQM foi de 1,0%a.a., calculada mensalmente sobre o saldo devedor. A partir de 01/10/2010 a cobrança da taxa foi segmentada em duas faixas etárias, com adoção da taxa de 0,9%a.a. para os participantes com idade até 69 anos, inclusive, e de 2,0%a.a. para os participantes com idade a partir de 70 anos. A taxa do FL está suspensa desde 15/09/2009, ratificada por reavaliação efetuada em 2010.

PREVI Futuro

A taxa do FQM e FL das operações de Empréstimo Simples, para os participantes do PREVI Futuro, é de 0,1%a.a., calculada mensalmente sobre o saldo devedor.

ii. Fundo dos Investimentos - Financiamento Imobiliário

Na carteira de Financiamento Imobiliário, o Fundo de Liquidez destina-se à cobertura de eventuais resíduos existentes ao final do prazo contratual, exceto os relativos a valores inadimplentes, assim como suportar os deságios dos saldos devedores de contratos de mutuários que aderirem à Nova Carim.

Plano 1

A taxa do FQM para os participantes com idade até 59 anos é de 0,25%a.a. e, a partir de 60 anos é de 1,8%a.a. Essas taxas são calculadas mensalmente sobre o saldo devedor e se referem a contratos concedidos a partir de 2007. A taxa do FL é de 0,24%a.a.

PREVI Futuro

A taxa do FQM para participantes com até 59 anos é de 0,1%a.a. e a partir de 60 anos é de 1,8%a.a. Essas taxas são calculadas mensalmente sobre o saldo devedor. A taxa do FL é de 0,1%a.a.

18. MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - Consolidado	Exercício Atual	Exercício Anterior
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	125.638.108	99.991.996
Adições	19.268.257	34.658.456
Destinações	(9.863.388)	(9.012.344)
ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO	9.404.869	25.646.112
B) Ativo Líquido - Final do Exercício	135.042.977	125.638.108

O Ativo Líquido Consolidado aumentou R\$ 9.404.869 motivado, principalmente, pelo resultado positivo dos investimentos (R\$ 16.366.404), que alcançaram a rentabilidade de 12,3% no exercício, acima da meta atuarial (12,2% – equivalentes ao INPC acrescido de juros de 5,5%a.a. até 31/10 e 5%a.a. após essa data). Contribuiu para esse quadro a rentabilidade dos seguintes investimentos: Títulos Públicos (12,6%), Créditos Privados e Depósitos (13,6%), Fundos de Investimentos (15,9%) e Investimentos Imobiliários (17,9%).

a. GESTÃO PREVIDENCIAL

GESTÃO PREVIDENCIAL	PLANO 1		PLANO PREVI FUTURO		CAPEC		CONSOLIDADO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
Adições	18.398.649	33.648.256	530.381	613.626	139.013	126.107	19.068.043	34.387.989
Contribuições	2.202.524	2.182.395	373.771	291.919	125.344	110.000	[*] 2.701.639	[*] 2.584.314
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	16.196.125	31.465.861	156.610	321.707	13.669	16.107	16.366.404	31.803.675
Destinações	(9.475.636)	(8.573.445)	(33.394)	(26.551)	(154.144)	(141.881)	(9.663.174)	(8.741.877)
Benefícios	(8.729.798)	(8.088.909)	(15.941)	(11.861)	(150.987)	(139.140)	(8.896.726)	(8.239.910)
Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(706.566)	(445.355)	(12)	(94)	(32)	(43)	(706.610)	(445.492)
Custeio Administrativo	(39.272)	(39.181)	(17.441)	(14.596)	(3.125)	(2.698)	[*] (59.838)	[*] (56.475)
Acréscimos	8.923.013	25.074.811	496.987	587.075	(15.131)	(15.774)	9.404.869	25.646.112

[*] Contribuições previdenciais brutas, conforme instruções para preenchimento do DMAL, anexo B da Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009.

O pagamento de Benefícios foi de R\$ 8.896.726, dos quais R\$ 5.985.372 representam Benefícios de Prestação Continuada, R\$ 2.725.601 são referentes à utilização dos Fundos Previdenciais no exercício e às despesas de atualização do Acordo Paridade 2006 (Nota 12.b) e do contrato BB x PREVI (Nota 12.a) e R\$ 185.753 são referentes a Benefícios de Prestação Única e outros Institutos.

Os R\$ 2.701.639 registrados nas receitas de Contribuições são divididos em R\$ 1.315.840 de Contribuições Correntes (Patrocinador, Participantes e Autopatrocinados) e R\$ 1.385.799 referente às Contribuições Amortizantes Antecipadas amparadas no contrato BB x PREVI (Nota 12.a).

No resultado positivo dos Investimentos da Gestão Previdencial, estão registradas as rendas e variações líquidas oriundas das aplicações de recursos dos Planos, que geraram rentabilidade de 12,3% no Plano 1, de 9,3% no PREVI Futuro e de 11,0% no Plano Capec.

19. GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custeio da Gestão Administrativa	260.052	326.942
Despesas Administrativas	[219.704]	[185.598]
Constituição do Fundo Administrativo	40.348	141.344

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 2,5% das contribuições previdenciais normais e benefícios, dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. Esse custeio foi reduzido em comparação ao exercício anterior em função da taxa de carregamento (Nota 4.j) e do resultado dos próprios investimentos de R\$ 61.452 (R\$ 152.308 no exercício anterior), que passaram a contar com segregação real dos ativos.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,15% das contribuições previdenciais normais e benefícios, consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos, que foram de 0,1% dos Recursos Garantidores. Ressaltamos que, no exercício, houve a instituição da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – Tafic, criada por meio da Lei 12.154, de 23/12/2009, que onerou a rubrica de Despesas Administrativas em R\$ 4.537. Na apuração do

Custeio Administrativo dos Investimentos, que é efetuado na forma de ressarcimento, aplica-se o percentual de participação dos Recursos Garantidores de cada Plano às Despesas Administrativas dos Investimentos.

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários e no percentual de área física ocupada por essas atividades. Aplicando-se esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e Investimentos, os percentuais apurados foram de 37,2% para a Gestão Previdencial e de 62,8% para Investimentos.

20. FATOS RELEVANTES – PLANO DE BENEFÍCIOS 1

a. SUPERÁVIT ACUMULADO EM OUTUBRO/2010

Em 24/11/2010, foi assinado o Memorando de Entendimentos entre participantes, os dirigentes da PREVI, o Banco do Brasil S.A. e entidades representativas dos participantes, por meio do qual foi sugerida a adoção de medidas para utilização de recursos da “Reserva Especial para Revisão de Plano”. As medidas implantadas, na seguinte ordem, foram:

- ▶ **Incorporação de Benefícios Especiais** incorporação [competência outubro/2010 dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade, implementados em 2007, como benefícios permanentes do Plano, no valor de R\$ 5.306.284 mil e R\$ 1.758.796 mil, respectivamente.
- ▶ **Redução da Taxa Real de juros Atuariais** a PREVI reduziu, também em outubro de 2010, a taxa real de juros atuariais de 5,5%a.a. para 5%a.a., em cumprimento à exigência para distribuição de superávit do Plano de Benefícios, em conformidade ao inciso II, Parágrafo Único, do artigo 9º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008 sobre os procedimentos a serem observados para destinação e utilização da Reserva Especial para Revisão do Plano que gerou um impacto na ordem de R\$ 5.620.773 nas Provisões Matemáticas.

- ▶ **Fundos Previdenciais de Destinação da Reserva Especial** após a aplicação das medidas acima, foram constituídos os Fundos Previdenciais de Destinação com os recursos existentes em 31/10/2010 na Reserva Especial para Revisão de Plano, no valor de R\$ 15.068.116 mil, segregados paritariamente entre participantes e patrocinador. Os recursos ficarão nestes Fundos de Destinação até a aprovação das medidas propostas em todos os órgãos governamentais competentes [observação 5 do quadro demonstrativo da Nota 17.a].

b. ATIVO CONTINGENTE - OFND

A PREVI é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28/09/2008, o processo ainda está em fase de execução. À luz da Resolução nº 1.180/09 do CFC, por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos uma vez que se caracteriza apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

21. EVENTO SUBSEQUENTE

a. UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Foi publicada no Diário Oficial da União, em 16/02/2011, a aprovação do Regulamento do Plano 1 que autorizou a utilização do superávit destinado conforme mencionado no Fato Relevante (Nota 19.a). As principais alterações previstas no novo Regulamento são a implementação do Benefício Especial Temporário – BET correspondente a 20% do complemento PREVI ou da Renda Mensal Vitalícia para aposentados e pensionistas e a manutenção da suspensão integral das contribuições da patrocinadora e dos participantes por até 3 exercícios.

O mesmo percentual do BET será calculado para os participantes da ativa e creditado em conta individual. Na aposentadoria, o participante levantará o saldo acumulado em parcela única e, se ainda houver saldo no fundo que custeia o referido benefício, passará a recebê-lo na qualidade de assistido.

Ricardo José da Costa Flores

Presidente
CPF 285.080.334-00

Paulo Assunção de Sousa

Diretor de Administração
CPF 588.584.748-72

Luiz Felipe Dutra de Sousa

Contador CRC RJ 64386/0-3
CPF 796.164.107-68



pareceres

07

1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a consistência da base de dados, situação financeiro-atuarial, metodologia de cálculo e premissas atuariais, ganhos e perdas atuariais, custo e plano de custeio dos Planos de Benefícios

administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.
1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

REGISTRO	NOME DO PLANO
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (PREVI Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24/12/1997. O Plano de Benefícios PREVI Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se em curso de novas adesões.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1. BASE DE DADOS

2.1.1. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes do Plano de Benefícios 1 integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados

são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.
2.1.2. A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 11/01/2011 e refere-se à data base de dezembro de 2010. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensões:

ATIVOS AVALIADOS*		33.153
Masculino	22.357	
Feminino	10.796	
Institutos		761
Autopatrocinados	300	
Vesting/BPD**	461	
Idade Média (anos)		47
Salário de Participação Médio		R\$ 5.183,47
ASSISTIDOS AVALIADOS		67.828
Masculino	45.875	
Feminino	21.953	
Institutos		3.467
Autopatrocinados***	3.278	
Vesting/BPD****	189	
Benefícios de Aposentadoria		
Idade	163	
Tempo de Contribuição	47.258	
Antecipada	14.136	
Invalidez	6.079	
Total de Aposentadorias		67.636
Idade Média (anos)		63
Benefício Médio		R\$ 6.255,09
PENSÕES		15.434
BENEFÍCIO MÉDIO		R\$ 4.801,29

Tabela B

* 119 matrículas não foram consideradas no cálculo em função de inconsistências a serem regularizadas pelas áreas responsáveis.
Incluídos os que não fizeram opção por um dos institutos. / *Assistidos já contemplados no grupo de tempo de contribuição, idade, antecipada e invalidez. / **** Excluídos 3 participantes com status a regularizar. Obs.: Excluídos 70 participantes que receberão somente pensão mínima.

2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1. O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, delineada na modalidade benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, delineada na modalidade contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2. Existe ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago aos participantes aposentados que preenchem as condições estabelecidas no artigo 86 do Regulamento com recursos do Fundo de Renda Certa.

2.2.3. A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

PARTE GERAL	INSTITUTOS	PARTE OPCIONAL	BENEFÍCIOS ESPECIAIS
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) [BPD]	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa [*]
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança [Resgate]		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano [Resgate]		

Tabela C

* Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses.

2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1. O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado, conforme disposto no item 5.1 do Anexo da Resolução CGPC 18, de 28/03/2006.

2.3.2. As premissas utilizadas na reavaliação atuarial de dezembro de 2010 para o exercício de 2011 foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo. A Tabela D apresenta os valores relativos às premissas de dezembro de 2009 e dezembro de 2010:

PREMISSAS	2009	2010
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Winklevoss
Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Light Fraca
Econômicas		
Taxa Real de Juros*	5,5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,20%	4,24%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,139%	98,122%
Taxa de Carregamento**	5%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,2619%	0,4079%

Tabela D

* Alterada para 5% ao ano em 31/10/2010 / ** Alterada para 4% ao ano em 01/10/2010.

2.3.3. Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração naquelas relativas à tábua de mortalidade de inválidos, tábua de entrada em invalidez, capacidade salarial e de benefício e à taxa de crescimento real de salário.

2.3.4. A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada em virtude de estudo realizado pela área atuarial da PREVI, no qual foi verificada que a Tábua Winklevoss apresenta taxas de mortalidade de inválidos mais consistentes com a população atual de expostos ao risco de mortalidade por invalidez do Plano de Benefícios 1 e PREVI Futuro.

2.3.5. A adoção da tábua de entrada em invalidez Light Fraca deve-se ao motivo de que esta tábua tem a probabilidade de entrada em invalidez mais aderente à população dos Planos 1 e PREVI Futuro do que a tábua anteriormente utilizada, segundo testes estatísticos realizados.

2.3.6. Para gerar resultados mais consistentes, os estudos referentes às tábuas de mortalidade de inválidos e de entrada em invalidez consideraram o conjunto de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro. Dessa forma, foi possível obter dados mais representativos da população, tendo em vista que as informações relacionadas ao evento de invalidez são escassas.

2.3.7. A taxa real de juros foi alterada para 5% em 31/10/2010 para cumprir o que dispõe o inciso II do art. 9º da Resolução CGPC 26, de 29/09/2008, sobre os procedimentos a serem observados para destinação e utilização da Reserva Especial. A taxa real de juros de 5% ao ano foi mantida para o exercício de 2011 fundamentada nos cenários econômicos de longo prazo do Plano de Benefícios 1.

2.3.8. O fator de capacidade foi alterado para 98,122% em decorrência da mudança de cenário da taxa de inflação de longo prazo no período 2011-2015 para 4,24%.

2.3.9. A taxa de crescimento real de salário, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, foi alterada para 0,4079%, conforme parecer elaborado pela patrocinadora.

2.3.10. A taxa de carregamento foi alterada para 4% ao ano em 01/10/2010, após apreciação de estudos realizados pelas áreas técnicas da PREVI.

2.4. RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1. O Plano de Benefícios 1 possui Reserva a Amortizar decorrente da cobertura do fluxo de caixa financeiro relativo aos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14/04/1967, denominado Grupo-67, abrangida pelo Contrato firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI em 24/12/1997. Em 31/12/2010, o valor da Reserva a Amortizar era de R\$ 13.148 milhões.

2.4.2. O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial, que é expresso no Balanço Contábil e Atuarial como 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo ao Grupo-67.

2.4.3. A Cláusula Quarta do Acordo estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31/12/2010, o valor relativo à rubrica contábil "Contribuições Amortizantes Antecipadas" corresponde ao mesmo valor da Reserva a Amortizar, ou seja, R\$ 13.148 milhões.

2.4.4. Conforme cláusula décima do Acordo, a duração do referido Contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo-67.

2.5. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.5.1. A Tabela E mostra os resultados da avaliação atuarial relativos aos compromissos assumidos pelo plano e o seu Patrimônio de Cobertura em 31/12/2010:

	DEZEMBRO/2010
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	117.517.856.543,31
Reservas Matemáticas (B)	90.629.773.660,87
Benefícios Concedidos	80.309.188.102,25
Benefícios a Conceder	23.468.193.044,14
(-) Reserva a Amortizar	13.147.607.485,52
Superávit Acumulado (A) - (B)	26.888.082.882,44
Reserva de Contingência [25% de B]	22.657.443.415,22
Reserva Especial	4.230.639.467,22
Fundos Previdenciais	15.236.357.349,72
Fundo de Destinação da Reserva Especial de Participantes	7.610.144.131,80
Fundo de Destinação da Reserva Especial de Patrocinador	7.610.144.131,80
Fundo de Contribuições	0,00
Fundo de Renda Certa	16.069.086,12

Valores em Reais

Tabela E

2.5.2. Em decorrência do desempenho dos ativos de investimentos e das novas premissas adotadas para apuração do passivo atuarial, verificou-se um superávit técnico acumulado de R\$ 26.888 milhões, constituindo Reserva de Contingência equivalente a R\$ 22.657 milhões e Reserva Especial para Revisão do Plano no valor de R\$ 4.230 milhões.

2.6. FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.6.1. Os Fundos de Remuneração e de Proporcionalidade foram constituídos em dezembro de 2007 com recursos oriundos da Reserva Especial e apurados atuarialmente para pagamento do Benefício Especial de Remuneração e Proporcionalidade, respectivamente.

2.6.2. Em novembro de 2010, foi firmado Memorando de Entendimentos entre o Banco do Brasil e as entidades representativas dos participantes e

assistidos da PREVI para análise da viabilidade técnica e implantação das seguintes medidas capazes de resguardar a sustentabilidade do Plano de Benefícios:

2.6.2.1. Incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade ao passivo atuarial do Plano e dos respectivos fundos ao ativo líquido do Plano de Benefícios;

2.6.2.2. Criação dos Fundos de Destinação com recursos disponíveis na Reserva Especial;

2.6.2.3. Utilização dos Fundos de Destinação da Reserva Especial.

2.6.3. De forma a atender ao estabelecido no item 2.6.2.1, em outubro de 2010, foi revertido o valor de R\$ 5.306 milhões do Fundo de Remuneração e R\$ 1.758 milhões do Fundo de Proporcionalidade para o Patrimônio de Cobertura do Plano, tendo em vista a aprovação do Regulamento contemplando a

incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade à reserva matemática.

2.6.4. Para implementação do item 2.6.2.2, foram observados os procedimentos dispostos na Resolução CGPC Nº 26, de 29/09/2008, para apuração do resultado e destinação do superávit, dentre os quais:

2.6.4.1. Adoção de tábua biométrica que gere expectativas de vida iguais ou superiores às resultantes da aplicação da tábua AT-2000 e de taxa máxima real de juros de 5% ao ano para as projeções atuariais do Plano de Benefícios;

2.6.4.2. Dedução do resultado superavitário acumulado do montante financeiro equivalente ao desenquadramento das aplicações de seus recursos garantidores;

2.6.4.3. Identificação dos montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva do período em que se deu a constituição da Reserva Especial.

2.6.5. Após serem verificados os tópicos abordados no item anterior, em 30/11/2010 foram constituídos o Fundo de Destinação de Reserva Especial de Participantes no valor de R\$ 7.534 milhões e o Fundo

de Destinação de Reserva Especial de Patrocinador de igual valor, observada a proporção contributiva.

2.6.6. O Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007, foi apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no Regulamento em vigor. O valor do Fundo em 31/12/2010 é de R\$ 16 milhões.

2.6.7. Existe ainda o Fundo de Contribuições, criado em julho de 2007, constituído com recursos oriundos da Reserva Especial, de natureza contábil, formado por decorrência de previsão orçamentária, criado para pagamento das contribuições pessoais e patronais ao longo do exercício.

2.7. PLANO DE CUSTEIO

2.7.1. O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessárias ao financiamento dos benefícios do Plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do Plano.

2.7.2. O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos, aposentados e da patrocinadora. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela F:

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (SP)	CONTRIBUIÇÃO MENSAL	PARCELA A DEDUZIR
SP < 1/2 PP	1,8% SP	-
1/2 PP ≤ SP < PP	3,0% SP	0,6% PP
SP ≥ PP	7,8% SP	5,4% PP

PP – Parcela PREVI

Tabela F

2.7.3. O percentual médio de contribuição dos participantes ativos é 5,82% do salário de participação. No caso dos assistidos, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria. As contribuições normais da patrocinadora correspondem ao valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.7.4. O Regulamento, vigente em 31/12/2010, estabelece que:
 “Art. 84 – Fica suspensa a cobrança das contribuições normais de participantes e patrocinadores, para a Parte Geral do Plano.
 §1º – Esta medida será adotada para o período de um exercício, podendo ser renovada por decisão do Conselho Deliberativo desde que verificada a existência

de recursos na Reserva Especial apurada no exercício imediatamente anterior, observado o Parecer Atuarial.”

2.7.5. Observado o que dispõe o §1º do artigo 84 do Regulamento e o item 2.5.1, verifica-se que existe saldo suficiente na Reserva Especial apurada em 31/12/2010 para que seja mantida a suspensão da cobrança das contribuições normais dos participantes e patrocinadores.

	DEZEMBRO 2009	DEZEMBRO 2010	VARIAÇÃO
Patrimônio de Cobertura do Plano	117.191.950.768,86	117.517.856.543,31	0,28%
Reserva Matemática	72.989.054.804,31	90.629.773.660,87	24,17%

Valores em Reais

Tabela G

2.8.2. Observamos que no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010 a Reserva Matemática teve variação de 24,17%. Os principais fatores que impactaram no valor do passivo atuarial neste período foram os seguintes:

2.8.2.1. Conforme mencionado no item 2.6.2, em outubro houve a incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade ao passivo atuarial do Plano de Benefícios 1. Tais benefícios eram pagos enquanto houvesse saldo nos Fundos de Remuneração e de Proporcionalidade, respectivamente. A incorporação desses benefícios implicou aumento da reserva matemática na ordem de R\$ 6.573 milhões. Com a incorporação dos Benefícios Especiais à Reserva Matemática, os saldos dos Fundos de Remuneração e de Proporcionalidade foram revertidos e passaram a compor o patrimônio para cobertura do Plano.

2.8.2.2. De modo a atender o disposto no Memorando de Entendimentos mencionado no item 2.6.2 e na Resolução CGPC nº 26/08, em 31/10/2010 houve a alteração da taxa real de juros para 5%, aumentando o valor da Reserva Matemática em R\$ 5.621 milhões.

2.8.2.3. A alteração das demais premissas mencionadas no item 2.3.3, como tábuas biométricas, taxa de inflação de longo prazo e taxa de crescimento salarial, implicou redução da Reserva Matemática no valor de R\$ 460 milhões.

2.7.6. O valor orçado para o exercício de 2011, relativo às contribuições pessoais e patronais do Plano de Benefícios 1, é de R\$ 875 milhões.

2.8. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

2.8.1. A Tabela G apresenta a variação do Patrimônio de Cobertura do Plano e da Reserva Matemática de dezembro de 2009 a dezembro de 2010:

2.8.3. Ressaltamos ainda que existem 13.271 participantes que, mesmo após o cumprimento das exigibilidades para aquisição do benefício programado (particularmente o benefício sob a forma antecipada), permanecem no Plano na situação de participantes ativos, gerando ganho atuarial no Plano de R\$ 550 milhões.

2.8.4. Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação de 0,28% no mesmo período devido aos seguintes fatores:

2.8.4.1. Em função da incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade à Reserva Matemática, em 31/10/2010 foi revertido o valor de R\$ 5.306 milhões do Fundo de Remuneração e R\$ 1.758 milhões do Fundo de Proporcionalidade para o Patrimônio de Cobertura do Plano.

2.8.4.2. Conforme abordado no item 2.6.5, em novembro foram contabilizados os Fundos de Destinação da Reserva Especial de Participantes e de Patrocinador, constituídos com base no valor da Reserva Especial de outubro/2010. Tal fato implicou redução do patrimônio para cobertura do Plano no valor de R\$ 15.068 milhões.

2.8.4.3. Anualmente são reavaliadas pelo critério de valor econômico ações da Litel Participações, 521 Participações, Neoenergia e Invepar. A reavaliação

desses ativos implicou em dezembro aumento de R\$ 5.079 milhões no Patrimônio de Cobertura do Plano.

2.8.4.4. A rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2010 foi de 12,37%, enquanto que a meta atuarial foi de 12,23%.

2.8.4.5. A utilização dos recursos contabilizados nos fundos de Destinação da Reserva Especial de Participantes e de Patrocinadores depende de prévia aprovação por todos os órgãos competentes.

2.9. CONCLUSÃO

2.9.1. A incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade à Reserva Matemática, bem como a reversão dos respectivos fundos, proporcionou aos participantes maior garantia quanto ao recebimento futuro desses valores, porquanto no Regulamento anterior esses benefícios especiais eram devidos enquanto existisse disponibilidade de recursos nos referidos fundos.

2.9.2. Cabe ressaltar que as avaliações atuariais realizadas no ano de 2010 contemplam as referidas alterações ocorridas no Plano de Benefícios 1, bem como a constituição dos Fundos de Destinação da Reserva Especial de Participantes e Patrocinador e as premissas e hipóteses atuariais mais adequadas à realidade do Plano, de acordo com a legislação vigente. Em função dos resultados obtidos,

recomendamos que seja mantido o plano de custeio vigente para o Plano de Benefícios 1.

2.9.3. Considerando o que foi apresentado no item 2.7.5, entendemos que deve ser mantida a suspensão da cobrança de contribuições pessoais e patronais para o exercício de 2011, reconstituindo o Fundo de Contribuições com base no orçamento anual relativo às contribuições dos participantes e patrocinadores, sem repercussão no Plano de Custeio.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1. BASE DE DADOS

3.1.1. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes do Plano de Benefícios PREVI Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

3.1.2. A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios PREVI Futuro foi gerada em 13 de janeiro de 2011 e refere-se ao mês de dezembro de 2010. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas:

Ativos Avaliados		60.200
Masculino	34.552	
Feminino	25.648	
Institutos		
Autopatrocinaados*	586	
PIN/PPA/BPD**	2.827	
Salário de Participação Médio	R\$ 3.305,32	
Idade Média	34	
Assistidos Avaliados		107
Masculino	59	
Feminino	48	
Institutos		
Autopatrocinaados	0	
Vesting/BPD	1	

[continua]

Benefícios de Aposentadoria	
Programada	1
Invalidez	106
Total Aposentadorias	107
Idade Média (anos)	45
Benefício Médio	R\$ 740,67
Pensões ***	
Benefício Médio	R\$ 542,24

Tabela H

*Computado no total de ativos, pois são avaliados para a Parte I do Plano. / **Não estão computados no total de ativos, pois os participantes PIN / PPA / BPD não são avaliados para a Parte I do Plano, sendo registrada na Reserva Matemática somente o seu saldo de contas. / *** Está computada a quantidade de falecidos que geraram pensão por morte. O Benefício Médio reflete o somatório das cotas individuais decorrente de cada falecimento. / Obs: 1] Existem também as 58 matrículas que não puderam ser avaliadas para a Parte I do Plano, por ausência de salário, sendo somente o saldo registrado na Reserva Matemática. 2] Os desligados que ainda se encontram com situação PREVI de CREDOR, pois ainda não resgataram e/ou não definiram sua opção junto ao Plano, não estão computados na base da Reavaliação Atuarial, mas os seus saldos de conta estão preservados no Fundo de Cotas Resguardadas até regularização total de sua situação / status no plano.

3.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 Por consequência da Resolução CGPC 16, de 22/11/2005 e da Instrução Normativa SPC 9 de 17/01/2006, o Plano de Benefícios PREVI Futuro está definido como de contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, contemplando os seguintes benefícios definidos no Regulamento:

- Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
- Complemento de Pensão por Morte.

3.2.2. A Parte II, relativa aos riscos programados, apresenta os seguintes benefícios, definidos no Regulamento:

- Renda Mensal de Aposentadoria;
- Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
- Renda Mensal Vitalícia;
- Renda Mensal de Pensão por Morte.

3.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1. O Plano de Benefícios PREVI Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2. Para a Parte I, adotou-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3. As premissas utilizadas na reavaliação atuarial de dezembro de 2010 para o exercício de 2011 foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo. A Tabela I apresenta os valores relativos às premissas de dezembro de 2009 e dezembro de 2010:

PREMISSAS	2009	2010
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	Experiência IAPC	Winklevoss
Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Light Fraca
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5,5% ao ano	5,5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,20%	4,24%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,139%	98,122%
Taxa de Carregamento*	5%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,7783%	3,1317%

* Alterada para 4% ao ano em 01/10/2010.

Tabela I

3.3.4. Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração naquelas relativas à tábua de mortalidade de inválidos, tábua de entrada em invalidez, capacidade salarial e de benefício e taxa de crescimento real de salário.

3.3.5. A tábua de mortalidade de inválidos foi alterada em virtude de estudo realizado pela área atuarial da PREVI, no qual foi verificado que a Tábua Winklevoss apresenta taxas de mortalidade de inválidos mais consistentes com a população atual de expostos ao risco de mortalidade por invalidez dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro.

3.3.6. A adoção da tábua de entrada em invalidez Light Fraca deve-se ao motivo de que esta tábua tem a probabilidade de entrada em invalidez mais aderente à população dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro do que a tábua anteriormente utilizada, segundo testes estatísticos realizados.

3.3.7. Para gerar resultados mais consistentes, os estudos referentes às tábuas de mortalidade de inválidos e de entrada em invalidez consideraram o conjunto de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro. Dessa forma, foi possível obter dados mais representativos da população, tendo em vista que as informações relacionadas ao evento de invalidez são escassas.

3.3.8. O fator de capacidade foi alterado para 98,122% em decorrência da mudança de cenário da taxa de inflação de longo prazo no período 2011-2015 para 4,24%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salário, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, foi alterada para 3,1317%, conforme parecer elaborado pela patrocinadora.

3.3.10. A taxa de carregamento foi alterada para 4% ao ano em 01/10/2010, após apreciação de estudos realizados pelas áreas técnicas da PREVI.

3.3.11. A alteração das premissas atuariais para o exercício de 2011, avaliadas isoladamente, implicou aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 82,8 milhões, posição em dezembro de 2010.

3.3.12. Contudo, com a aprovação do novo Regulamento, que reduziu a idade mínima de aposentadoria e, com isso, o período de exposição ao risco, esse impacto final foi da ordem de R\$ 8,9 milhões.

3.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1. A avaliação atuarial dos compromissos previdenciais assumidos pelo Plano em 31/12/2010, bem como o Patrimônio para Cobertura do Plano, apresentaram os seguintes resultados:

3.4.2. A rentabilidade do Plano PREVI Futuro em 2010 foi de 9,30%, enquanto que a variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 12,32%.

3.4.3. A rentabilidade do perfil PREVI em 2010 foi de 8,37%. Esse é o perfil utilizado para a atualização dos recursos coletivos do Plano, como os valores vinculados à Parte I [benefícios de risco] e os benefícios concedidos. Logo, a rentabilidade desse perfil é a que influencia o resultado técnico do Plano.

3.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.1. Os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.5.1.1. Fundo de Cotas Resguardadas: relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento anterior, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate.

3.5.1.2. Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes: relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do Plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem

retornar ao Plano e têm tal direito reconhecido pelo Regulamento do Plano.

3.5.1.3. Fundo de Gestão de Risco: constituído para fazer frente a oscilações de compromissos e ajustes operacionais do Plano.

3.5.2. Os fundos mencionados nos itens 3.5.1.1 e 3.5.1.2 poderão ser parcialmente revertidos ou ajustados ao longo do exercício de 2011, pois o Regulamento aprovado, com vigência a partir de 14/12/2010, permite que o participante que reingressa ao Plano recolha apenas as contribuições pessoais e patronais relativas à Parte I, estimulando o reingresso de ex-participantes.

3.5.3. Existe ainda o Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, constituído em dezembro de 2005, com o objetivo de ser utilizado quando houver a redução do valor da Parcela PREVI – PP. Novos estudos estão sendo realizados pela área atuarial sobre o assunto, considerando as alterações do novo Regulamento.

3.6. PLANO DE CUSTEIO

3.6.1. O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessárias ao financiamento dos benefícios do Plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do Plano.

3.6.2. O Plano de Benefícios PREVI Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e da patrocinadora relacionadas na Tabela K.

	DEZEMBRO/2010
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	2.012.116.663,56
Reservas Matemáticas (B)	2.012.116.663,56
Parte I (Benefícios de Risco)	71.642.633,71
Benefícios Concedidos	27.628.477,88
Benefícios a Conceder	44.014.155,83
Parte II (Benefícios Programados)	1.940.474.029,85
Benefícios Concedidos	181.594,47
Benefícios a Conceder	1.940.292.435,38
Fundos Previdenciais	Dezembro/2010
Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco	106.636.065,47
Fundo de Cotas Resguardadas	39.482.883,96
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	16.462.443,01
Fundo de Gestão de Risco	9.294.511,38

Valores em Reais

Tabela J

PARTICIPANTES	PATROCINADORA
	PARTE I
0,609984% sobre o salário de participação.	100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
	PARTE II
Subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação.	Subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
Subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	Subparte "b": 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste Plano.
Subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	Subparte "c": não há.

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

Tabela K

3.7. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

3.7.1. Em 14/12/2010, foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, do Regulamento do Plano PREVI Futuro. As alterações do Regulamento atendem às exigências da Resolução CGPC nº 6, de 30/10/2003, que dispõe sobre os institutos do Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade, Resgate e Autopatrocínio.

3.7.2. O novo regulamento contempla ainda outras alterações, dentre elas a destinação dos recursos das reservas patronais de poupança da Parte II, dos participantes que solicitaram resgate, para a Parte I do Plano e a redução para 50 anos como condição de idade mínima para recebimento de renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.7.3. Em função do resultado técnico obtido em dezembro de 2010, decorrente, principalmente, das alterações das tábuas biométricas e da taxa de crescimento salarial, foi revertido do Fundo de Cobertura de Oscilação de Risco, após sua rentabilização, o valor de R\$ 2,7 milhões, a fim de propiciar o equilíbrio do Plano sem a necessidade de aumentar a taxa de custeio para os benefícios da Parte I.

3.7.4. O número de participantes ativos avaliados no cálculo atuarial passou de 54.385 (dezembro/2009) para 60.200 (dezembro/2010), representando um incremento de 10,69% decorrente do significativo número de adesões ao Plano de funcionários que tomaram posse no Banco do Brasil ao longo de 2010. A inclusão desses novos participantes, representados, em média, por pessoas jovens com salário no início da carreira, impactou positivamente o resultado do Plano.

3.8. CONCLUSÃO

3.8.1. Em função do resultado técnico apurado em dezembro de 2010, com base nos ajustes efetuados no Regulamento e nas premissas e hipóteses atuariais mais adequadas, os recursos do Plano permitiram restabelecer o equilíbrio técnico do Plano.

3.8.2. Apesar da alteração das premissas relativas às tábuas biométricas e da aprovação do novo Regulamento, verificamos que a contribuição para a Parte I (taxa de risco) adotada é suficiente para custear os benefícios de risco do Plano de Benefícios PREVI Futuro.

3.8.3. Portanto, avaliamos como satisfatória a manutenção do atual Plano de Custeio para preservar o equilíbrio do Plano de modo a garantir aos participantes em atividade do Plano de Benefícios PREVI Futuro se aposentarem com um benefício compatível com sua remuneração.

3.8.4. Dado que o Regulamento do Plano PREVI Futuro foi recém-aprovado, sugerimos que no decorrer do exercício de 2011 seja avaliada a possibilidade de redução da Parcela PREVI, utilizando os recursos existentes no Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos.

4. CARTEIRA DE PECÚLIOS - CAPEC

4.1. BASE DE DADOS

4.1.1. A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de setembro de 2010, composta por 166.462 participantes distribuídos nas modalidades de Pecúlios por Morte, Especial e por Invalidez, garantidos conforme Tabela L:

PECÚLIO POR MORTE

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	2.194	784	383	281	971	4.613
De 35 a 40 anos	2.887	766	366	205	1.178	5.402
De 41 a 45 anos	4.048	1.476	610	304	2.332	8.770
De 46 a 50 anos	4.667	1.815	972	516	5.019	12.989
De 51 a 55 anos	4.703	1.921	1.456	1.147	9.986	19.213
De 56 a 60 anos	2.658	1.754	1.418	1.949	15.126	22.905
De 61 a 65 anos	1.168	767	655	1.430	5.952	9.972
Maior que 65 anos	732	367	616	4.297	16.481	22.493
Total	23.057	9.650	6.476	10.129	57.045	106.357

Pecúlio	Especial/Manutenção	Invalidez
Até 34 anos	374	1.204
De 35 a 40 anos	878	1.147
De 41 a 45 anos	1.829	2.276
De 46 a 50 anos	4.674	3.642
De 51 a 55 anos	8.622	3.526
De 56 a 60 anos	9.354	1.789
De 61 a 65 anos	6.985	146
Maior que 65 anos	13.655	4
Total	46.371	13.734

Tabela L

4.1.2. Em função da campanha de adesão em 2010, houve significativa inscrição de novos participantes à CAPEC, principalmente os que também são filiados ao Plano PREVI Futuro. A entrada desses participantes é fundamental para o Plano, pois a idade média atual dos participantes é de 56 anos. Tal fato rejuvenesce a população coberta pela Carteira, contribuindo para reduzir os riscos biométricos do Plano.

4.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1. A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura “a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas”. A CAPEC está cadastrada na Previc como plano de benefícios de pagamento único e oferece os seguintes pecúlios:

4.2.2. Aos dependentes ou beneficiários designados:

► **Pecúlio por Morte:** por decorrência de falecimento do participante segundo a modalidade de adesão.

► **Pecúlio Manutença:** se o participante falecer antes de seu cônjuge, faculta-se a este a manutenção do vínculo com a CAPEC, passando à condição de Mantenedor e assumindo o compromisso de continuar recolhendo as contribuições na forma indicada pela PREVI. Portanto, o pecúlio Manutença é pago aos beneficiários em razão de falecimento do mantenedor.

► **Pecúlio Especial:** por decorrência do falecimento do cônjuge ou companheiro do participante do Pecúlio por Morte inscrito na CAPEC na condição de integrante do Pecúlio Especial e devidamente inscrito no Cadastro de Beneficiários da PREVI ou na Previdência Oficial, segundo a modalidade de adesão e tendo os descendentes de qualquer dos cônjuges ou companheiros como beneficiário.

4.2.3. Aos participantes:

► **Pecúlio por Invalidez:** por decorrência de invalidez laboral do participante ocorrida e segundo a modalidade de adesão.

► **Pecúlio Especial:** por decorrência do falecimento do cônjuge ou companheiro do participante do Pecúlio por Morte inscrito na CAPEC na condição de integrante do Pecúlio Especial e devidamente inscrito no Cadastro de Beneficiários da PREVI ou na Previdência Oficial, segundo a modalidade de adesão e tendo o participante como beneficiário.

4.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1. A CAPEC tem seus valores de contribuições calculados pelo regime financeiro de repartição simples com avaliações atuariais anuais.

4.3.2. As premissas atuariais utilizadas na reavaliação atuarial de setembro de 2010 foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo. As premissas aprovadas foram as seguintes:

PREMISSAS	2009	2010
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light	Light Média
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5,5% ao ano	5,5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela M

4.3.3. A tábua de entrada em invalidez foi alterada em virtude de estudo realizado pela área atuarial da PREVI, no qual foi verificado que o número de sinistros pagos aos beneficiários tem sido inferior ao número de sinistros esperados considerando a Tábua Light. Por meio de análise das taxas de mortalidade, das

expectativas de vida e dos resultados obtidos nos testes estatísticos e considerando que a CAPEC tem por objetivo a cobertura dos sinistros relacionados à mortalidade e à entrada em invalidez, verificamos que a tábua mais aderente é a Light Média.

4.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1. As tabelas N, O e P mostram as contribuições mensais vigentes a partir de 01/06/2010, correspondentes às importâncias seguradas da CAPEC, considerando a taxa de administração de 2,5% e a taxa de 10% referente à constituição da Reserva para Cobertura de Oscilação:

PECÚLIO POR MORTE					
Faixas Etárias	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
	25.000,00	50.000,00	75.000,00	100.000,00	125.000,00
Até 34 anos	5,45	10,92	16,37	21,82	27,28
De 35 a 40	6,15	12,28	18,43	24,57	30,72
De 41 a 45	8,26	16,52	24,78	33,03	41,29
De 46 a 50	11,10	22,21	33,31	44,42	55,53
De 51 a 55	14,93	29,87	44,80	59,73	74,65
De 56 a 60	20,19	42,40	63,60	84,80	106,00
De 61 a 65	23,03	47,27	87,95	111,64	124,93
Maior que 65	25,68	54,10	99,45	123,12	138,65

Tabela N

PECÚLIO ESPECIAL/MANTENÇA					
Faixas Etárias	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
	25.000,00	50.000,00	75.000,00	100.000,00	125.000,00
Até 34 anos	5,45	10,92	16,37	21,82	27,28
De 35 a 40	6,15	12,28	18,43	24,57	30,72
De 41 a 45	8,26	16,52	24,78	30,85	36,92
De 46 a 50	11,10	22,21	33,31	38,47	43,62
De 51 a 55	14,93	29,87	44,80	48,77	52,74
De 56 a 60	20,19	42,40	52,89	58,14	63,38
De 61 a 65	23,03	47,27	57,43	62,50	67,58
Maior que 65	25,68	54,10	64,96	70,39	75,82

Tabela O

PECÚLIO POR INVALIDEZ					
Faixas Etárias	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
	25.000,00	50.000,00	75.000,00	100.000,00	125.000,00
Até 34 anos	1,55	3,10	4,65	6,20	7,74
De 35 a 40	2,76	5,51	8,27	11,02	13,77
De 41 a 45	5,96	11,91	17,86	23,81	29,75
De 46 a 50	9,95	19,89	29,83	39,77	49,71
De 51 a 55	10,42	20,84	31,25	41,67	52,08
De 56 a 60	11,53	23,05	34,58	46,10	57,62
De 61 a 65	12,61	25,22	37,82	50,43	63,03
Maior que 65	13,70	27,40	41,09	54,79	68,48

Tabela P

Tabelas N, O, P - Valores em Reais

4.4.2. As contribuições mensais propostas para o próximo exercício, considerando as premissas mencionadas no item 4.3.2, serão adotadas no decorrer de 2011, após apresentação à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

4.4.3. O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31/12/2010:

RECEITAS		135.535.612,20
Receitas de Contribuição*	121.866.743,71	
Resultado dos Investimentos	13.668.868,49	
DESPESAS		160.391.796,31
Pagamento de Pecúlios	150.942.589,26	
Fundo RCO	9.417.594,39	
Contingências	31.612,66	

* Valor considera a taxa de 10%(RCO) e líquido da taxa de carregamento. Valores em Reais.

Tabela Q

4.4.4. Consequentemente, o saldo do ativo líquido da CAPEC reduziu de R\$ 119.900.784,98 [31/12/2009] para R\$ 104.769.868,30 [31/12/2010].

4.4.5. Registramos ainda o valor de R\$ 25.794.519,26, em 31/12/2010, relativo à provisão para pagamento de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação.

4.5. PLANO DE CUSTEIO

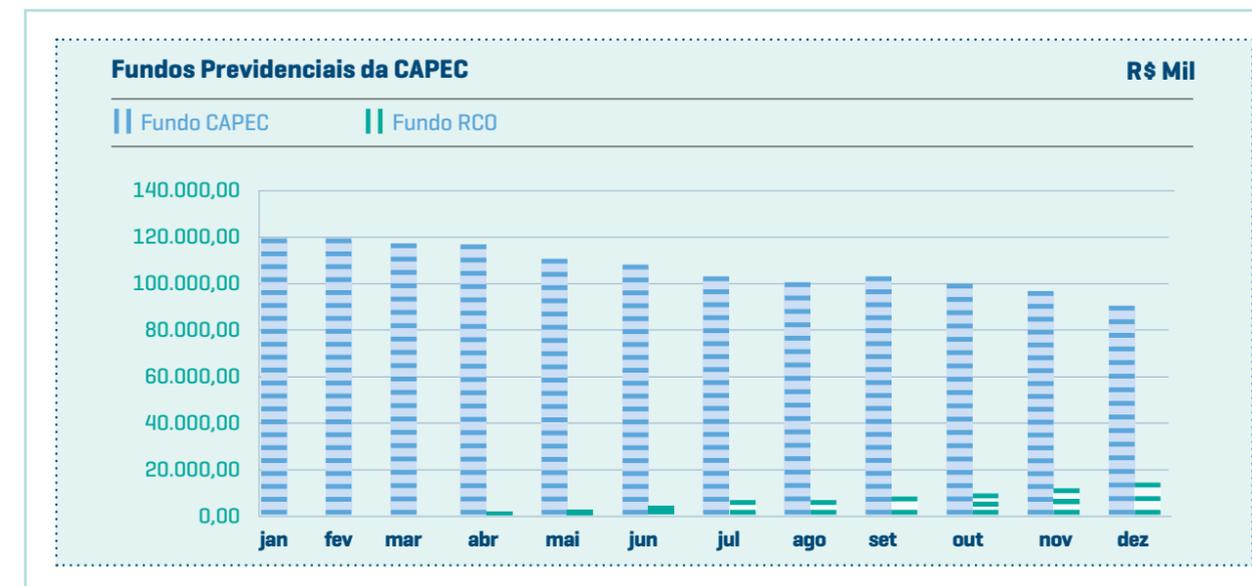
4.5.1. O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do Plano, não havendo contribuição patronal. Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado.

4.5.2. O Fundo CAPEC, inicialmente, foi constituído com a finalidade de garantir o pagamento dos pecúlios quando as disponibilidades forem insuficientes. O saldo do Fundo CAPEC em 31/12/2010 é de R\$ 95.352.273,91.

4.5.3. No decorrer do exercício, foram utilizados R\$ 15.130.916,68 dos recursos do citado Fundo para subsidiar as contribuições dos participantes de idade mais avançada na transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

4.5.4. Em abril de 2010, foi constituído o Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO) com base em 10% da arrecadação mensal das contribuições previstas no plano de custeio. Conforme artigo 50 do Regulamento, o fundo será destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. O saldo do RCO em 31/12/2010 é R\$ 9.417.594,39.

4.5.5. Apresentamos o gráfico com a evolução dos saldos do Fundo CAPEC e do Fundo RCO no período de janeiro a dezembro de 2010:



4.6. CONCLUSÃO

4.6.1. O novo Regulamento da CAPEC, vigente a partir de 07/01/2010, possibilitou a segmentação dos Pecúlios Invalidez, Especial e Manutença, permitindo que a CAPEC ofereça condições mais atrativas para estes tipos de pecúlio.

4.6.2. A redução gradual do Fundo CAPEC, decorrente do subsídio das contribuições para as faixas etárias mais velhas, demonstra a importância da continuidade da estratégia de elevar as contribuições relativas ao grupo subsidiado, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo.

4.6.3. A adoção da Tábua Light Média para a avaliação dos eventos relacionados à entrada em invalidez permitirá uma projeção mais adequada para a determinação das contribuições futuras da CAPEC.

4.6.4. Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, considerando a utilização do Fundo CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2010, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2011.

Cleide Barbosa da Rocha

Atuária – MIBA 732

Dilcrécio Akira Miki

Atuário – MIBA 1.959



RELACIONAMENTO

RELAÇÃO DE CONFIANÇA

Previdência e confiança caminham juntas. Investir no seu futuro é acreditar que seus recursos retornarão sob a forma de benefícios e que o tempo será um aliado seguro. A PREVI tem mantido com seus participantes uma relação de confiança, pela transparência de seus atos e pelo fato de sempre haver honrado os compromissos assumidos.

Os pareceres de diferentes instâncias atestam a obediência aos critérios preceituados e mostram que as projeções para o futuro seguem premissas seguras. É natural que o futuro traga certos níveis de incerteza, mas os participantes têm demonstrado que acreditam nas decisões tomadas pela PREVI em benefício destes. Essa relação de confiança é uma conquista de todos!

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. ESCOPO DOS EXAMES

Auditamos as demonstrações contábeis da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que compreendem o balanço patrimonial consolidado levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, e pela determinação dos controles internos considerados como necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nelas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa opinião.

4. OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Previc.

5. AUDITORIA DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Previc foram alteradas a partir de 2010. O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, ora apresentado para fins de comparação foi por nós auditado e nosso relatório sobre as demonstrações contábeis, datado de 18 de fevereiro de 2010, não conteve modificação. As demonstrações contábeis instituídas, a partir de janeiro de 2010, estão sendo apresentadas e comparadas, com as nomenclaturas "exercício atual" e "início do exercício".

Rio de Janeiro, 16 de março de 2011.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG - 757/0 - F - RJ

Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador - CRCRJ - 046.114/0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e III do artigo 49 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CGPC nº 28, de 26/01/2009, Anexo "C", item 17, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, art. 4º, inciso I, e Resolução nº 1, de 03/03/2011, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, examinou as Demonstrações Contábeis da PREVI e o Relatório Anual de Atividades, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31/12/2010.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e

esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer dos Atuários Internos e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da PREVI e do Relatório Anual de Atividades, relativos ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro [RJ], 18 de março de 2011.

Romildo Gouveia Pinto - Presidente
Renato Donatello Ribeiro - Secretário
Aldo Bastos Alfano - Conselheiro
Rudinei dos Santos - Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2010

Em reunião de 18 de março de 2011, o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos

Atuários Internos, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2010 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro [RJ], 18 de março de 2011.

Robson Rocha
Ivan de Souza Monteiro
Alexandre Correa Abreu
Mirian Cleusa Fochi
Celia Maria Xavier Larichia
William José Alves Bento

Redação e produção editorial:

PREVI - Gerência de Comunicação e Marketing

Fotos:

Banco de Imagem PREVI

Edição, produção, projeto gráfico, diagramação e revisão:

Seluloid



Praia de Botafogo, 501 - 3º e 4º pavimentos

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ CEP 22250-040

Tel.: 0800 729 0505

www.previ.com.br